



**UNHCR
ACNUR**
Agência da ONU para Refugiados



PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS REFUGIADOS NO BRASIL

Subsídios para elaboração de políticas



→ Nota de Agradecimento do ACNUR

O lançamento do estudo **“Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil”** é um marco na produção de conhecimento sobre o tema de refúgio no Brasil e a integração ao país desta população altamente vulnerável.

O ACNUR agradece a todos os pesquisadores e colaboradores envolvidos neste estudo, particularmente as seguintes universidades, a maioria integrante da Cátedra Sérgio Vieira de Mello: Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Estadual de Campinas, Fundação Casa Rui Barbosa, Universidade de Brasília, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Universidade Federal do Amazonas e Universidade Federal de Santa Catarina.

Nossos agradecimentos também são direcionados a outras organizações envolvidas nesta pesquisa, que foram essenciais para a execução deste projeto: Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), Departamento de Polícia Federal, Observatório das Migrações Internacionais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal do ABC, Universidade Federal da Grande Dourados, organizações da sociedade civil e organizações parceiras implementadoras do ACNUR.

Finalmente, agradecemos a todos os entrevistados que consentiram em responder às questões desta pesquisa.

→ Equipes

Márcio de Oliveira

Coordenador Nacional

Equipe Nacional

Antônio Tadeu de Oliveira
Leonardo Cavalcanti
Marley Vanice Deschamps
Emmanuel de Nazareth Brasil
Felipe Sousa Quintino

Equipe Amazonas

Sidnei Antônio Silva
Coordenador

Roziane da Silva Jordão

Equipe Distrito Federal

Lúcia Barbosa
Coordenadora

Tássia Fonseca Latorraca

Equipe Minas Gerais

Duval Fernandes
Coordenador

Marcela Sampaio Magalhães
Alves de Amorim
Felipe de Ávila Chaves Borges

Equipe Paraná

Tatyana Scheila Friedrich
Coordenadora

Fernando Cesar Mendes Barbosa
Maria Beatriz de Souza Alverne Maia
Pedro Francisco Marchioro
Rafaela Mascarenhas Rocha
Patrícia Finamori de Souza Koschinski

Equipe Rio de Janeiro

Charles P. Gomes
Coordenador

Miriam Alves de Souza
Benvindo Manima
Adel Bakkour
Bárbara Carine Fernandes
Letícia Cristina Pereira de Castro.
Juan Acácio Garrido Tavares

Equipe Rio Grande do Sul

Verônica Korber Gonçalves
Coordenadora

Ana Julia Guilherme
Ana Laura Anschau
Carmel Silveira
Êmily de Amarante Portela
Gabriela Santos da Silva
José Oviedo
Luiza Pecis Valenti
Thaís Dutra Fernández

Equipe Santa Catarina

Gláucia de Oliveira Assis
Coordenadora

Magali Natalia Alloatti
Elizangela Ribeiro Bosco

Equipe São Paulo

Rosana Baeninger
Coordenação Geral

Luís Felipe Aires Magalhães
Coordenação Adjunta

Aline Lima Santos
Camila Rodrigues da Silva
Maria de Fátima Guedes Chaves
Ismael Eduardo Schwartzberg Arteaga
Svetlana Ruseishvili
Laís Meneguello Bressan
Mona Lícia Santana Perlingeiro
Paulo Mortari Correa
Andressa Alves Martino
Jullyane Carvalho Ribeiro
Sara Alves Branco
Allan Rodrigo de Campos Silva

→ Sumário

1. Introdução	05
2. Características sociodemográficas e educativas	08
2.1 País de origem e ano de reconhecimento do refúgio	08
2.2 Gênero, idade, raça ou cor, estado conjugal, família e religião do refugiado.	08
2.3 Escolaridade, conhecimento linguístico, diplomas, práticas e perspectivas educacionais no Brasil	12
2.4. Idiomas	15
3. Processos de deslocamento	19
4. Moradia e gastos domésticos	21
4.1 A moradia	21
4.2 A renda e seus gastos	23
4.3 Acesso aos serviços financeiros	25
4.4 Serviços públicos no local da moradia do refugiado e bens de consumo	26
5. Perfil laboral e habilidades profissionais	28
5.1 Ocupação	28
5.2 Jornada Semanal de Trabalho	29
5.3 Modos de obtenção de trabalho	32
5.4 Empreendedorismo	34
6. Vínculos com país de origem e riscos financeiros	36
7. Direitos, deveres e uso de serviços públicos	41
8. Integração sociocultural e perspectivas futuras	45
8.1 Associativismo	46
8.2 Integração com brasileiros/brasileiras	47
8.3 Integração política e cidadania	49
8.4 Conhecimento da cultura brasileira	50
8.4 Discriminações e obstáculos à integração	52
8.5 Perspectivas futuras	54
9. Sírios e congolezes: perfis básicos	56
9.1 Nível educacional	59
9.2 Condição e posição na ocupação	61
9.3 Posição na ocupação	62
9.4 Grau de conhecimento dos direitos e deveres	63
9.5 Discriminação	64
9.6 Perspectivas futuras	65
10. Considerações finais	67
11. Anexos	70

1. Introdução

O presente relatório é o resultado da análise sociodemográfica e laboral de refugiados residentes no Brasil, conforme acordo estabelecido entre as [Cátedras Sérgio Vieira de Melo¹](#) e o Alto Comissariado das Nações Unidas (UNHCR).

Para a realização do trabalho de campo foi elaborado [desenho amostral²](#) que levou em consideração a amostragem intencional por cotas, para estimar proporções das variáveis sociodemográficas, sendo estabelecido um total de 500 entrevistas. Essa amostra foi aplicada em 14 cidades, distribuídas em oito Unidades da Federação - São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Santa Catarina, Minas Gerais e Amazonas - que concentram 94% dos refugiados sob a proteção do governo brasileiro. A alocação do número de entrevistas em cada um dos estados levou em consideração sua participação relativa no total da amostra.

Da amostra inicial de [500 refugiados³](#), foram entrevistados 487 indivíduos ou 97,4% do total previsto (**Quadros 1 e 2; Gráfico 1**).

QUADRO 1 - NÚMERO DE ENTREVISTAS POR UF

Fonte: Pesquisa de Campo

Estado	Número de entrevistas
AM	5
DF	21
MG	12
PR	33
RJ	87
RS	36
SC	12
SP	281
Total	487

O trabalho de campo foi realizado entre os dias 13 de junho e 20 de fevereiro de 2019, por 8 equipes cada uma delas tendo sido responsável por uma Unidade da Federação, resultando no conjunto de entrevistas por estado, Distrito Federal e cidades.

1. Participaram dessa pesquisa as Cátedras Sérgio Vieira de Melo (CSVM) da Universidade Federal do Paraná (PR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (RS), da Universidade Estadual de Campinas (SP), da Casa Rui Barbosa (RJ), da Universidade de Brasília (DF) e da Pontífice Universidade Católica (MG). A pesquisa contou ainda com a participação da Universidade Federal do Amazonas Universidade Federal de Santa Catarina e dos pesquisadores do Laboratório de Estudos sobre Migrações Internacionais (LAEMI-UnB).
2. O debate sobre o desenho amostral e sobre o questionário contou ainda com a participação dos professores Ana Karina Brenner (CSVM, UERJ), Brunela Vieira de Vicenzi (CSVM/UFES) e Arthur Pinheiro de Azevedo Bonzatto (CSVM/UFMG) e das representantes da CSVM/USCAR, Thaís Juliana Palomino e Jacqueline Lobo de Mesquita (CSVM-Casa Rui Barbosa), a quem registramos nossos agradecimentos.
3. O número de 500 refugiados foi obtido através de amostragem intencional em um universo de 4.514 refugiados, correspondente a 84,9% do total de 5.314 refugiados residentes no Brasil, conforme base de Refugiados no Brasil disponibilizada ao ACNUR pela Polícia Federal/Ministério da Justiça. O valor dessas análises não é estatístico, mas qualitativo.

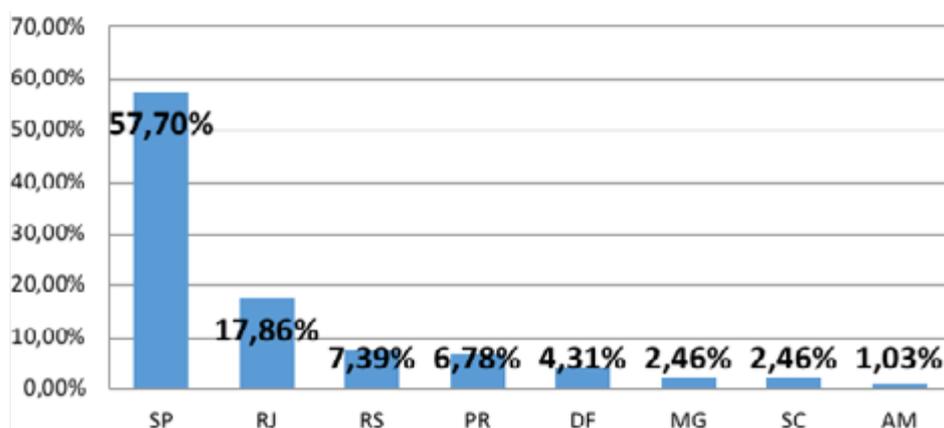
QUADRO 2: NÚMERO DE REFUGIADOS ENTREVISTADOS POR CIDADES E ESTADOS

Fonte: Pesquisa de Campo

Estado	SP	RJ	RS	PR	DF	MG	SC	AM	TOTAL
São Paulo	267								
Guarulhos	14								
Rio de Janeiro		81							
Duque de Caxias		6							
Porto Alegre			17						
Sapiranga			10						
Passo Fundo			7						
Venâncio Aires			2						
Curitiba				20					
Foz do Iguaçu				13					
Brasília					21				
Belo Horizonte						12			
Florianópolis							12		
Manaus								5	
TOTAL	281	87	36	33	21	12	12	5	487

GRÁFICO 1 - ENTREVISTADOS POR UF (%)

Fonte: Pesquisa de Campo



Em relação ao plano amostral inicial, algumas pequenas mudanças foram realizadas durante o trabalho de campo. A impossibilidade de localização de alguns refugiados (endereços incompletos e/ou inexistentes, endereços comerciais ou de instituições religiosas, mudança de endereço, mudança de cidade, estado ou país; retorno ao país de origem), inconsistência na base da Polícia Federal (onde menores de idade estavam presentes assim como indivíduos que haviam renunciado à condição de refugiados) e recusas.

Como um todo, porém, o conjunto amostral reflete quase que inteiramente o plano desenhado, tanto em termos de nacionalidade e sexo, quanto em termos de sua distribuição regional, como se pode ver.

QUADRO 3 - NÚMERO DE ENTREVISTAS PREVISTAS E REALIZADAS. DIFERENÇAS ABSOLUTAS E RELATIVAS POR NACIONALIDADE

Fonte: Pesquisa de Campo

Nacionalidades	Seleção	Realizadas	Diferença	
			absoluta	relativa(%)
Total	500	487	-13	-2,6
Sírios	170	153	-17	-10,0
Congolezes	80	116	36	45,0
Angolanos	34	42	8	23,6
Colombianos	33	36	3	9,1
Libaneses	9	12	3	33,3
Paquistaneses	4	7	3	75,0
Outras nacionalidades	170	121	-49	-28,8

A análise que se segue diz respeito ao conjunto de 487 refugiados entrevistados, a quem registramos nossos profundos sinceros agradecimentos, a partir de uma seleção das respostas mais pertinentes dentre aquelas previstas no Questionário de Base (em anexo). O conjunto completo das respostas tabuladas está em anexo. Cabe assinalar que as respostas foram obtidas após assinatura, pelo aplicador e pelo entrevistado, do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Do mesmo modo, além das perguntas feitas assegurarem o anonimato dos entrevistados, em todas estava sempre prevista a opção “não informado”, assegurando ao refugiado o direito de não se posicionar a respeito do tema demandado. Trata-se, portanto, de uma série de protocolos éticos estabelecidos na pesquisa em consonância com os requisitos prévios para a aprovação da pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Nesse ponto, é importante salientar que todos os cuidados éticos foram observados, sob anuência do CEP, tendo em vista as características da população refugiada, pessoas que de acordo com a Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados, estão fora do seu país por causa de fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais, e que não possam (ou não queiram) voltar para casa

O presente relatório está dividido em 3 volumes. O primeiro deles está composto de 10 capítulos: Características Sociodemográficas, Processos de Deslocamento, Perfil Laboral e Habilidades Profissionais, Moradia e Gastos Domésticos, Vínculos com Países de Origem e Riscos Financeiros, Associativismo e Uso de Serviços Públicos, Integração Sociocultural e Perspectivas Futuras. Após essas análises, apresentamos um estudo compacto sobre os dois principais grupos de refugiados hoje instalados no Brasil, Sírios e Congolezes e as considerações finais. O volume 2 apresenta um conjunto de relatórios individuais para cada UF pesquisada, realizado pelas respectivas equipes a partir de um número pré-determinado de [variáveis](#)⁴ e, em forma de anexo, os resultados estatísticos de todas as questões. Finalmente, o volume III apresenta o Questionário de Base e o Termo de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), expedido pelo Governo Federal através do sistema eletrônico Plataforma Brasil, criado para sistematizar o recebimento e aprovação dos projetos de pesquisa que envolvam seres humanos nos Comitês de Ética em todo o país.

4. O valor dessas análises não é estatístico, mas qualitativo. Através deles, é possível comparar, ainda que dentro dos limites dados, a realidade dos refugiados em cada um das UFs investigadas.

2. Características sociodemográficas e educativas

2.1 País de origem e ano de reconhecimento do refúgio

O conjunto de entrevistados origina-se majoritariamente de dois países: Síria (153 refugiados) e República Democrática do Congo (116 refugiados). Juntos, eles respondem por 55,23% de todos os entrevistados. Em seguida, temos os refugiados de Angola (42) e Colômbia (36), que juntos perfazem 16,01% da amostra total.

Os refugiados entrevistados, 83,16% deles, chegaram ao Brasil majoritariamente após o ano de 2010. Pode-se afirmar assim que o Brasil se tornou um país de destino desses grupos de migrantes muito recentemente. Em consequência, o país passou a conceder refúgio também muito recentemente. Foram 389 (83,84%) concessões de refúgio também após o ano de 2010, como mostram os **gráficos 2 e 3**.

GRÁFICO 2 - ANO DE CHEGADA NO BRASIL

Fonte: Pesquisa de Campo

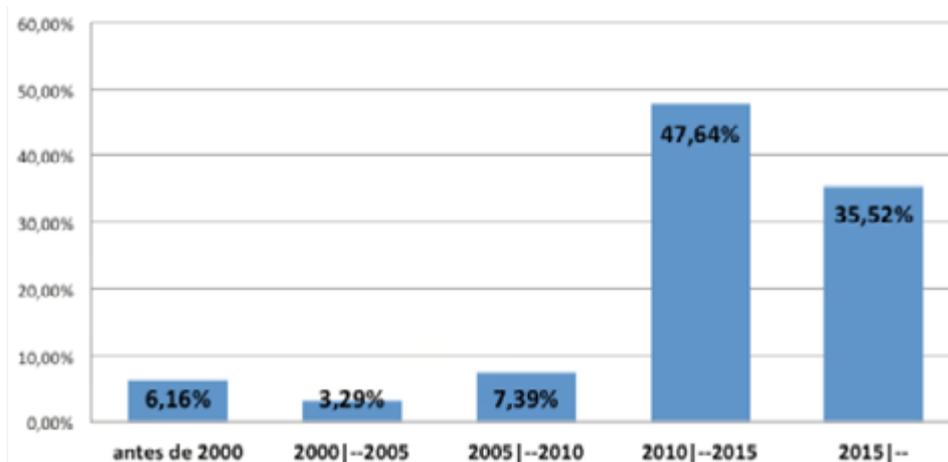
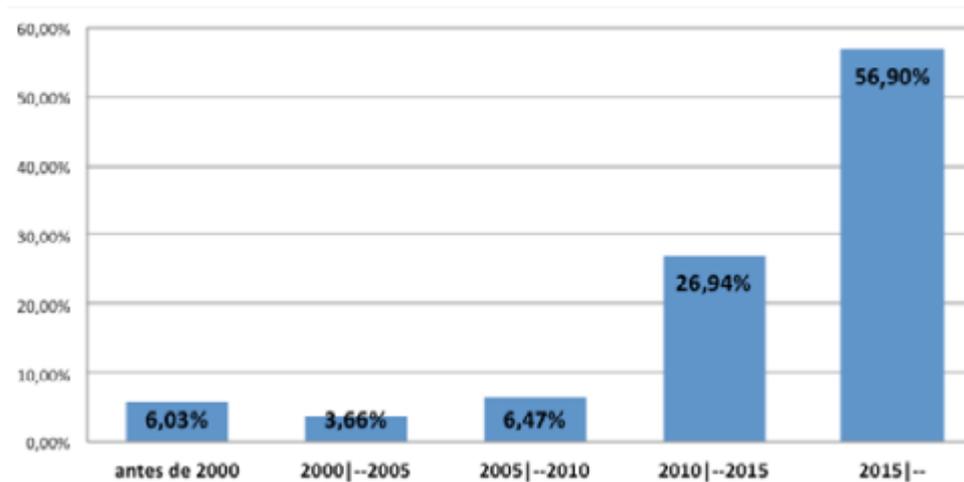


GRÁFICO 3 - ANO DE RECONHECIMENTO DA CONDIÇÃO DE REFÚGIO

Fonte: Pesquisa de Campo



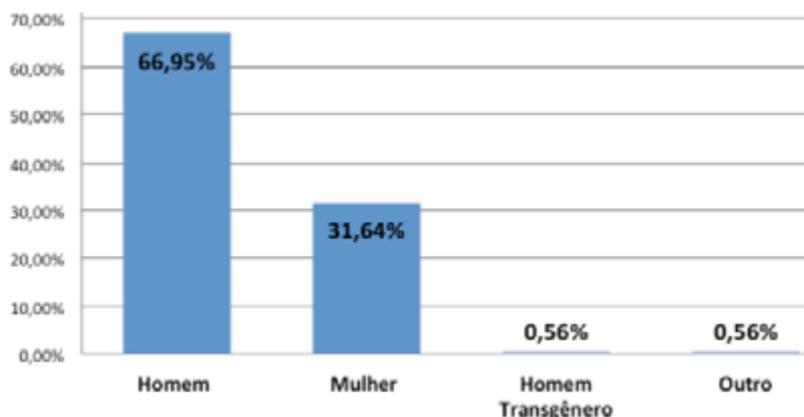
2.2 Gênero, idade, raça ou cor, estado conjugal, família e religião do refugiado.

Em nosso universo de refugiados entrevistados, 48,65% (237 entrevistados) declararam-se gênero masculino e 23% (112 entrevistados), gênero feminino. Dois refugiados declaram-se “homens transgênero”, dois preferiram a opção “outros” e 134 não informaram

o gênero⁵. No total, 72,77% (353 entrevistados) declinaram o gênero contra 27,23% (134 entrevistados) que não o fizeram. Chama a atenção aqui o alto número de não informados, revelando talvez o *incômodo com a pergunta*⁶. Excluindo-se esses últimos, dentre os que responderam a essa questão, 66,9% declaram-se homens e 31,6% mulheres.

GRÁFICO 4 - GÊNERO DO ENTREVISTADO

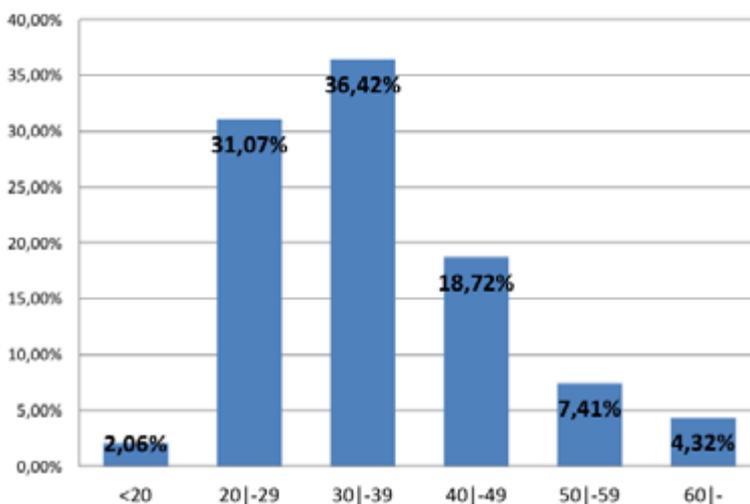
Fonte: Pesquisa de Campo



Em termos de faixa etária, 419 refugiados (88,26%) têm entre 18 e 49 anos, indivíduos em idade economicamente ativa. Desse conjunto, apenas 2% têm mais do que 18 anos e menos do que 20, portanto indivíduos em idade economicamente ativa. Já os menores de idade foram, por definição, *excluídos de nossa amostra*⁷. Não obstante, 11,73% da amostra informada tem mais do que 50 anos, sendo que 4,32% têm mais do que 60 anos e assim, está próximo da aposentadoria ou já se aposentou, alguns deles, como mostramos mais tarde, beneficiando-se do sistema de aposentadoria brasileiro.

GRÁFICO 5 - IDADE DO ENTREVISTADO

Fonte: Pesquisa de Campo

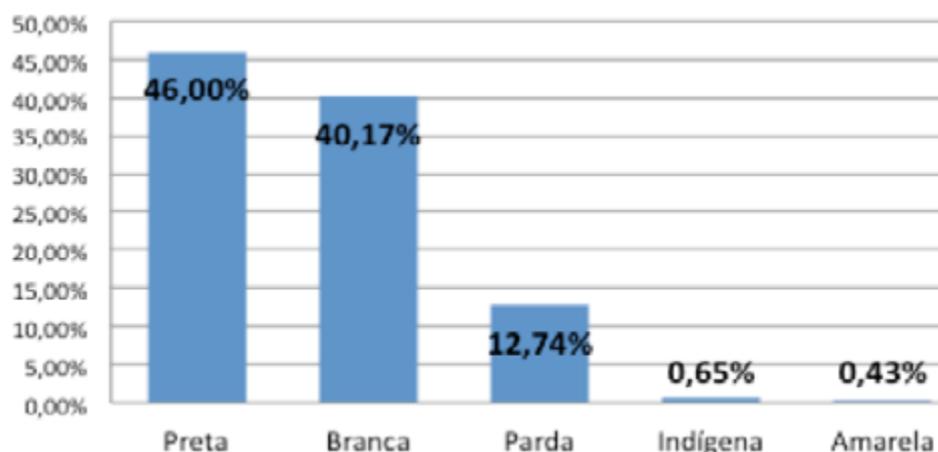


5. A pergunta foi: Qual é o seu gênero? As opções foram: masculino, feminino, homem transgênero, mulher transgênero, outro. Nesse último caso, era necessário especificar esse “outro”.
6. Em entrevistas por nós realizadas, notamos que esse incômodo era gerado pela presença de terceiros no local ou ainda pelo desejo de não se expor diante de outrem, situação que não podia ser controlada pelos aplicadores. Comentamos essa questão mais longamente no capítulo dedicado aos Sírios e Congolese.
7. Não obstante isso, na base de dados da PF/CONARE constam um bom número de menores de idade, como teremos a ocasião de comentar em trabalho futuro.

Em relação à raça ou cor (auto-declaração, seguindo metodologia do IBGE), houve apenas 24 “não informantes”, o que reforça a hipótese de ter havido incômodo apenas diante de certas perguntas, como na questão sobre gênero. Dentre os 463 refugiados que responderam a essa questão, 46% declararam-se negros, 12,74% indivíduos declararam-se pardos, constituindo assim a maioria de praticamente 59% da amostra entrevistada, os egressos da República Democrática do Congo, de Angola e da Colômbia sendo a maioria dentre os negros. Por outro lado, 40% (186) declararam-se brancos, principalmente sírios. Tivemos ainda 3 casos de “indígenas” (0,65%) e 2 (0,43%) de asiáticos (“amarelos”), como mostrado no **gráfico 6**.

GRÁFICO 6 - COR OU RAÇA DO ENTREVISTADO

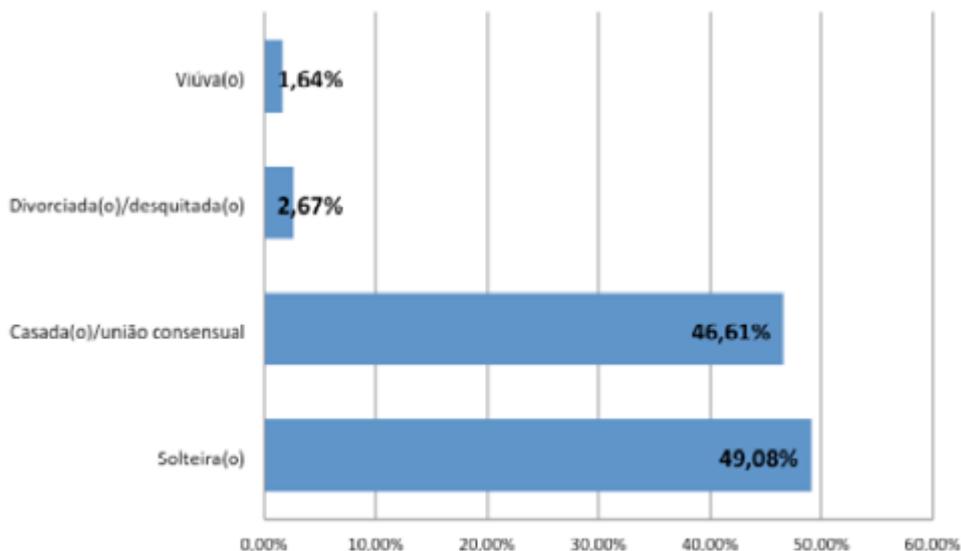
Fonte: Pesquisa de Campo



A amostra entrevistada é composta de casados ou em união consensual (227 indivíduos ou 46,61%) e solteiros (239 indivíduos ou 49,08%), ou seja, 466 refugiados (95,69% do total). Apenas 21 (4,31%) entrevistados declararam-se viúvos ou divorciados, como se pode ver no **gráfico 7**.

GRÁFICO 7 - ESTADO CONJUGAL DO ENTREVISTADO

Fonte: Pesquisa de Campo



Em sintonia com os dados acima, a maior parte dos entrevistados vive no Brasil com suas famílias, (59%), corroborando ainda o fato de que boa parte dos entrevistados conta com ajuda de familiares em seus projetos migratórios, como vimos acima. Não obstante isso, 199 refugiados (41%), um pouco menos do que os solteiros, vivem sós como se pode ver no **gráfico 8**.

Investigamos também a crença religiosa, a religião professada e a efetiva frequência de cultos ou similares. A imensa maioria dos entrevistados, 93% (448 indivíduos) declaram professar alguma religião. As religiões professadas mais comuns foram o islamismo (39,96% ou 173 indivíduos) e a religião evangélica, considerado no conjunto dos cultos desse tipo (27,46% ou 123 indivíduos). Em seguida, encontramos também 80 indivíduos católicos, 19 protestantes tradicionais e 7 indivíduos hinduístas. Esses dados confirmam a origem de boa parte dos entrevistados (Síria e República Democrática do Congo). Nota-se aqui, contudo, o pequeno número de protestantes em relação aos evangélicos, e a importância dos últimos em relação aos católicos. Dentro desse universo religioso, nota-se ainda o número não desprezível de 35 indivíduos sem religião.

GRÁFICO 8 - PERCENTUAL DOS ENTREVISTADOS QUE VIVE COM A PRÓPRIA FAMÍLIA NO BRASIL

Fonte: Pesquisa de Campo

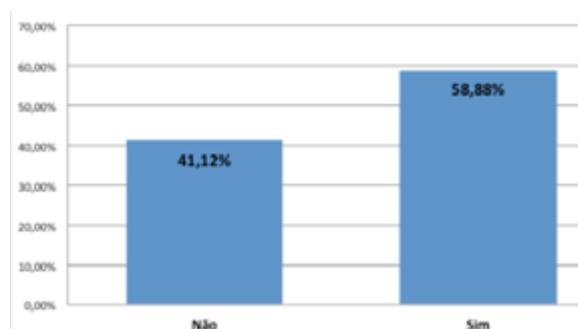
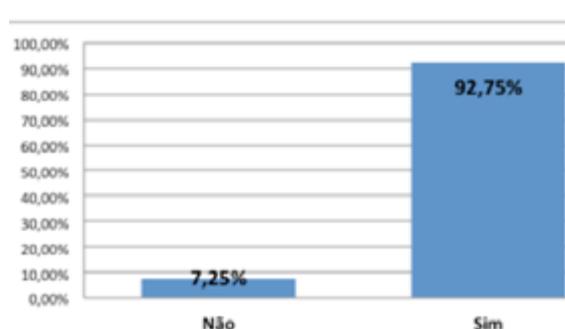


GRÁFICO 9 - ENTREVISTADOS QUE PROFESSAM RELIGIÃO

Fonte: Pesquisa de Campo



Investigamos, enfim, se a crença religiosa se faz acompanhar da frequência aos cultos, pelo menos uma vez por semana, o que indica, em tese, a importância real da crença como espaço de sociabilidade, encontro de parceiros, emprego e outros pequenos favores, tais como moradia, partilha de utensílios e móveis, roupas, dentre outros. Por outro lado, a frequência aos cultos indica também as formas de organização do cotidiano da vida social. O número expressivo de 306 entrevistados (69%), que declarou frequentar cultos e/ou participar de atividades ligadas à sua religião pelo menos uma vez por semana, demonstra que a crença faz parte da vida social do refugiado, constituindo-se assim em importante espaço de integração social.

A amostra investigada (487 indivíduos refugiados), em espelho da população refugiada no Brasil, **constitui-se majoritariamente de Sírios e Congolezes (RDC)**⁸, homens em sua maioria (237 contra 112 mulheres) e têm, independente do sexo, entre 18 e 49 anos (88,26%). São, portanto, indivíduos em idade economicamente ativa. Por outro lado, os negros (213 casos) ou pardos (59 casos) perfazem pouco mais da metade (58,7%) dentre os 463 que

8. Esse é o motivo pelo qual decidimos fazer análise específica sobre esses dois grupos.

informaram sua cor. 186 refugiados ou 38,5% dos informantes são brancos e apenas 2 entrevistados são declararam-se “amarelos”. Finalmente, a maioria reside com sua família (59%), a grande maioria professa religião (93%) e quase 70% frequentam cultos ou atividades religiosas de sua religião pelo menos uma vez por semana. Todos esses dados demonstram a importância da crença e da família em sua vida social, resumindo assim o cotidiano de sua vida diária, entre trabalho, família e igreja uma vez que as atividades de lazer são bastante reduzidas como mostramos mais tarde.

GRÁFICO 10 - TIPO DE RELIGIÃO PROFESSADA

Fonte: Pesquisa de Campo

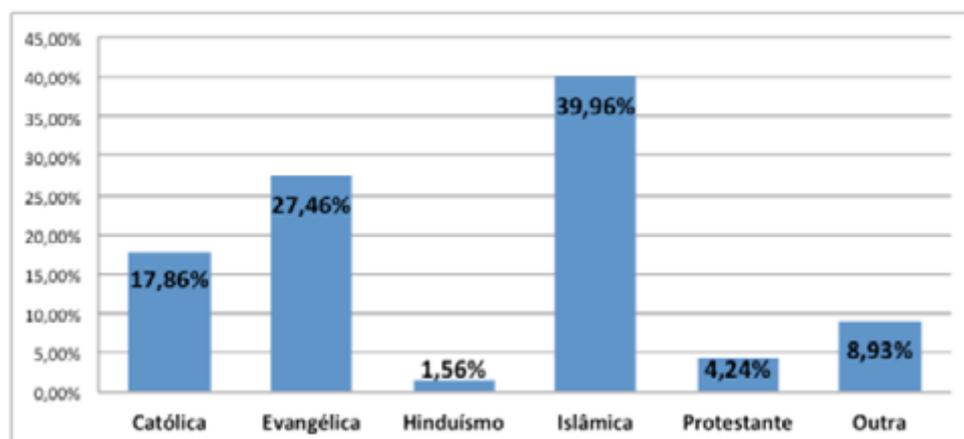
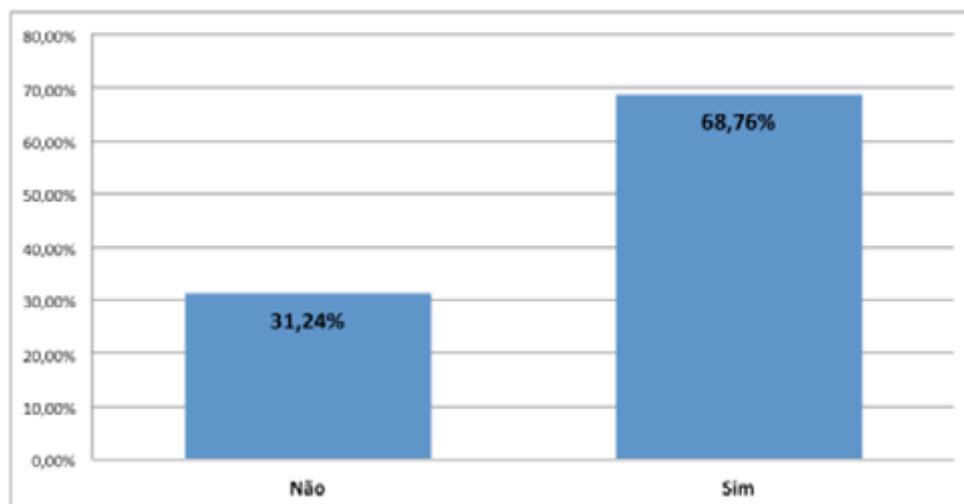


GRÁFICO 11 - PERCENTUAL DE REFUGIADOS QUE FREQUENTA E/OU PARTICIPA DE ATIVIDADES LIGADAS À SUA RELIGIÃO PELO MENOS UMA VEZ POR SEMANA

Fonte: Pesquisa de Campo



2.3 Escolaridade, conhecimento linguístico, diplomas, práticas e perspectivas educacionais no Brasil

Os entrevistados demonstram elevado capital linguístico e capital escolar acima da **média brasileira**⁹, ou muito acima se considerarmos apenas a **população brasileira negra e parda**¹⁰. Com efeito, apenas 16 (2,7%) dos refugiados informantes não haviam completado

9. Segundo dados da PNAD para o ano de 2017, 33,8 da população brasileira tem o Ensino Fundamental Incompleto e apenas 26,8% tinha concluído o Ensino Médio completo. Para maiores detalhes, ver <https://bit.ly/2LiqRXs>. Acesso em 22 de março de 2019.

o Ensino Fundamental, 3 outros declararam-se analfabetos (0,6%), num total de 16 ou 3,3% que estavam nessa faixa contra 41% da população brasileira. Por outro lado, 34,4% (166) dos refugiados informantes concluíram o Ensino Superior, 15 deles já tendo cursado alguma pós-graduação (especialização, metrado ou doutorado) contra 15,7% da população brasileira que concluiu o mesmo nível de ensino¹¹. O número de casos de “não-informantes” foi aqui muito baixo, como mostra o **quadro 4** (números absolutos).

Em síntese, temos 84% (408) entrevistados que concluíram ao menos o Ensino Médio

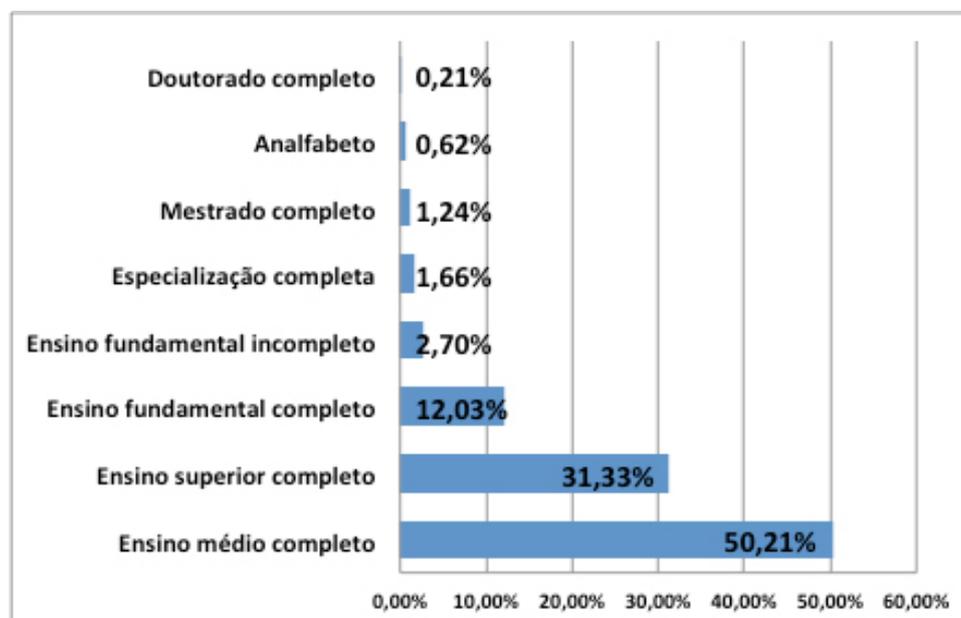
QUADRO 4 - ESCOLARIDADE

Fonte: Pesquisa de Campo

NÍVEL	FREQUÊNCIA
Analfabeto	3
Ensino fundamental incompleto	13
Ensino fundamental completo	58
Ensino médio completo	242
Ensino superior completo	151
Especialização completa	8
Mestrado completo	6
Doutorado completo	1
Não informado	5
Total	487

GRÁFICO 12 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE DO REFUGIADO

Fonte: Pesquisa de Campo



10. 47,4% da população negra ou parda brasileira divide-se em sem instrução e Ensino Fundamental incompleto. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf Acesso em 22 de março de 2019.

11. Notemos contudo que os dados educacionais para o Brasil referem-se à população adulta, ou seja, com mais de 25 anos, enquanto nosso universo foi composto de pessoas com mais de 18 anos. Portanto, é de se supor que a população entrevistada seja ainda um pouco mais qualificada do que a nacional.

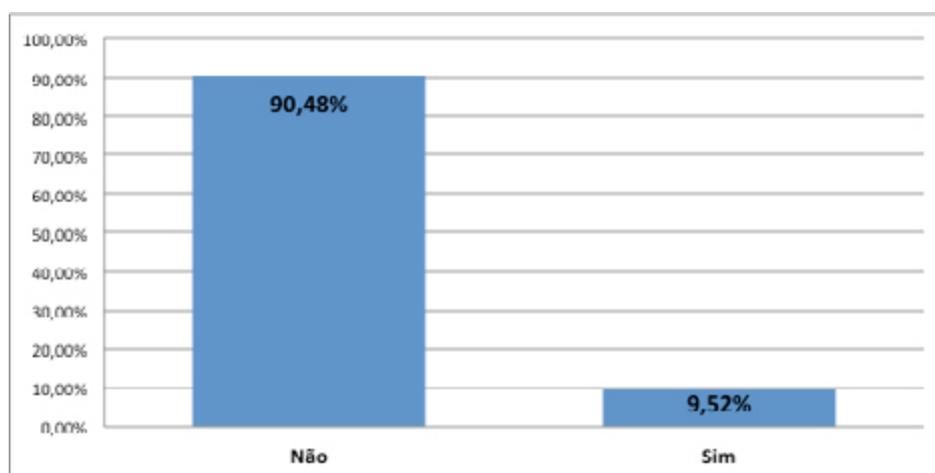
dentre os 487 entrevistados, o que revela uma população com nível de formação mui-tíssimo mais elevado do que a média da população brasileira.

O importante número de diplomados de nível superior encontra, contudo, problema de monta: o alto índice de diplomas não revalidados. Com efeito, encontramos apenas 14 refugiados que conseguiram revalidar seus diplomas (em todos os níveis de ensino e em formações profissionais diversas) no Brasil contra 133 **que não conseguiram revalidar**¹², um número próximo dos 166 refugiados diplomados.

Dentre os principais motivos para o não reconhecimento, temos um conjunto similar

GRÁFICO 13 - PERCENTUAL DE SUCESSO NA REVALIDAÇÃO DE DIPLOMAS

Fonte: Pesquisa de Campo

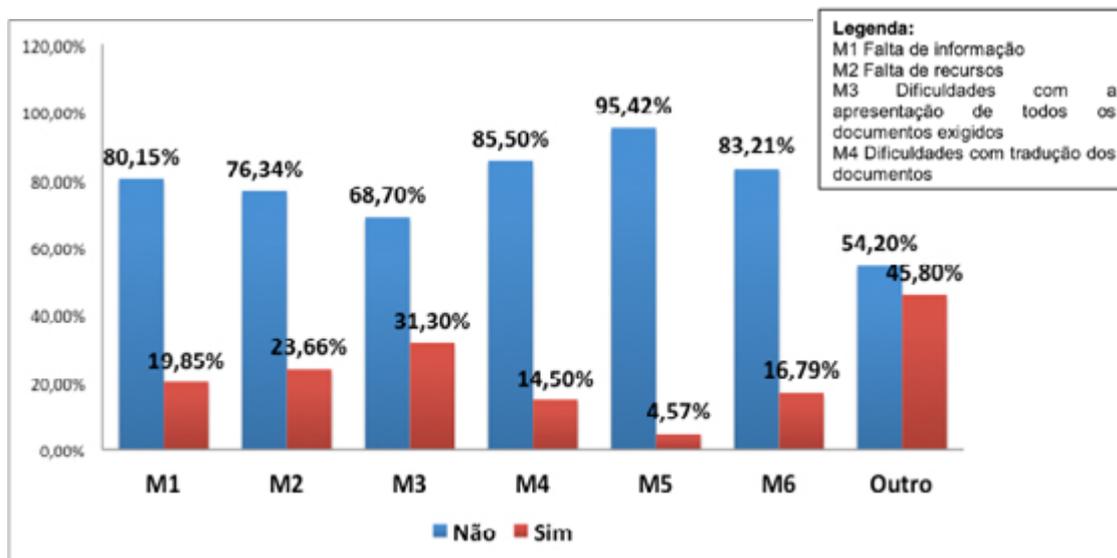


de empecilhos que vão desde a falta de informação e de recursos até problemas banais com documentos, necessidade de fazer provas específicas e dificuldades diversas com o idioma português.

A falta de reconhecimento de diplomas, embora não seja o único fator, impacta

GRÁFICO 14 - PRINCIPAIS MOTIVOS DE INSUCESSO NA REVALIDAÇÃO DE DIPLOMAS

Fonte: Pesquisa de Campo



12. É de se supor que o grande número de “não informados” diga respeito aqui aqueles que não tinham diploma a ser reconhecido.

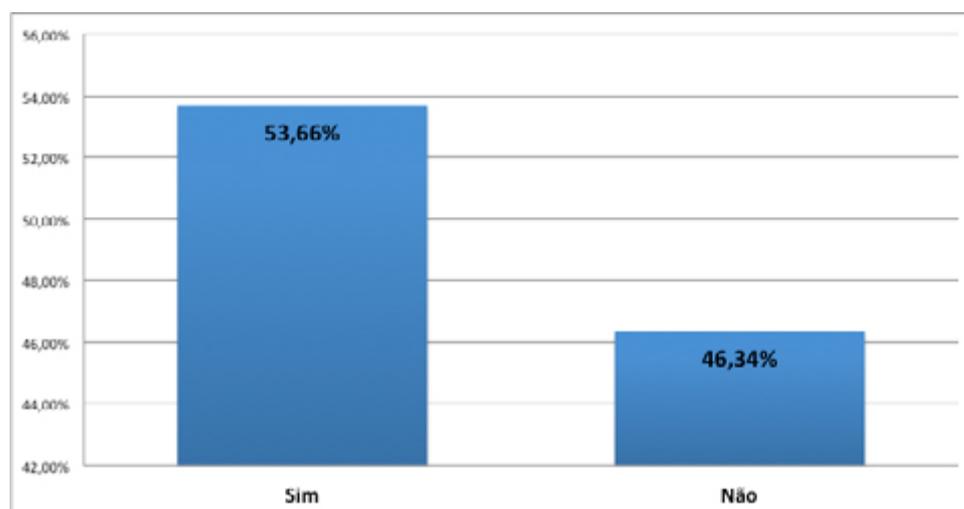
negativamente a transformação do capital escolar em capital econômico (emprego e renda), e tem levado muitos estrangeiros a procurarem as diversas instituições de ensino superior no Brasil com pedidos de auxílio na solução dos problemas encontrados, como mostraremos adiante.

Além de capital escolar elevado em comparação com a população brasileira, o conjunto de refugiados entrevistados revelou alto capital linguístico. Contudo, ambos capitais não estão se traduzindo em capital econômico (emprego e renda), como mostramos adiante.

A grande maioria dos entrevistados informantes (92,2%) **declarou falar português**¹³. Para a análise sobre a importância do curso de português no desenvolvimento de habilidades linguísticas e na empregabilidade, excluímos os 46 angolas que não fizeram e, obviamente, não precisam fazer curso de português. Assim, temos 46,34% (203 entrevistados = 249 – 46 angolanos) que não fizeram curso contra 53,66% (235) que fizeram ou estão fazendo curso (53,66%) dentre os informantes que necessitaram desse aprendizado, demonstrando tanto a necessidade como o fato de que não tem havido **oferta suficiente de cursos**¹⁴ ou que a oferta existente não tem alcançado os refugiados.

GRÁFICO 15 - PERCENTUAL DE REFUGIADO QUE FREQUENTOU OU FREQUENTA CURSO DE PORTUGUÊS NO BRASIL

Fonte: Pesquisa de Campo



2.4. Idiomas

Pouco mais de 48% dos entrevistados falam outro idioma além daqueles perguntados (português, francês, inglês, espanhol e árabe). Isso se explica principalmente para o caso da República Democrática do Congo onde as línguas Lingala, Suaili, Kikongo, Kituba e Tshiluba são localmente consideradas como idioma.

O número daqueles que declaram falar espanhol (79 entrevistados ou 16,2%) é relativamente pequeno quando comparado às outras línguas. Contudo, o elevado capital

13. Não foi realizado aqui um teste linguístico. Porém a capacidade de entendimento das perguntas coincidiu com as respostas afirmativas a essa questão.

14. A oferta de cursos de português limita-se às universidades, entidades religiosas e ONGs diversas. Poucos estados ou municípios preocupam-se com isso demonstrando ausência de qualquer política de acolhimento e/ou de integração.

linguístico do grupo estudado demonstra-se no caso da língua francesa. De nossa amostra, temos 135 francófonos nativos e 189 outros falantes de francês, 5 anglófonos nativos e 241 outros falantes de inglês.

GRÁFICO 16 - DOMÍNIO DE IDIOMAS

Fonte: Pesquisa de Campo

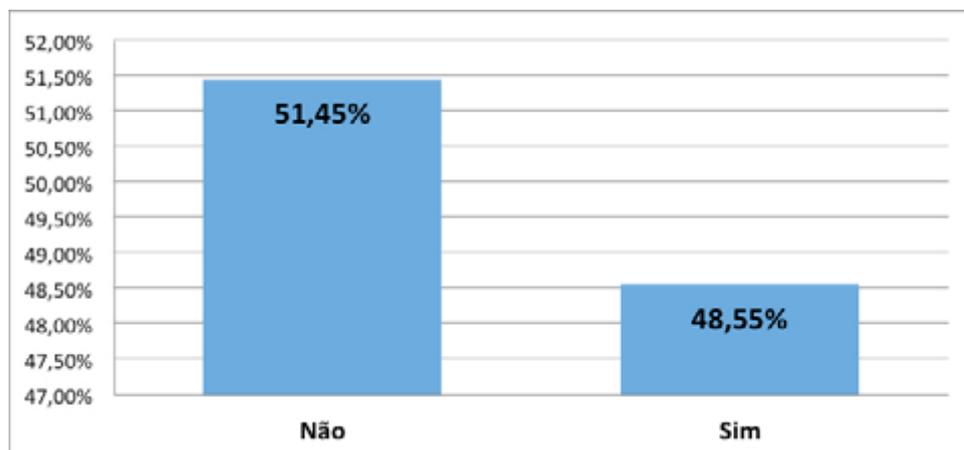
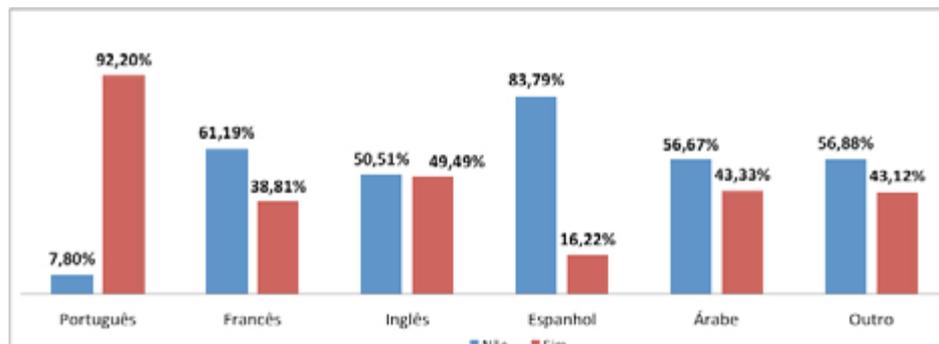


GRÁFICO 17 - CONHECIMENTO LINGÜÍSTICO (MAIS DE UM IDIOMA) DO REFUGIADO

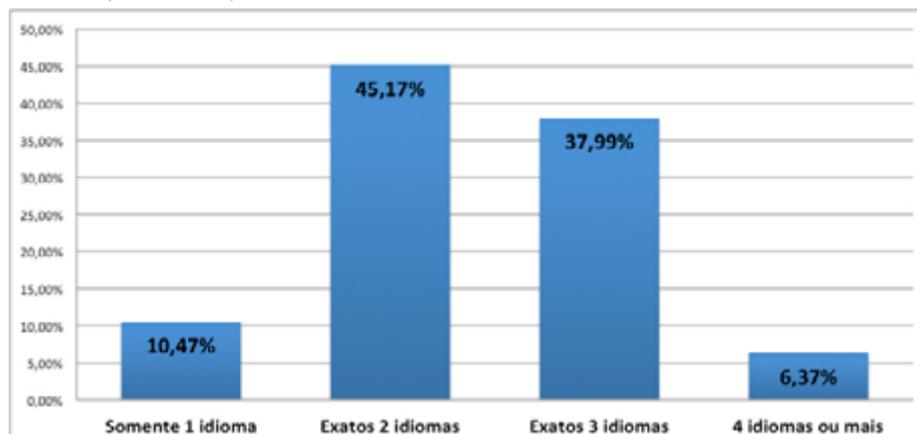
Fonte: Pesquisa de Campo



Ainda nesse registro, temos 41 hispanófonos nativos e 79 outros falantes de espanhol. Além disso, temos 216 entrevistados que falam três (185 casos) ou quatro idiomas (31 casos). Finalmente, apenas 51 entrevistados declaram falar apenas um idioma (**quadro 5**). Esses dados demonstram elevado capital linguístico, principalmente quando se exclui a língua portuguesa da lista de idiomas falados.

GRÁFICO 18 - NÚMERO DE IDIOMAS FALADOS PELO REFUGIADO

Fonte: Pesquisa de Campo



QUADRO 5 - NÚMERO DE IDIOMAS FALADOS

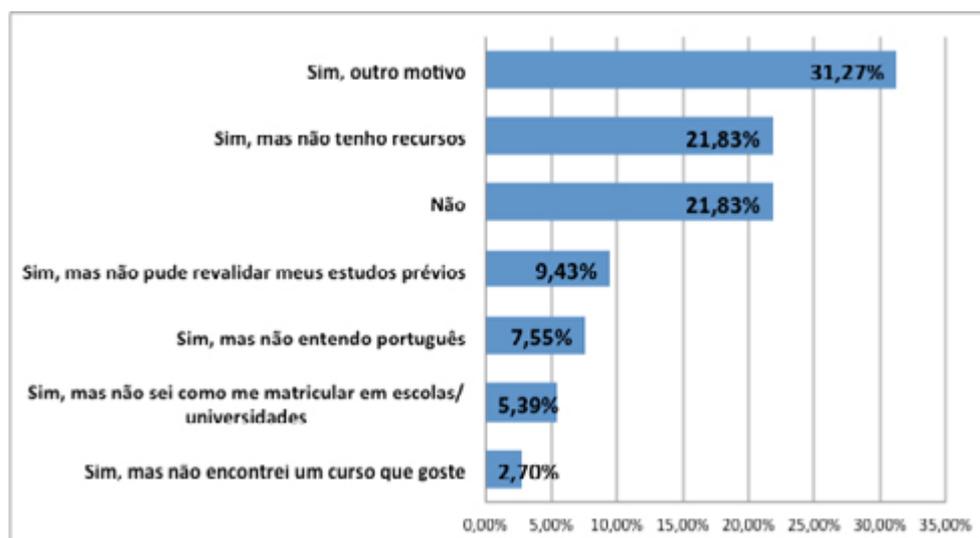
Fonte: Pesquisa de Campo

Quantidade	Frequência
Somente 1 idioma	51
Exatos 2 idiomas	220
Exatos 3 idiomas	185
4 idiomas ou mais	31
Total	487

A alta taxa de escolaridade, como era de se esperar, apresenta-se como estímulo à continuação dos estudos no Brasil. Excluindo-se da análise os “não informados”, temos 81 casos de refugiados que não pretendem estudar no Brasil (porque já consideram sua formação suficiente à exceção daqueles que não o fazem pelos motivos abaixo elencados) contra 290 que demonstram esse interesse. Contudo, o interesse, como mostrado a seguir, não tem se traduzido em matrículas efetivas. Os motivos desse insucesso estão elencados no **gráfico 19**.

GRÁFICO 19 - DESEJO DE ESTUDAR NO BRASIL, SEGUNDO PRINCIPAIS MOTIVOS

Fonte: Pesquisa de Campo



Os principais motivos assemelham-se em grande parte àqueles relativos à dificuldade em validar diplomas: falta de recursos, falta de informação, dificuldades com o idioma português, **dentre outros**¹⁵. Consoante com o dado acima, apenas 87 entrevistados (18%) frequenta regularmente alguma escola no Brasil enquanto que a grande maioria (82%) não o faz.

A maioria dos refugiados abordados domina ao menos um dos quatro idiomas mais correntes (espanhol, francês, inglês ou árabe). O capital educacional manifesta-se também no número de anos, e conseqüente nível de escolaridade: 408 (84%) de nossa amostra

15. A presença das universidades, associações religiosas ou outras tem sido aqui muito importante. São efetivamente esses coletivos que estão abrindo as portas da formação superior para os refugiados, caso da Universidade Federal do Paraná que tem em seu quadro de alunos quase 100 refugiados matriculados. À exceção das instituições públicas, entidades religiosas e a Federação das Indústrias do Paraná (FIEP) têm proporcionado formações técnicas diversas, embora em pequeno número.

de informantes têm, no mínimo, o Ensino Médio completo, sendo que desses 408, 151 refugiados tem o Ensino Superior Completo, 6 deles com título de mestre e um de doutor. Em síntese, constituem grupo com alto capital educacional e habilidades linguísticas. São muitos os diplomados ou aptos a seguirem formação universitária desejando continuar seus estudos no Brasil. Porém, estão fora do sistema de ensino. Incapazes de validar seus diplomas no Brasil e/ou prosseguir seus estudos por razões diversas (falta de informação e dificuldade com o idioma refletem essa população recentemente instalada no país), não logram sucesso no reconhecimento de suas competências profissionais não conseguindo transformar esse capital escolar em capital econômico, ou seja, [trabalhos qualificados](#)¹⁶.

Apesar das dificuldades, o desejo de continuar seus estudos no Brasil indica forte motivação, abrangência e qualidade do parque universitário gratuito. Esse fator, como veremos mais tarde, indica alto potencial integrativo.

16. Saliente-se aqui, porém, que isso não ocorre apenas entre refugiados, mas é um problema corrente em países em desenvolvimento, tais como o Brasil.

3. Processos de deslocamento

O transporte aéreo foi o meio mais empregado para chegar ao Brasil em 93,8% (457 casos) da amostra. É seguido de longe pelos transportes terrestres e pelas embarcações marítimas, ambos com apenas 27 ocorrências cada (54 ou 11% do total). É de se notar que 4 refugiados entraram no país a pé. A origem da utilização dos transportes aéreos está na localização do país de origem da maior parte dos refugiados (Síria, República Democrática do Congo e Angola) e é corroborada pelo tempo gasto para chegar ao país, entre 1 e 5 dias, para **40% dos refugiados**¹⁷. Não obstante, para refugiados da Colômbia ou de países com ligação aérea direta para o Brasil, o tempo pode ser de até um dia, mais de 50% dos casos. Temos aqui um indicador importante porque pode estar demonstrando conhecimento prévio das rotas de deslocamento para o Brasil, como mostram os **gráficos 21 e 22**.

GRÁFICO 21 - MEIO DE TRANSPORTE PARA CHEGAR AO BRASIL

Fonte: Pesquisa de Campo

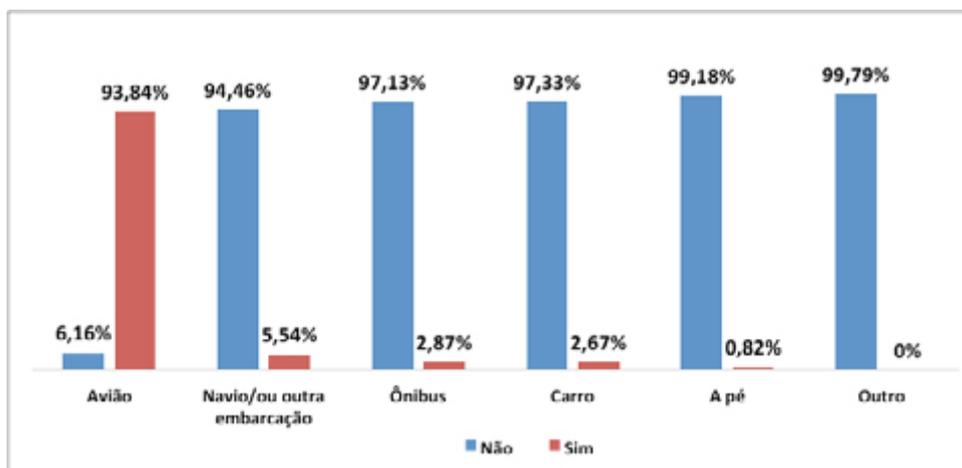
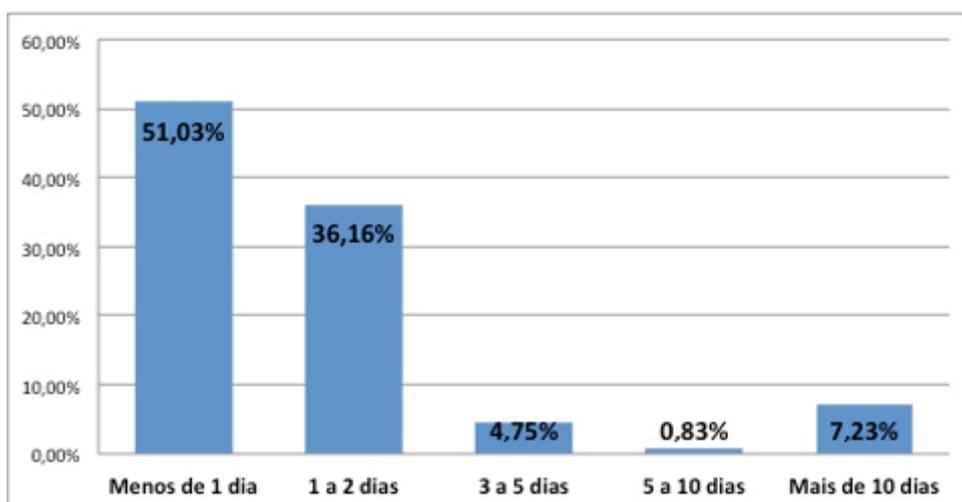


GRÁFICO 22 - TEMPO GASTO NO DESLOCAMENTO

Fonte: Pesquisa de Campo

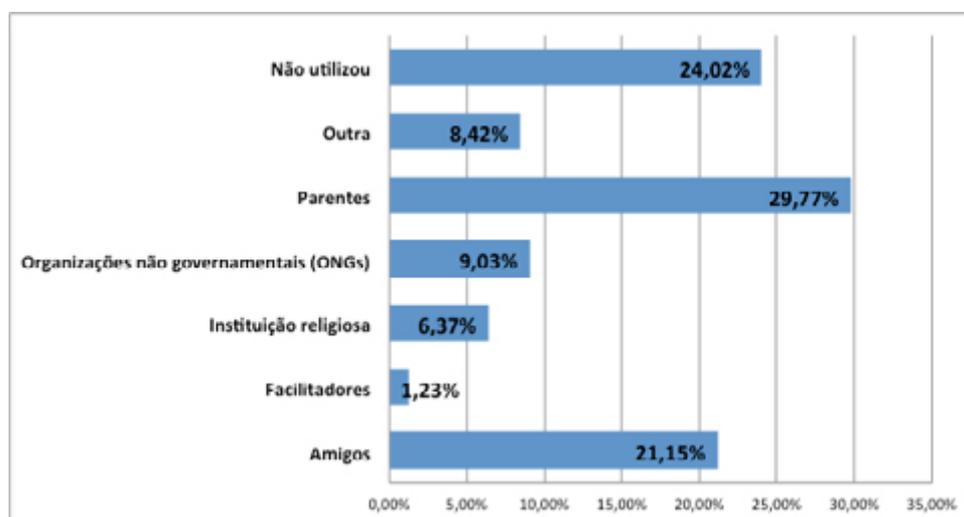


¹⁷ Contudo, mesmo dentre aqueles que levaram até 1 dia para chegar ao Brasil podem ser oriundos desses países acima.

Por outro lado, os refugiados contaram, em pouco mais da metade dos casos (50,9%) com auxílio de parentes (29,77%) ou amigos (21,15%) para chegarem ao Brasil. Apenas 24% dos entrevistados não se valeu de nenhuma rede (auxílio) para chegar ao Brasil. Isso demonstra que a emigração, embora muitas vezes seja ato individual, é concebida e planejada coletivamente, mormente em ambiente familiar, como indicam 29,77% dos refugiados. A dimensão familiar, é claro, não fica restrita aos processos de deslocamento, mas ligam-se à moradia, estratégias de emprego, criação de pequenos negócios, no país de destino e remessas e contatos diversos com os parentes e amigos que ficaram no país de origem, como demonstramos mais tarde. Esse dado indica enfim a realidade da família transnacional e dos processos migratórios coletivos.

GRÁFICO 23 - REDES SOCIAIS ACIONADAS NO DESLOCAMENTO

Fonte: Pesquisa de Campo



À falta do suporte familiar ou de amigos próximos, os refugiados valeram-se de algum tipo de rede, civil ou religiosa (em alguns casos redes clandestinas), situação de 25,4% dos entrevistados informantes. Não obstante a existência de famílias e redes, um número ainda expressivo não contou com nenhum tipo de auxílio ou ajuda (24% do total), significando talvez que utilizaram recursos próprios e/ou que foram obrigados a partir abruptamente sem planejamento ou em situações de variados níveis de perigo.

Em resumo, os dados indicam que a população refugiada entrevistada dispõe, além de capital econômico e/ou social, de razoável conhecimento de rotas de viagem e conhecimentos administrativos (*capital de mobilidade*¹⁸) essenciais à emigração. Esses capitais somam-se aos fatores de expulsão (push factors), ameaças diversas, situações de conflito, entre outras. Em sentido inverso, contudo, a experiência migratória desclassifica, ou seja, o migrante não consegue manter seu status social nem fazer valer seu capital educacional no mercado de trabalho do país de destino, como mostramos mais tarde.

18. Definimos o conceito de Capital de mobilidade como o conjunto de bens (simbólicos e materiais) que se apresentam sob a forma de conhecimentos - formalidades administrativas, procedimentos de viagens, conhecimentos linguísticos e de costumes - e documentos de migração (passaporte ou contratos de trabalho). Cada um desses bens pode ter sido adquirido através de experiências próprias ou familiares. Esse capital apresenta ainda uma dimensão jurídico-política quando o indivíduo adquire outras nacionalidades ou direitos de residência em país estrangeiro.

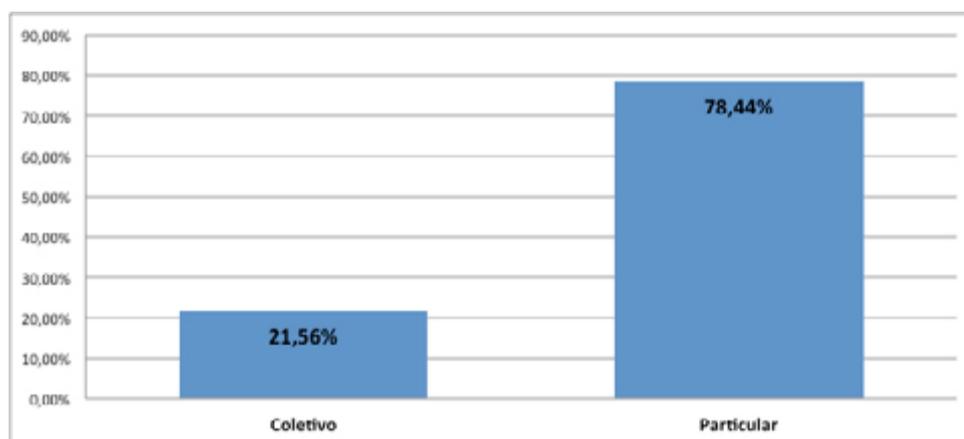
4. Moradia e gastos domésticos

4.1 A moradia

O tipo, a condição e os gastos com moradia evidenciam a situação socioeconômica cotidiana do refugiado entrevistado. Em primeiro lugar, temos o tipo, observando antes da análise que não houve caso de “não informantes” aqui. 78,44% dos entrevistados da amostra total vivem em unidades residenciais particulares, ou seja, que não dividem com mais ninguém além de familiares ou amigos próximos. Não obstante, 21,6% dos entrevistados residem em domicílios coletivos ou outro tipo de unidade compartilhada. Na prática, estão alugando quartos individuais em hotéis, pensões ou residências coletivas, como vimos na pesquisa de campo, alguns deles em regiões precarizadas dos centros urbanos onde residem.

GRÁFICO 24 - TIPO DE DOMICÍLIO EM QUE RESIDE

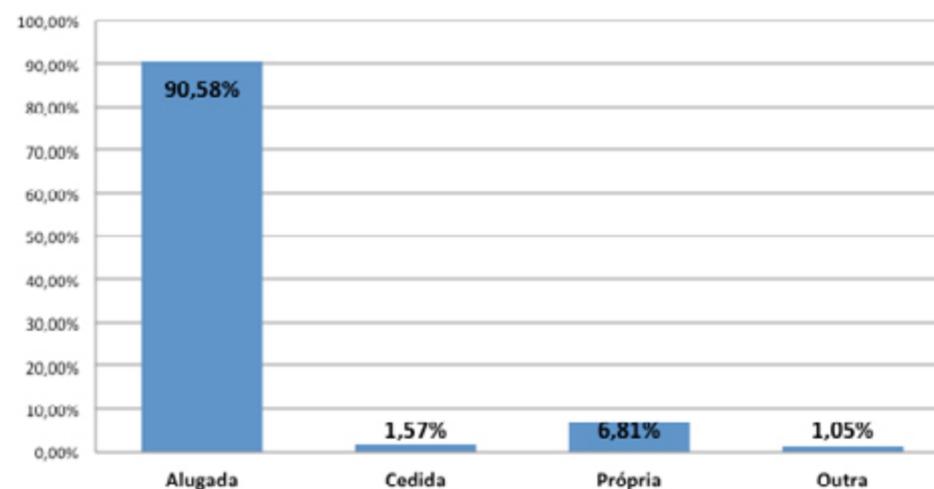
Fonte: Pesquisa de Campo



A condição de residência confirma a precariedade da vida cotidiana e a vulnerabilidade, principais características do grupo estudado em relação à moradia. Da mesma forma, impacta negativamente o potencial de consumo dos refugiados e suas famílias, como mostramos a seguir.

GRÁFICO 25 - CONDIÇÃO DA RESIDÊNCIA

Fonte: Pesquisa de Campo

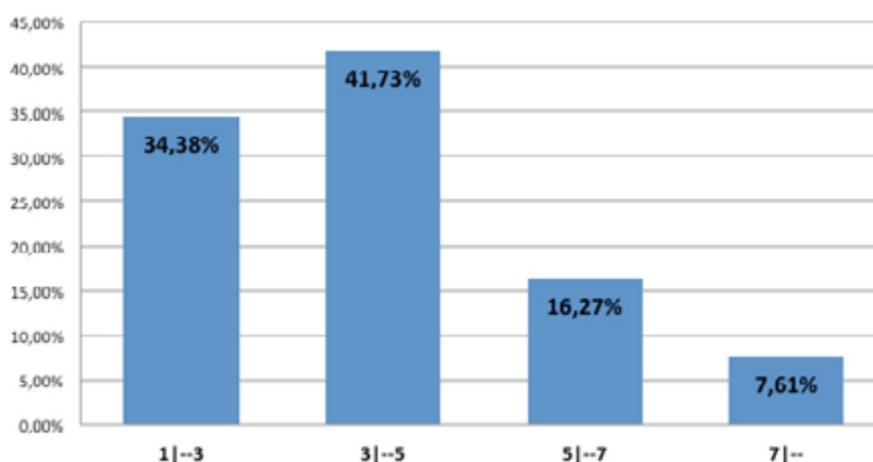


Em relação à condição de residência, analisando apenas o grupo dos informantes, 90,58% (do total de 382 entrevistados) residem em moradias alugadas enquanto que 6 (menos de 2%) outros vivem em unidades “cedidas”¹⁹. No outro extremo, apenas um pequeno número de refugiados reside (6,8%) em residências próprias, indicando provavelmente o início, ainda que débil, de processos de patrimonialização e integração socioeconômica.

O número de habitantes por residência é outro fator indicativo da condição geral de vida. A grande maioria dos entrevistados informantes (76,1%) vive em residência com até 4 pessoas, padrão clássico de famílias com um ou dois filhos ou um casal com parentes e/ou amigos. No outro extremo, um percentual relativamente alto (23,88%) vive em moradias com 5 ou mais pessoas.

GRÁFICO 26 - NÚMERO DE MORADORE NA RESIDÊNCIA

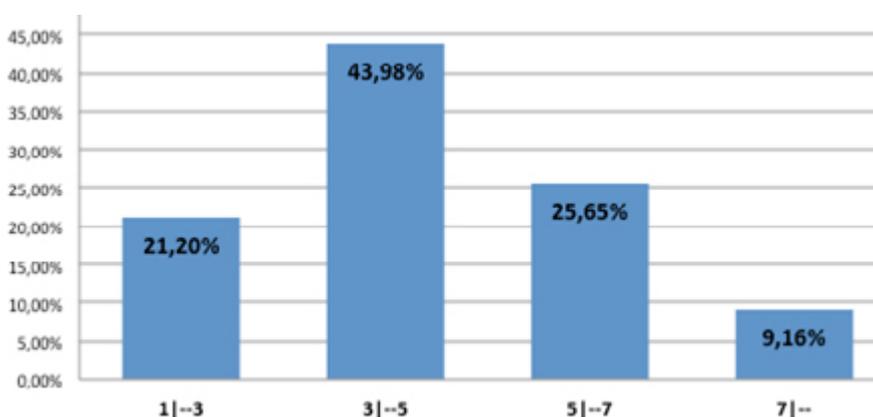
Fonte: Pesquisa de Campo



Cruzando esses dados com o número de cômodos por residência e o número desses que serve de dormitório, a situação de moradia assim se apresenta. Analisando ainda apenas o grupo de 302 que informaram o número de cômodos na residência, 249 entrevistados (65,18%) vivem em moradias de até 4 cômodos (o que inclui salas de jantar e estar e cozinha) e 23,88 em residência com 5 ou mais cômodos.

GRÁFICO 27 - NÚMERO DE CÔMODOS NA RESIDÊNCIA

Fonte: Pesquisa de Campo

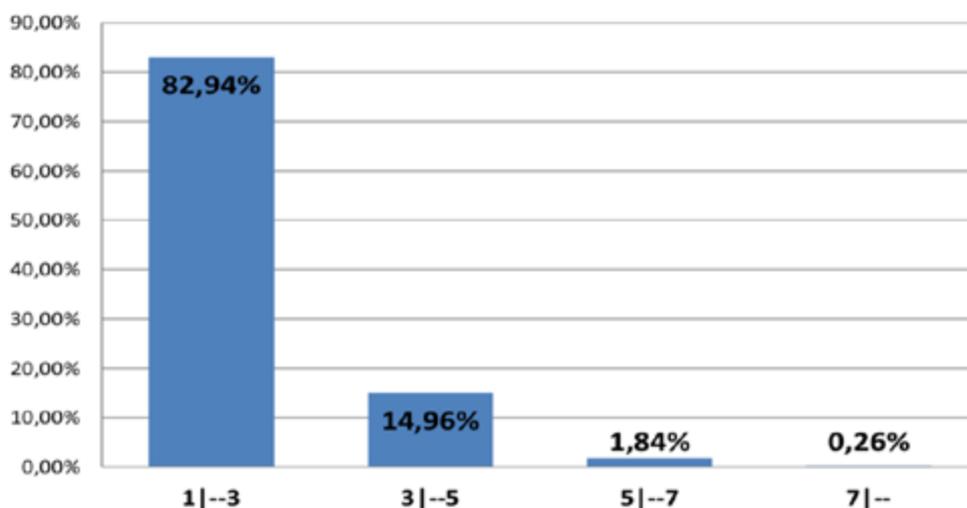


19. Unidades cedidas, por exemplo, emprestadas sem aluguel, revelam alto capital social, ou seja, capacidade de mobilizar pessoas próximas na solução de problemas sociais. O capital social de imigrantes com poucos anos de residência no país de acolhimento é, em geral, muito baixo.

Contudo, 316 moradias (do grupo de 381 informantes) reservam apenas um ou dois cômodos (quartos) para dormir, como mostra o **gráfico 28**.

GRÁFICO 28 - NÚMERO DE CÔMODO UTILIZADOS COM DORMITÓRIO

Fonte: Pesquisa de Campo



Como vimos, em 250 (65,6%) moradias vivem mais de 3 pessoas. Em síntese, temos um número baixo número de cômodos para um alto número de pessoas que os compartilham, indicando que as moradias são pequenas para o tamanho grupo que abrigam e/ou que diversas pessoas dormem no mesmo cômodo, ou enfim que a(s) sala(s) pode(m) estar servindo de dormitório. Em qualquer um desses casos, a condição de moradia do refugiado é precária.

4.2 A renda e seus gastos

No intuito de medir a qualidade de vida dos entrevistados, realizamos duas outras análises. Primeiro, analisamos a **renda domiciliar mensal**²⁰ e, em seguida, verificamos que percentuais dessa mesma renda são alocados em gastos com educação, saúde e lazer.

Dentre aqueles 395 entrevistados que informaram sua **renda mensal**²¹, 79,5% têm renda inferior a R\$ 3.000,00; 24% têm renda inferior a R\$1.000,00. No outro extremo, 20,5% apresentam uma renda domiciliar acima de R\$ 3.000,00 mensais. Dentre os últimos, apenas 15 refugiados (menos de 4%) declaram renda domiciliar acima de R\$ 5.000,00. Em resumo, não há elite econômica na amostra analisada.

Os gastos com educação, saúde e lazer, invariavelmente inferiores a R\$ 100,00/mês, são similares e coerentes com baixa renda, vida vulnerável em termos de cuidados de saúde e ausência de projetos educativos para todos os residentes do domicílio e não apenas para os refugiados informantes. Dentre os 304 entrevistados que informaram gastos com educação, 72,7% alocam menos de R\$ 100,00 mensais em gastos com educação. Já dentre os 320 entrevistados que informaram gastos com saúde, 74,7% dedicam **menos do que**

20. Trata-se aqui da renda por domicílio independente daqueles que contribuem para ela. Assume-se que todos os residentes beneficiam-se do total da renda informada.

21. Informações sobre renda são sempre difícil de se obter. Em grande parte das vezes, o entrevistado não quer declarar quanto (a família) ganha e/ou não sabe exatamente devido ao tipo de trabalho que realiza ou que realizam os outros membros, que também contribuem com a renda mensal.

R\$ 100,00 mensais²². Enfim, dentre os 311 entrevistados que informaram gastos com lazer, 69,1% dedicam menos de R\$ 100,00 mensais às atividades de lazer, como mostram os gráficos 30 e 31.

GRÁFICO 30 - GASTO MENSAL COM EDUCAÇÃO

Fonte: Pesquisa de Campo

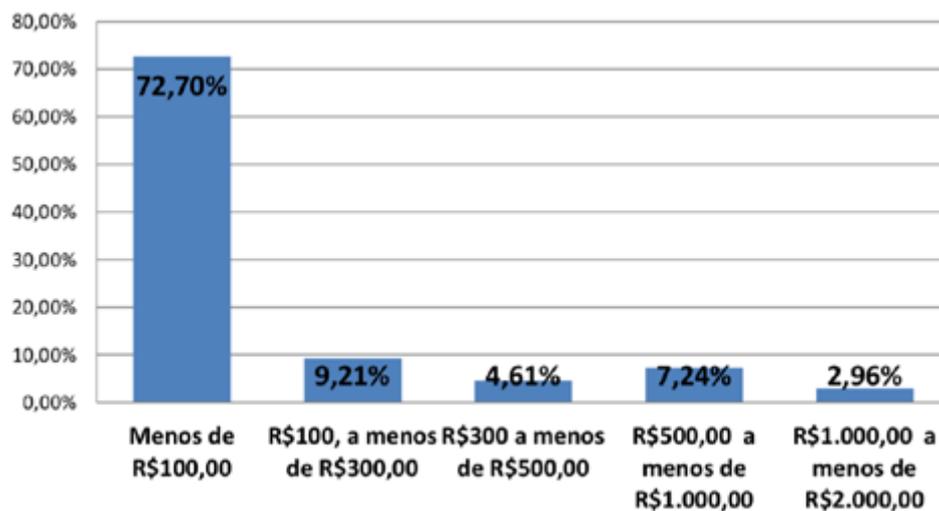
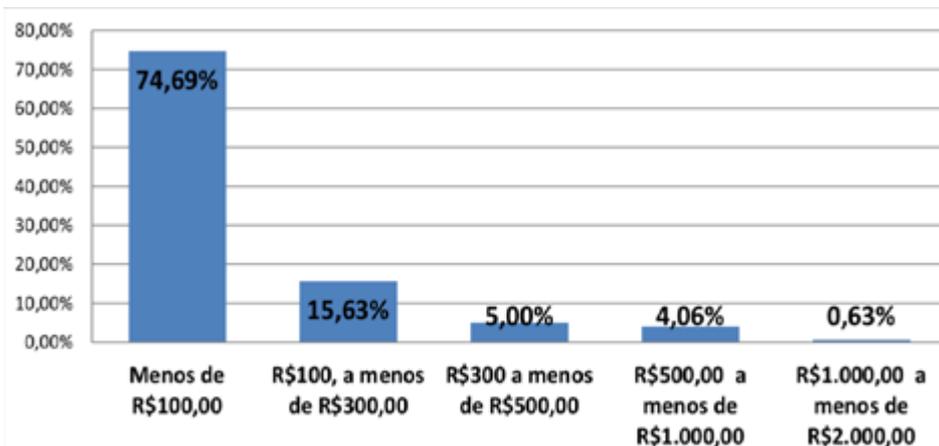


GRÁFICO 31 - GASTO MENSAL COM SAÚDE NA RESIDÊNCIA

Fonte: Pesquisa de Campo



A baixa renda explica os poucos gastos em atividades essenciais. Quando perguntamos aos refugiados se sua renda é suficiente para cobrir os gastos domésticos, dentre os 468 casos informantes, 67% afirmaram que não, como mostra o gráfico 33.

Uma vez que a renda domiciliar é insuficiente na grande maioria dos 468 casos informados, investigamos as estratégias (soluções) desenvolvidas pelos entrevistados para complementar a renda mensal.

A principal solução à insuficiência de renda é trabalhar mais para 38,8% dos entrevistados informantes. Em seguida, temos a redução de gastos com alimentação para 22% dos entrevistados. Compras ou pagamentos a crédito e a prática de solicitar empréstimo aparecem em seguida nas respostas dos entrevistados, em 16,8% e 16,2% dos casos. Enfim,

²². Note-se aqui que menos do R\$ 100,00/mês pode significar, eventualmente, nenhum gasto em educação, lazer ou ainda saúde.

foram aventadas outras soluções (quase 40% dos casos) ao problema da insuficiência de renda, tais como “fazer comida para vender”, bicos diversos como aulas, pequenos serviços, etc., passando por “pedir emprestado aos parentes”, reduzir gastos com lazer, entre outros. No geral, são soluções corriqueiras, bem comuns ao conjunto de qualquer população vulnerável, atestando assim que efetivamente os refugiados não têm renda suficiente.

GRÁFICO 33 - CAPACIDADE DA RENDA DOMICILIAR EM COBRIR GASTOS DA RESIDÊNCIA

Fonte: Pesquisa de Campo

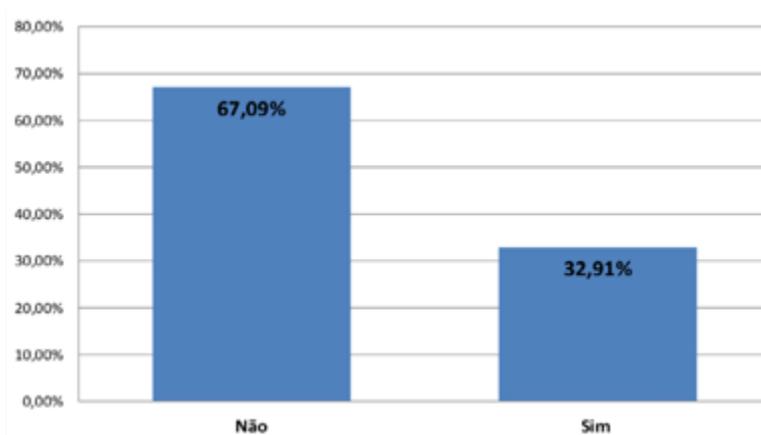
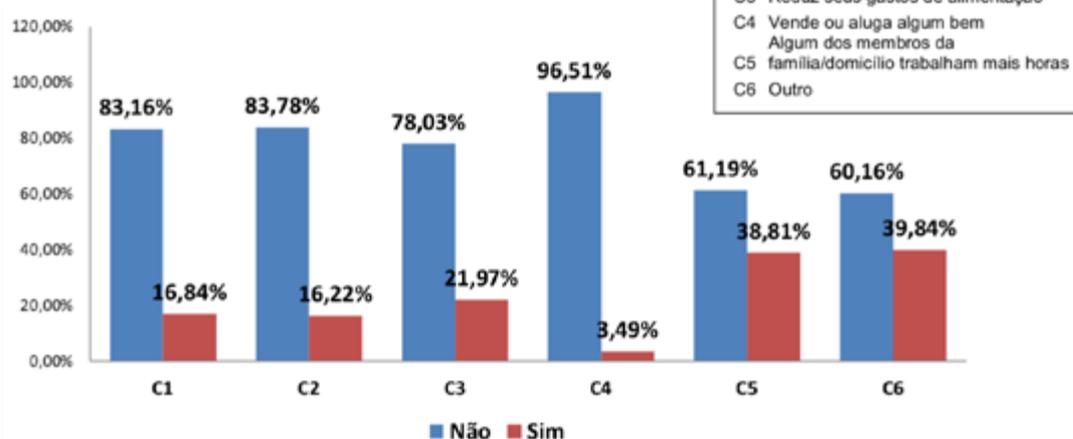


GRÁFICO 34 - SOLUÇÕES PARA COMPLEMENTAR RENDA MENSAL PARA COBRIR DE GASTOS

Fonte: Pesquisa de Campo



4.3 Acesso aos serviços financeiros

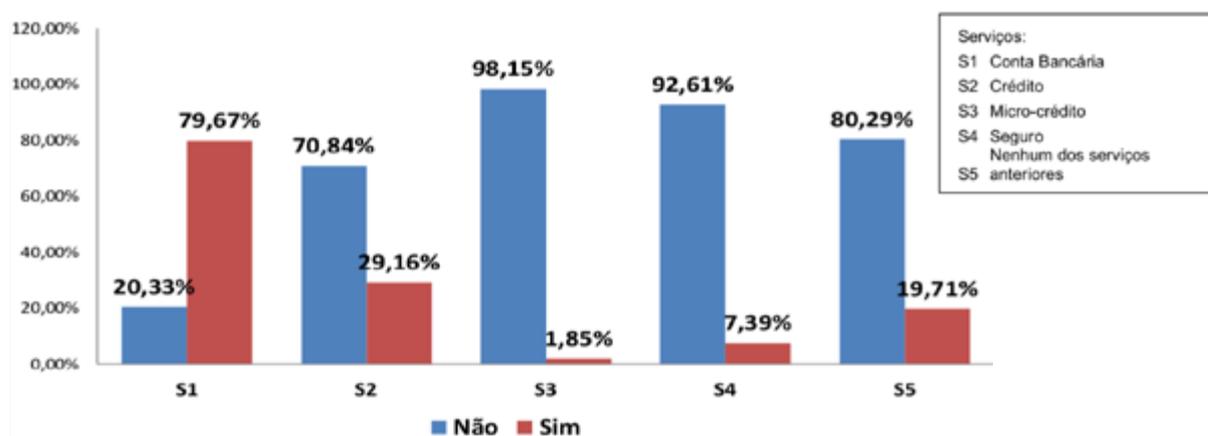
O acesso aos serviços financeiros indica simultaneamente o nível de integração comercial e o nível de vulnerabilidade econômica. Nesse conjunto de questões, não houve nenhum caso de “não informado”.

O percentual daqueles que têm conta bancária é bastante elevado, 388 casos (79,7% do total). O percentual daqueles que têm acesso ao crédito (142 casos ou 29,15%) é muito mais elevado do que daqueles que têm acesso ao microcrédito (9 casos ou 1,8%). É possível supor que o acesso ao crédito tenha sido pensado como a prática de “comprar a crédito”, citado por 16,8% dos entrevistados, ou ainda como empréstimos pessoais oferecidos por empresas financeiras especializadas nesse ramo de negócio (BV, Crefisa, etc.). Por sua vez, o microcrédito, muito pouco citado, é um serviço bancário normalmente destinado às

empresas ou para abertura ou melhora de pequenos negócios, ramos de atividade pouco encontrado entre os entrevistados, e não como “empréstimo” simples ou “cheque especial”, citado por 16,2% dos entrevistados. De fato, os empréstimos podem ser solicitados às instituições financeiras tanto quanto aos parentes, amigos, dentre outros. Por outro lado, o número relativamente alto de refugiados que não têm conta bancária (20,3%) revela que uma parte dos refugiados está em situação de grande vulnerabilidade ou mesmo de inviabilidade econômica.

GRÁFICO 35 - SERVIÇOS FINANCEIROS ACESSADOS

Fonte: Pesquisa de Campo



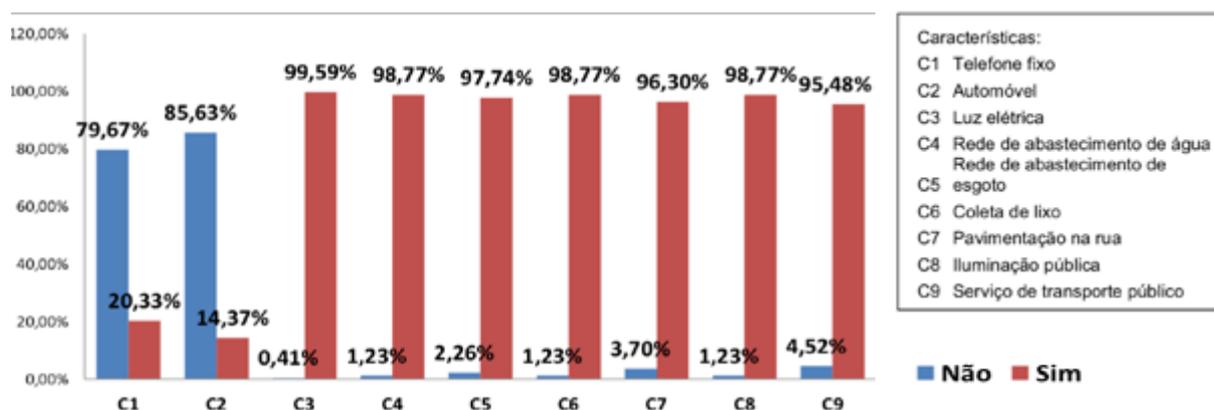
4.4 Serviços públicos no local da morada do refugiado e bens de consumo

Todos os entrevistados vivem em espaços urbanos. Nesse quesito de integração à malha e aos serviços urbanos, analisamos os indicadores de acesso aos serviços públicos no local de moradia e os bens de consumo, a maior parte deles relacionados à estrutura urbana e não houve nenhum um caso de não informante.

Em mais de 95,5% dos casos, os entrevistados residem em ruas equipadas com serviços públicos urbanos básicos, como iluminação, coleta de lixo, rede de abastecimento de água e de coleta de esgoto, luz elétrica domiciliar, pavimentação e transporte público. Um número não desprezível possui automóvel (14,4%) ou telefone fixo (20,3%), esse último, um bem cada vez menos demandado.

GRÁFICO 36 - BENS E SERVIÇOS DISPONÍVEIS NA RESIDÊNCIA

Fonte: Pesquisa de Campo



Em síntese, temos uma população residindo em moradias alugadas e cuja renda domiciliar, concentrada na faixa R\$ 1.000,00 a R\$ 3.000,00 mensais, sustenta (de fato é insuficiente para isso) 4 pessoas, o que faz uma renda domiciliar per capital inferior a um salário mínimo. Um número não desprezível de entrevistados declarou, contudo, viver com renda domiciliar inferior a R\$ 1.000,00 mensais, em situação de grande precariedade e candidatos potenciais aos programas de transferência de renda, como teremos ocasião de comentar mais à frente.

A maior parte dessa população (o refugiado e todos aqueles que partilham sua residência contribuindo ou não para a renda do domicílio) vive em domicílios com no máximo dois quartos para dormir. De forma geral, embora tenha seus gastos comprometidos com aluguel e outras despesas ligadas à moradia (água, luz, etc.), sua renda não atende às necessidades do domicílio, o que explica redução de alimentação, empréstimos diversos, gastos reduzidos (menos do que R\$ 100,00/mês) com educação, saúde e lazer, resultando na impossibilidade de investimento em qualidade de vida e progresso individual. A população refugiada analisada encontra-se, de maneira geral, alijada do sistema de crédito nacional e endividada.

Trata-se assim de população vulnerável, que se encontra nos extratos médios da pirâmide educacional brasileira e nos extratos baixos da pirâmide econômica brasileira, apenas com acesso ao crédito rápido, sem capacidade de investir em atividades de promoção socioeconômica, como educação e negócios, constituindo-se assim o paradoxo de grupo com elevado capital educacional e linguístico, mas sem perspectivas de ascensão. Por fim, reside em espaços urbanos de ótima qualidade em termos de infra-estrutura urbana – bairros médios das grandes capitais brasileiras - sobretudo se comparado aos [indicadores nacionais](#)²³.

23. Como mostra o gráfico 36, 98,8% de nossos entrevistados têm acesso à rede de abastecimento de água e 97,7% à rede de esgotos. Em 2017, apenas 50,3% dos brasileiros tinham acesso à rede coletora de esgotos e 83,3% à água, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, SNIS. Para maiores detalhes, ver www.snis.gov.br

5. Perfil laboral e habilidades profissionais

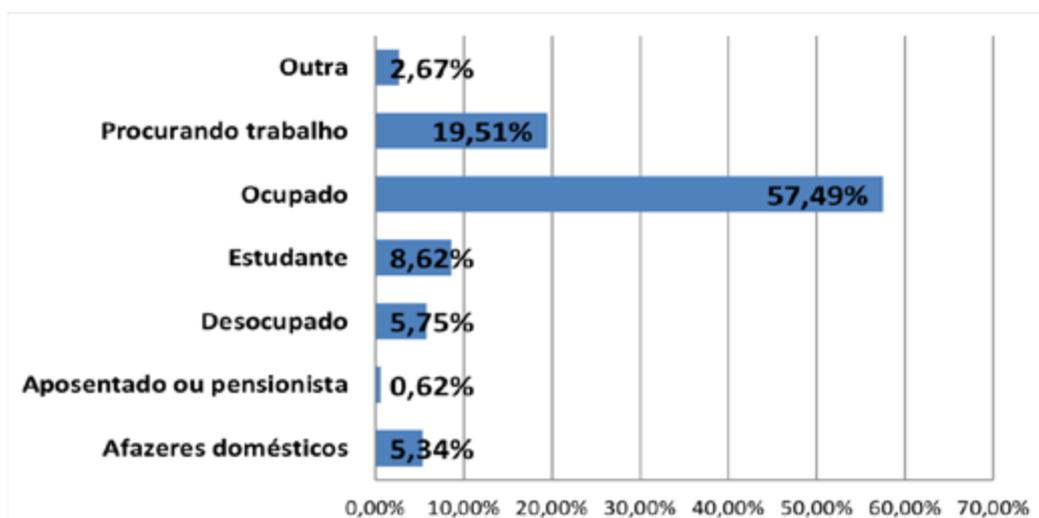
5.1 Ocupação

Como mostram os gráficos desse ítem, trabalhados a partir do total de 487 entrevistados que responderam a essa questão, a grande maioria dos participantes da pesquisa está trabalhando (57,5% ou 280 refugiados). No outro extremo, 95 ou 19,5% dos refugiados estão procurando trabalho - índice de desemprego bem mais elevado do que a média nacional com mostramos abaixo - enquanto que 5,7% dos entrevistados estão desocupados, ou seja, não estão empregados nem estão procurando emprego. No total, portanto, 25,2% de nossa amostra estão fora do mercado de trabalho, um número bastante preocupante se lembrarmos que se trata de população muito vulnerável, obrigada a deixar seu país de origem em condições de grande fragilidade e que não está conseguindo [gerar renda no país de destino](#)²⁴.

Por outro lado, 5,3% dos entrevistados declararam-se ocupados com “afazeres domésticos” e 3 refugiados (0,6%) são aposentados ou pensionistas. Finalmente, 8,62% (42) refugiados estão fazendo “estudos”. Não estando trabalhando nem procurando emprego, sustentam-se provavelmente com recursos próprios ou são mantidos por familiares e/ou amigos.

GRÁFICO 37 - CONDIÇÃO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL

Fonte: Pesquisa de Campo



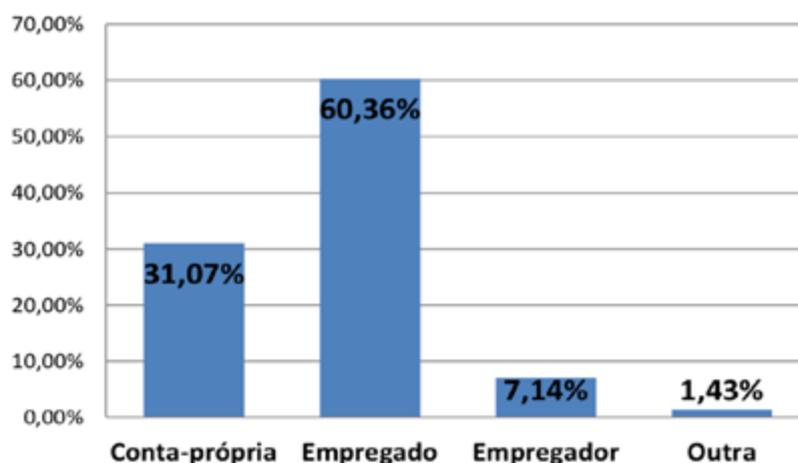
Em relação aos 57,49% dos entrevistados ([gráfico 37](#)) que estão envolvidos em algum tipo de atividade laboral, verificamos inicialmente uma pequena proporção de 4,1% que empregam um ou mais trabalhadores em sua atividade empresarial, mormente algum tipo de atividade comercial estabelecida seja em imóvel comercial, seja ainda na própria residência como é o caso daqueles que produzem alimentos para venda. Além disso, temos 17,9% dos refugiados trabalhando “por conta própria”. Ao total, são 22% em atividades empresariais. Esse dado demonstra que o empreendedorismo não é apenas um sonho,

²⁴ Como veremos, as remessas vindas de indivíduos residentes nos países de origem dos refugiados confirmam essa fragilidade.

mas uma realidade. Finalmente, somando esses últimos empreendedores com aqueles que declararam interesse em empreender, como mostramos no **gráfico 38**, temos um alto potencial de empreendedorismo. Isso indica que a integração dos refugiados à realidade socioeconômica brasileira é um processo em curso.

GRÁFICO 38 - POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

Fonte: Pesquisa de Campo

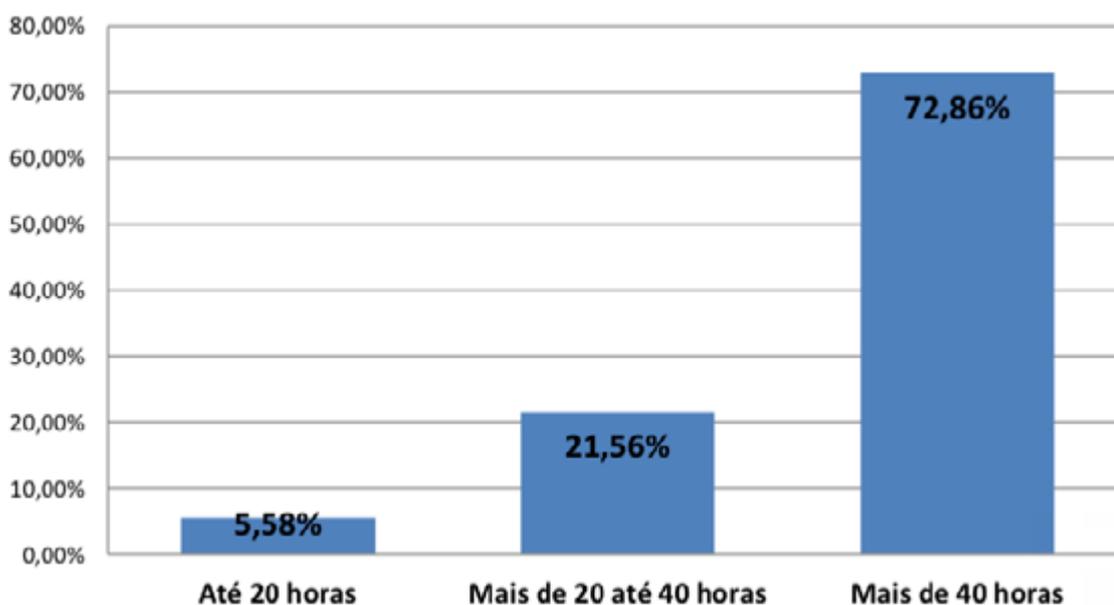


5.2 Jornada Semanal de Trabalho

O **gráfico 39** mostra que 73% (da amostra de 263 informantes)²⁵ têm uma jornada semanal de trabalho de mais de 40 horas, em princípio ainda dentro da lei brasileira de 44 horas. Por outro lado, uma parcela de 27% de refugiados trabalha menos de 40 horas, dos quais apenas 5,58% podem ser classificados como **meio período (até 20 horas)**²⁶.

GRÁFICO 39 - JORNADA SEMANAL DE TRABALHO

Fonte: Pesquisa de Campo



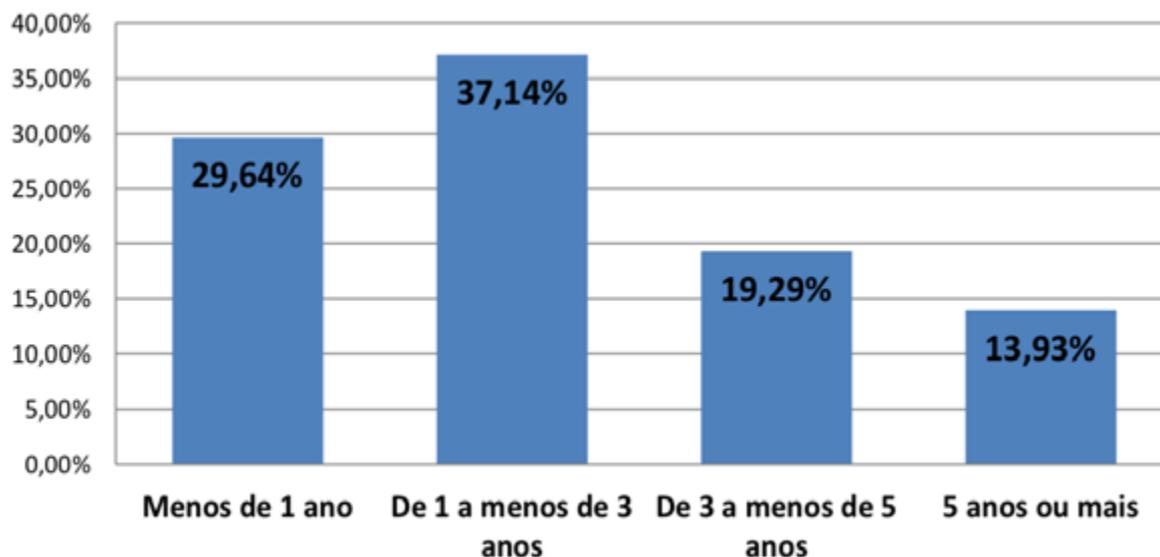
25. Lembremos aqui que nem todos os refugiados de nossa amostra trabalham. Temos casos de desempregados, aposentados, dentre outros.

26. Embora o número de 'não informados' aqui seja grande (218 ou 44,8%), lembremos que nessa categoria estão os estudantes, os desempregados ou procurando empregos, os pensionistas e, eventualmente, os patrões.

Em relação ao tempo em que se encontra no trabalho atual, temos.

GRÁFICO 40 - PERÍODO DE TEMPO NO TRABALHO ATUAL

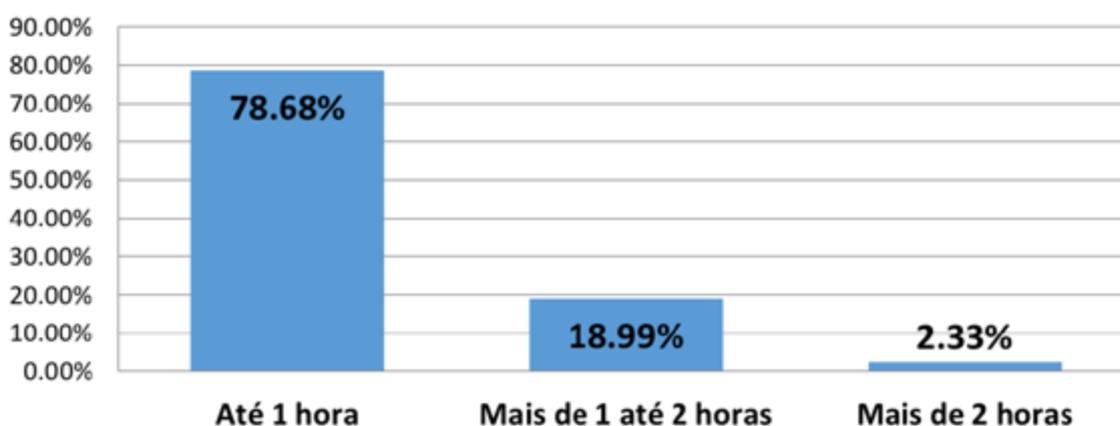
Fonte: Pesquisa de Campo



Analisando agora os 280 refugiados empregados (identificados no **gráfico 38**), 66,8% (29,64% menos do que um ano e 37,14% entre 1 e menos do que 3 anos, conforme **gráfico 40**) estão no emprego há menos do que 3 anos e 19,3% estão no trabalho atual entre 3 e 5 anos. Esse dado coincide com o tempo de refúgio no Brasil, inferior a 5 anos, como mostrado inicialmente. Em relação ao tempo de deslocamento para chegar ao trabalho, temos.

GRÁFICO 41 - QUANTIDADE DE TEMPO DE DESLOCAMENTO ATÉ O TRABALHO

Fonte: Pesquisa de Campo



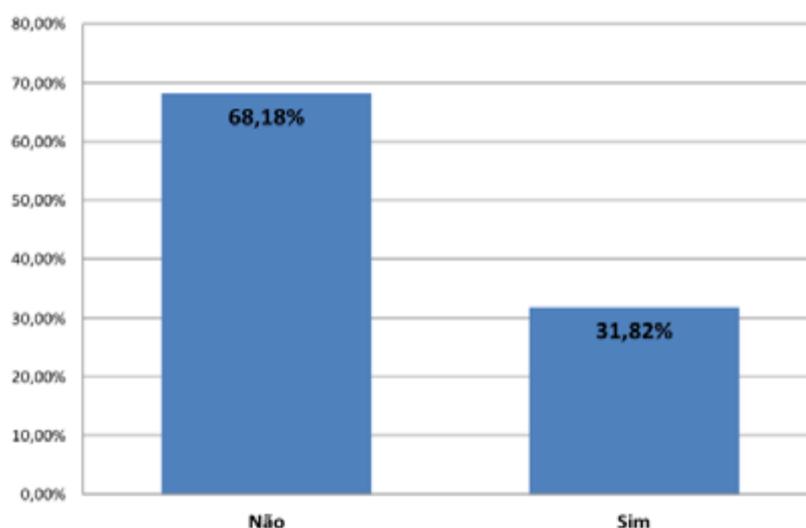
Dentre os 258 refugiados que responderam a essa questão, 78,68% declaram levar até uma hora para chegar ao trabalho, dado compatível com as cidades médias e grandes no Brasil.

O uso das habilidades profissionais no mercado de trabalho (formal ou informal) é bastante revelador do fenômeno de desclassificação socioeconômica (queda em seu status socioeconômico) que são submetidos os refugiados e/ou imigrantes em geral. Esse fenômeno, bastante corrente em relação às migrações sul-norte, revela-se também aqui

no caso das migrações sul-sul²⁷, corroborando situações similares verificadas alhures. Em termos específicos, os refugiados entrevistados não têm conseguido se valer de suas competências profissionais. Isso ocorre por diversas razões, mas não necessariamente porque o mercado de trabalho é restrito ou não esteja em expansão. O fato é que para acessar empregos qualificados, os refugiados precisam validar seus diplomas. Essa dificuldade explica grande parte dos problemas enfrentados quando da procura de trabalho. Antes, porém, vejamos os dados.

GRÁFICO 42 - APROVEITAMENTO DA PROFISSÃO/OFÍCIO NA OCUPAÇÃO ATUAL

Fonte: Pesquisa de Campo



O gráfico 42 mostra que dentre os 462 refugiados que responderam a essa questão, 68,2% não utilizam suas habilidades profissionais nos atuais trabalhos contra apenas 31,8% que as utilizam. Esse dado pode estar revelando falta de informações e/ou de oportunidades. Porém, pode ser explicado pelo exíguo número daqueles que conseguiram revalidar seus diplomas (14 casos). Enfim, pode estar revelando também o atual nível de desemprego no país, ainda na ordem de 12% da população economicamente ativa. Em qualquer uma dessas situações, o fato é que os refugiados não conseguem valer-se de suas competências profissionais²⁸, demonstrando que o processo migratório desclassifica (“empurra para baixo”) social e economicamente o migrante em geral e o refugiado em particular.

Ainda nesse registro, investigamos a realização de cursos de capacitação profissional

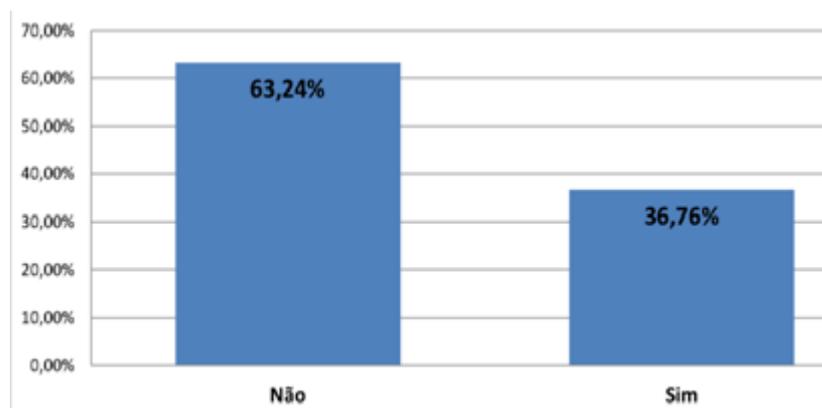
27. As migrações sul-sul, para o chamado “Sul Global” está associado à nova divisão internacional surgida no pós-Guerra Fria, em que o mundo não mais seria dividido entre Leste (países comunistas) e Oeste (países capitalistas), mas entre Norte (países desenvolvidos, industrializados no século XIX) e Sul (países em desenvolvimento, ex-colônias e de industrialização tardia). No debate sociológico, as chamadas “sociologias do sul” ou “teorias do sul” surgem como uma nova lente teórica que tem sua origem em outros movimentos teóricos (como os estudos decoloniais, pós-coloniais, modernidades múltiplas e distintas fases da modernidade), mas que incorpora o centro da disputa geopolítica no debate sociológico, como a sociologia do sul.

28. Reverter esse processo é o desafio cuja alternativa primeira passa pela revalidação dos diplomas. Importante assinalar a esse respeito que no último dia 27 de março de 2019, a Assembleia Legislativa do Paraná finalmente promulgou o Projeto de Lei nº 561/2016 que, entre outras disposições, isenta de taxas os processos de revalidação de diplomas de migrantes, refugiados e apátridas. Mais informações no site da Assembleia Legislativa do Paraná <https://bit.ly/2XAseam>

no Brasil. A maior parte dos entrevistados não realizou nenhum tipo de curso, indicando assim que além de não conseguirem valer-se de suas habilidades profissionais, não estão conseguindo requalificar-se profissionalmente.

GRÁFICO 43 - REALIZAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO

Fonte: Pesquisa de Campo

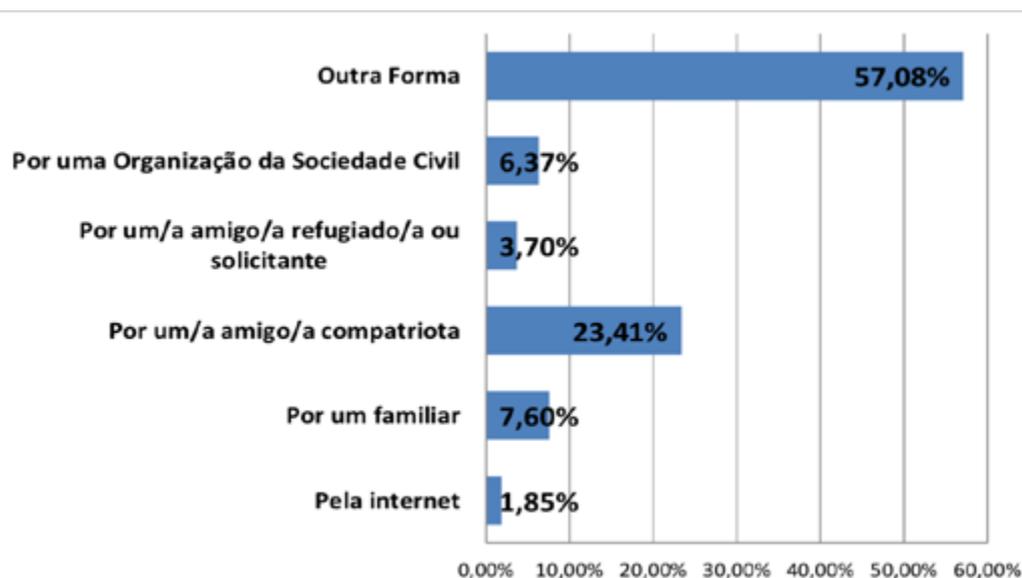


5.3 Modos de obtenção de trabalho

Os ‘modos de obtenção de trabalho’ comprovam a análise acima. Analisando o **gráfico 44**, temos um expressivo contingente de **34,7% dos refugiados²⁹** que obtiveram seu trabalho dentro dos círculos nacional e familiar, revelando a importância desses e o fato de que a integração no país de destino é, inicialmente, trilhada e facilitada nesses meios primários de socialização. Não obstante isso, em 57,08% dos casos, diversas outras formas são acionadas, tais como trabalhar “por conta própria”, realizar “estágio em empresa”, convênio universidade-escola, etc³⁰.

GRÁFICO 44 - FORMA DE OBTENÇÃO DO TRABALHO ATUAL

Fonte: Pesquisa de Campo

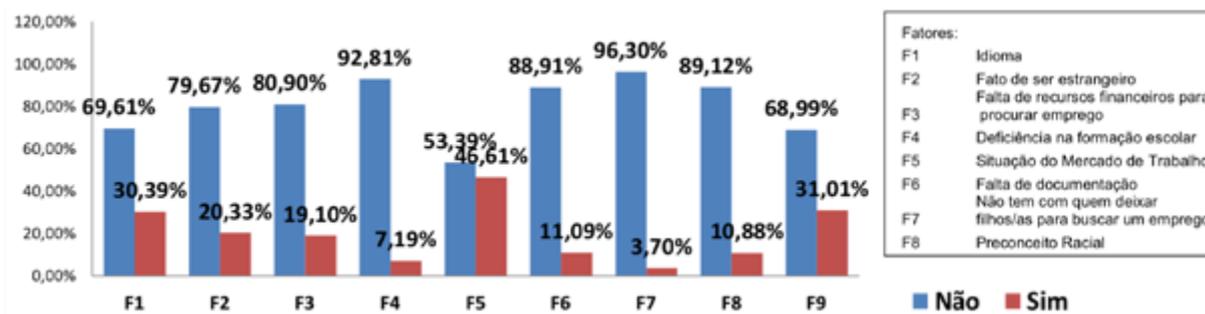


29. Obteve através de um familiar (37 casos), por um amigo/a compatriota (114 casos) e por um/a amigo/a refugiado/a ou solicitante (18 casos).

30. Lembremos que o item “Outra forma” agrupou também todos os “não se aplica”, englobando assim os casos daqueles que não estão trabalhando.

GRÁFICO 45 - PRINCIPAIS FATORES QUE DIFICULTAM A OBTENÇÃO DE EMPREGO

Fonte: Pesquisa de Campo

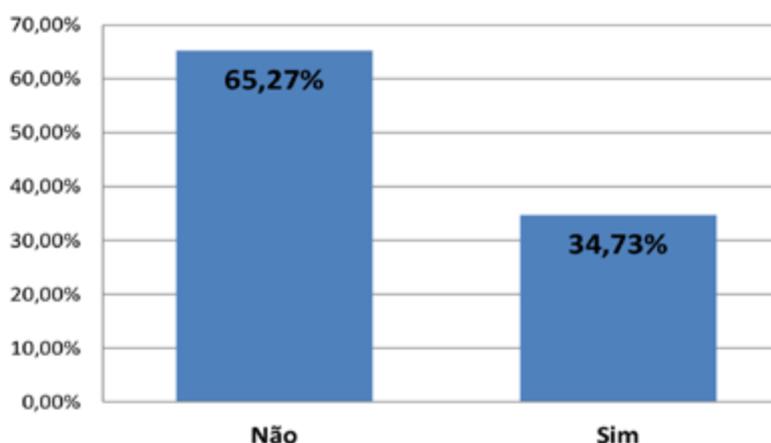


O **gráfico 45** acima destaca as principais dificuldades em se **conseguir trabalho**³¹. Segundo os últimos dados divulgados pelo IBGE (**fevereiro de 2019**)³², 12,4% (13,1 milhões) da população ativa brasileira está desempregada. Como visto, a população refugiada analisada apresenta indicadores ainda mais dramáticos uma vez que 19,5% estão buscando trabalho. Esse dado explica porquê o “mercado de trabalho” foi apontado como o principal obstáculo em conseguir emprego por **227 entrevistados (46,1%)**³³. Contudo, há outros obstáculos que se somam, tais como a falta de domínio do idioma (citado 148 vezes) e ser estrangeiro (citado 99 vezes), lembrados por mais de 20% dos entrevistados. Em seguida, temos a falta de recursos para buscar trabalho (citado 93 vezes), falta de documentos (citada 54 vezes) e o preconceito racial (citado 53 vezes). Deficiência na formação escolar (citado 35 vezes) e ‘não ter com quem deixar os filhos’ (citado 18 vezes) completam a lista. Em suma, dadas as condições da população refugiada, o mercado de trabalho brasileiro parece especialmente restrito.

Analisando agora a contribuição à previdência, temos.

GRÁFICO 46 - CONTRIBUIÇÃO PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Fonte: Pesquisa de Campo



Dentre os 478 refugiados que responderam a essa questão, o **gráfico 46** mostra que o número daqueles que não contribuem para a previdência social brasileira (312 ou

31. Trabalhamos aqui com toda a amostra e não apenas com os empregados uma vez que os estudantes, pensionistas, desempregados, etc., sobretudo esses últimos, também podem estar cientes da dificuldade em obter emprego.

32. Para maiores detalhes, ver www.ibge.gov.br Acessado em 25 março de 2019.

33. Trabalhamos aqui com o número de vezes que um determinado fator foi individualmente citado o que significa que um mesmo fator pode (de fato foi) ter sido citado mais de uma vez.

65,27%) supera o número daqueles que contribuem (166 ou 34,73%), esse último dado quase equivalente ao número de empregados (169), donde se pode concluir que se trata, muito provavelmente, de empregados formais com carteira assinada. No outro extremo, o número dos que não contribuem dividem-se entre desempregados, estudantes, pensionistas e, eventualmente, patrões que não contribuem para si mesmos.

5.4 Empreendedorismo

Dada a realidade de grande desemprego e atividades informais não registradas, investigamos também o empreendedorismo, suas dificuldades e a existência de habilidades (ou capacidades profissionais e artísticas) que eventualmente podem indicar saídas à situação econômica atual.

GRÁFICO 47 - DISPOSIÇÃO EM EMPREENDER

Fonte: Pesquisa de Campo

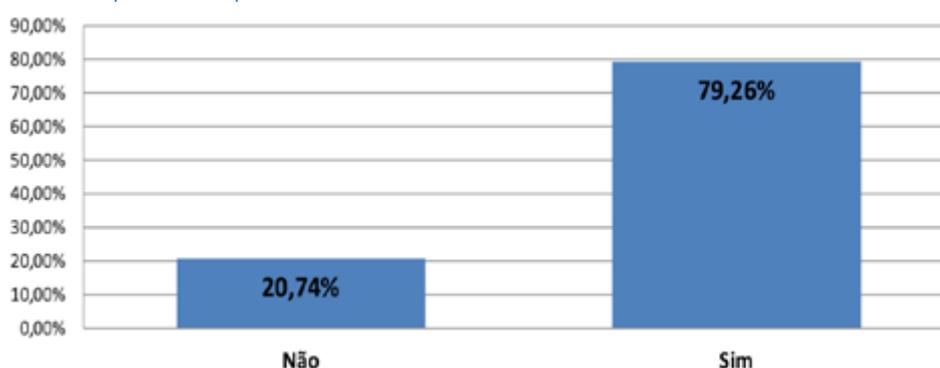
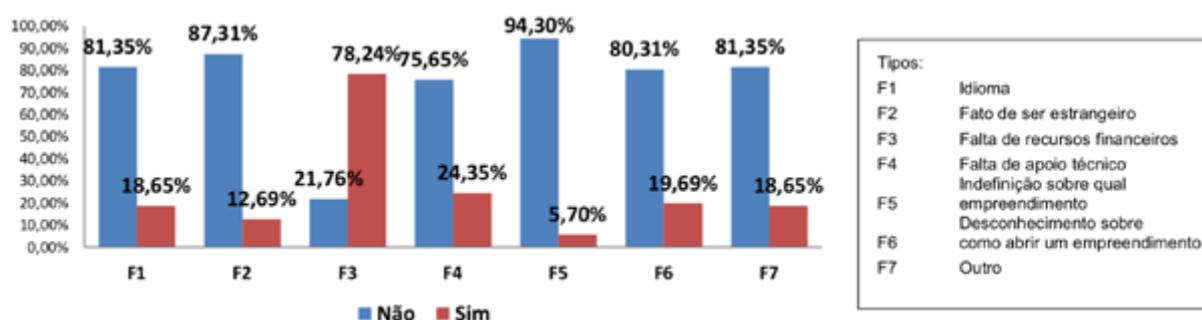


GRÁFICO 48 - TIPOS DE DIFICULDADE PARA CRIAR EMPREENDIMENTO PRÓPRIO

Fonte: Pesquisa de Campo



A disposição em empreender foi afirmada por 79,3% entrevistados (dentre os 383 respondentes aqui) contra 20,7% que não desejam fazê-lo e não houve não informantes aqui. Analisando os fatores que “poderiam dificultar ou dificultam” o empreendimento, agora somente dentre aqueles que estão dispostos a empreender (ou seja, que responderam ‘sim’ à pergunta anterior), temos a “falta de recursos financeiros” (302 dentre 386 informantes ou 78,2%) como o principal obstáculo. A “falta de apoio técnico” (24,3%) e o “desconhecimento sobre como abrir” (desconhecimento dos procedimentos burocrático-legais em 19,7% dos casos) são fatores que podem se somar. Finalmente, temos o problema do idioma e o fato de ser estrangeiro, citados por 18,4% e 12,7% dos refugiados, respectivamente. Nota-se aqui a persistência do fator “ser estrangeiro” como obstáculo – também citado como dificuldade para obtenção de emprego – pode ser associado ao “problema” com o idioma.

Isso comprova a análise geral de uma população recentemente instalada no Brasil, muito ligada à família e aos nacionais, pouco integrada, com pouco conhecimento formal (embora com grande conhecimento cultural, como mostramos adiante) da sociedade brasileira e ainda à procura de seus próprios espaços socioeconômicos.

Investigando agora a existência de outros potenciais que podem alavancar os processos integrativos e geradores de renda, medimos a existência e os tipos de habilidades pessoais que o entrevistado possui.

“Gastronomia” é a habilidade mais citada (203 vezes ou 41,7%) pelos entrevistados, todas as outras sendo inferior a 22% dos casos. Com efeito, as outras habilidades assemelham-se a hobbies e, talvez por isso, não sejam facilmente rentáveis (caso das habilidades artísticas). Efetivamente, “vender comida”, em especial no caso dos sírios que, segundo alguns relatos pessoais, ficaram positivamente impressionados com a popularidade da comida árabe entre os brasileiros, parece ser uma das atividades econômicas mais em alta, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro ou Curitiba³⁴.

Em síntese, a integração econômico-laboral do refugiado entrevistado é ainda bastante precária. Parte significativa está desempregada (atribuindo isso ao fato de ser estrangeira e ao preconceito racial) ou trabalha bastante e tem renda insuficiente para cobrir os gastos domiciliares, recorrendo às diversas estratégias de sobrevivência, inclusive à redução de gastos sociais. Dentre os trabalhadores, a baixa integração revela-se pelos modos de conseguir emprego (família e amigos nacionais), os mesmos a quem recorrem em casos de dificuldades. Por outro lado, domina pouco o idioma nacional e percebe-se como “estrangeira”, ou seja, revela pouco conhecimento dos códigos (informações e convenções) nacionais, inclusive de sociabilidades, como mostramos mais tarde. A disposição em empreender – talvez porque estejam percebendo a dificuldade na obtenção de postos de trabalho e/ou o baixo valor das remunerações em relação ao seu capital educacional – é majoritária. Porém, não alcançam esse objetivo devido a seu baixo capital e dificuldades diversas, como o fato de ser estrangeira. Finalmente, trata-se de uma população desprotegida, socialmente falando, uma vez que a maior parte dela não contribui para a previdência. Todos esses fatores em conjunto constituem o drama da sobrevivência econômica dos refugiados entrevistados.

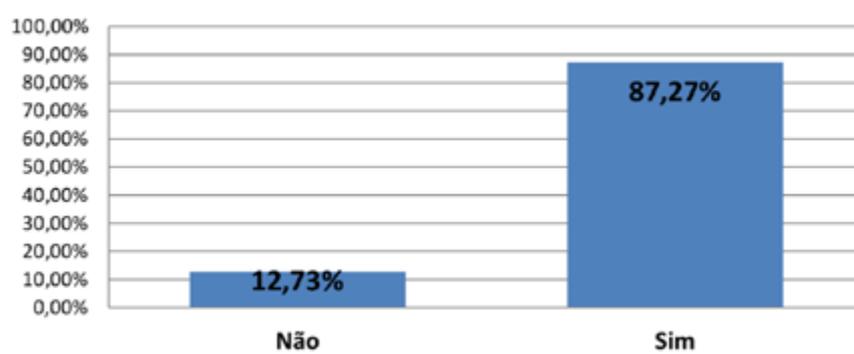
34. Um de nossos entrevistados revelou que pede receitas para fazer no Brasil aos parentes que ainda residem na Síria.

6. Vínculos com país de origem e riscos financeiros

A manutenção dos laços sociais com o país de origem se faz, no caso em tela, basicamente através do acompanhamento das manifestações culturais e políticas produzidas e veiculadas em sua terra natal. Inicialmente, verificamos forte apego cultural dentre os refugiados entrevistados uma vez que 425 refugiados (87,3% do total de 487 respondentes) afirmaram acessar pela internet as manifestações ou obras artísticas (músicas, filmes, etc.) produzidas em seus países de origem.

GRÁFICO 50 - CONTATO COM ALGUMA FORMA CULTURAL DO PAÍS DE ORIGEM ATRAVÉS DA INTERNET

Fonte: Pesquisa de Campo

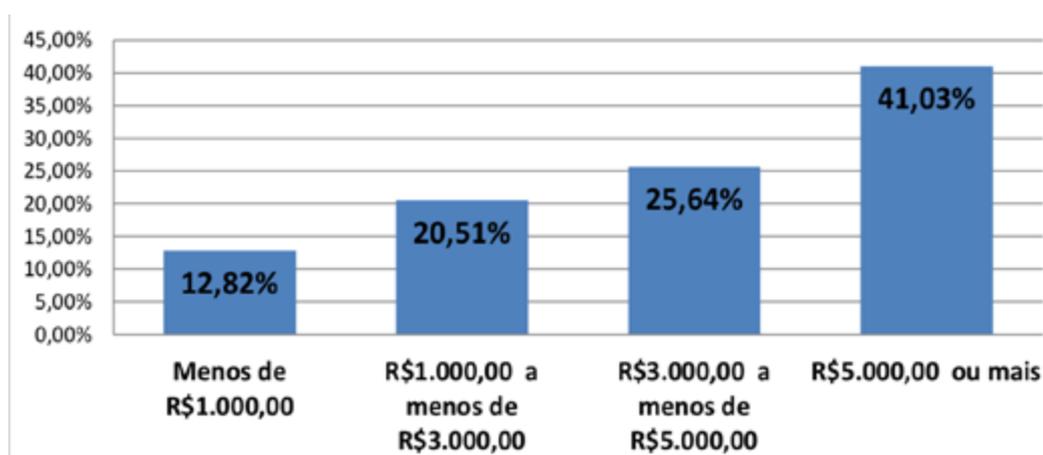


Os laços financeiros com o país de origem (remessas enviadas e recebidas, dentre outras formas) compõem o conjunto de indicadores que, a um só tempo, revela a qualidade de vida do refugiado, sua vulnerabilidade econômica e seu grau de integração na sociedade de destino. Do mesmo modo, demonstram a existência de redes, laços transnacionais passados e presentes (eventualmente a dependência) para com grupos (familiares e amigos) residentes no país de origem e também no país de destino.

Analisando as dívidas contraídas durante o deslocamento, verifica-se que apenas 43 entrevistados (9%) ainda têm dívidas a saldar. Contudo, seu valor (acima de R\$ 3.000,00) em 26 dos casos, possa ser considerado elevado.

GRÁFICO 51 - DÍVIDAS DECORRENTES DO DESLOCAMENTO (POR FAIXA)

Fonte: Pesquisa de Campo



O gráfico 52 mostra que dentre os 487 entrevistados que responderam a essa questão, 94,66% deles mantém contato com familiares e amigos, ainda residentes em seus países de origem, e com instituições locais. Desse grupo, 99,1% (461 refugiados) mantém relações com parentes, 58,5% com amigos e apenas 6,5% com instituições, revelando assim a importância das comunidades e famílias (algumas delas transnacionais) no contexto atual das migrações.

GRÁFICO 52 - CONTATO COM FAMILIARES, AMIGOS OU INSTITUIÇÃO DO PAÍS DE ORIGEM

Fonte: Pesquisa de Campo

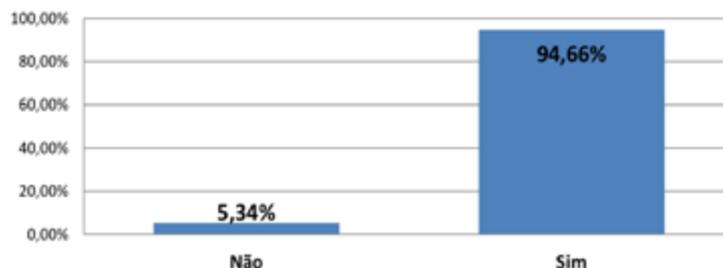
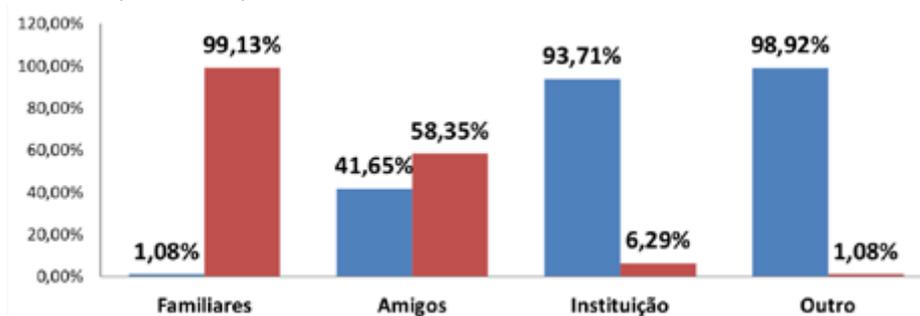


GRÁFICO 53 - GRUPOS DE CONTATADOS NO PAÍS DE ORIGEM

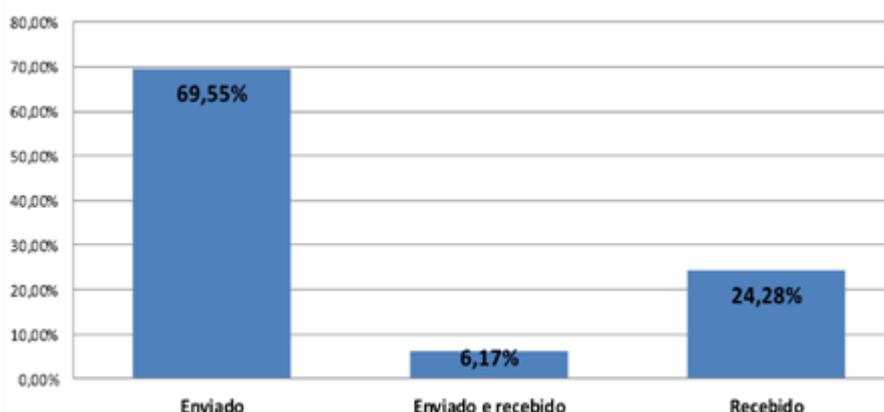
Fonte: Pesquisa de Campo



Os contatos com os familiares e com o país de origem assumem diversas formas, inclusive financeira, nas modalidades de envio ou recebimento de recursos. Praticamente a metade dos entrevistados (49,9%) mantém laços financeiros (enviando, recebendo ou ambos), revelando alto grau de dependência mútua e forte ligação com o país de origem. Não obstante, quando relacionamos esse número aos 461 refugiados entrevistados que declararam manter contato com familiares, pode-se deduzir que grande parte desses contatos envolvem remessas.

GRÁFICO 54 - DIREÇÃO DAS REMESSAS ENVIADAS E/OU RECEBIDAS

Fonte: Pesquisa de Campo



Analisando agora a direção dessa dependência (**gráficos 55, 56 e 57**), temos um percentual maior daqueles que enviam recursos (69,55% do total de 243) em relação àqueles que apenas recebem (24,3%). Embora o valor mensal enviado seja inferior R\$ 500,00 para 50,61% dos casos, os parentes são a imensa maioria aqui (184 casos ou 94%) e os recursos enviados têm como destino gastos de consumo dos familiares (146 dos 184 casos de famílias que recebem recursos). Finalmente, cabe salientar que pouco mais de 8% dos casos enviam mais de R\$ 1.000,00 mensais, como mostram os gráficos a seguir.

GRÁFICO 55 - VALOR DAS REMESSAS ENVIADAS (por faixa)

Fonte: Pesquisa de Campo

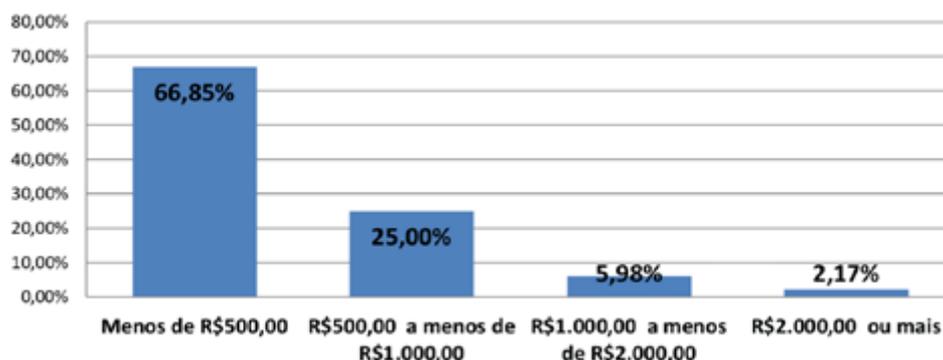


GRÁFICO 56 - DESTINATÁRIO DAS REMESSAS ENVIADAS

Fonte: Pesquisa de Campo

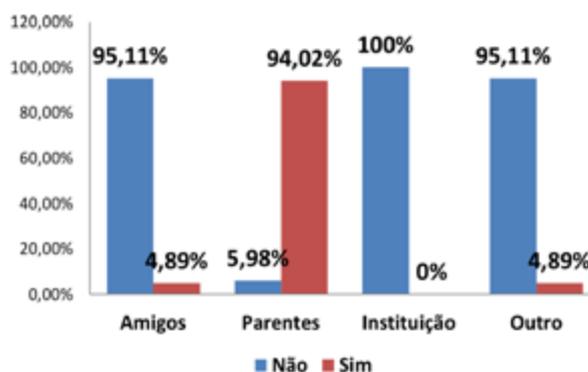
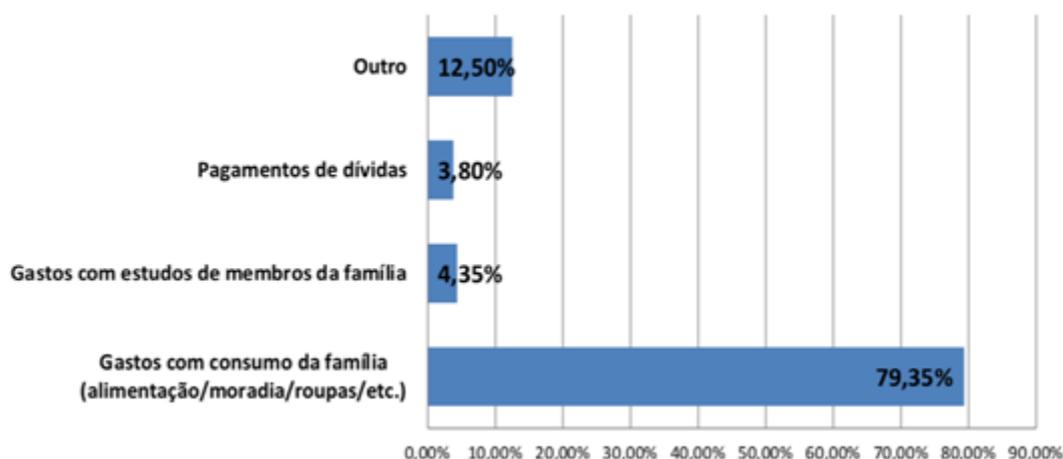


GRÁFICO 57 - TIPO DE USO DAS REMESSAS ENVIADAS

Fonte: Pesquisa de Campo



Os recursos enviados servem fundamentalmente para o atendimento de necessidades básicas dos destinatários e muito pouco para o reembolso de empréstimos (apenas 7 casos). Deduz-se disso que as dificuldades cotidianas do refugiado no Brasil estão relacionadas às situações, talvez ainda mais difíceis, daqueles entes próximos que não migraram. Em consequência, a sobrevivência dos que não migraram impacta negativamente a qualidade de vida dos refugiados migrantes instalados no Brasil que, justamente tentam melhorar sua condição, migrando. A realidade social que leva à migração acompanha o migrante.

Em relação aos recursos recebidos, a situação se apresenta, ainda que em pequeno número, com as mesmas características, como mostram os **gráficos 58, 59 e 60**. Em que pese o grande número de não informados aqui (59 em 74 casos), são os parentes que enviam e as somas enviadas não ultrapassam a casa de R\$ 1.000,00 mensais em 78% dos casos. Finalmente, essas somas são utilizadas em gastos domésticos básicos, como mostram os gráficos seguintes.

GRÁFICO 58 - REMETENTE DAS REMESSAS RECEBIDAS

Fonte: Pesquisa de Campo

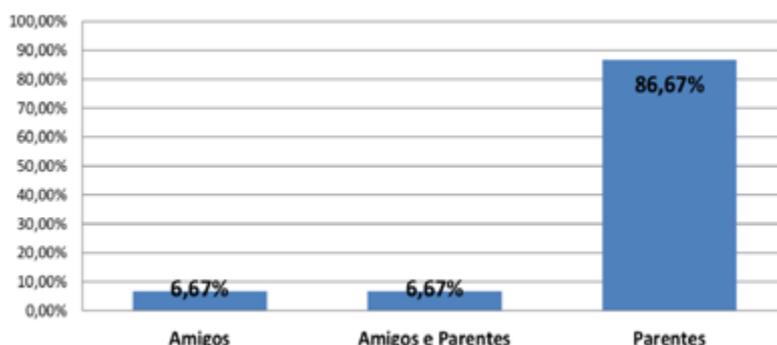


GRÁFICO 59 - VALORES RECEBIDOS (por faixa)

Fonte: Pesquisa de Campo

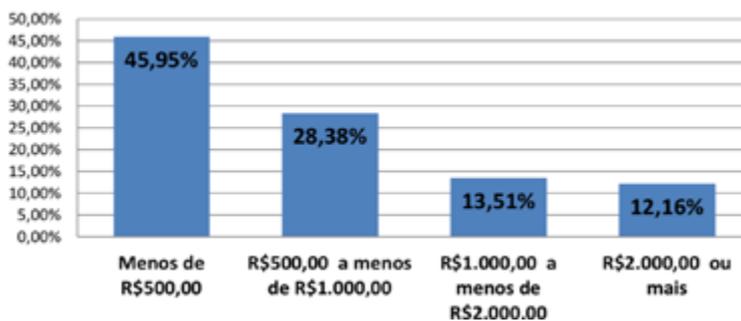
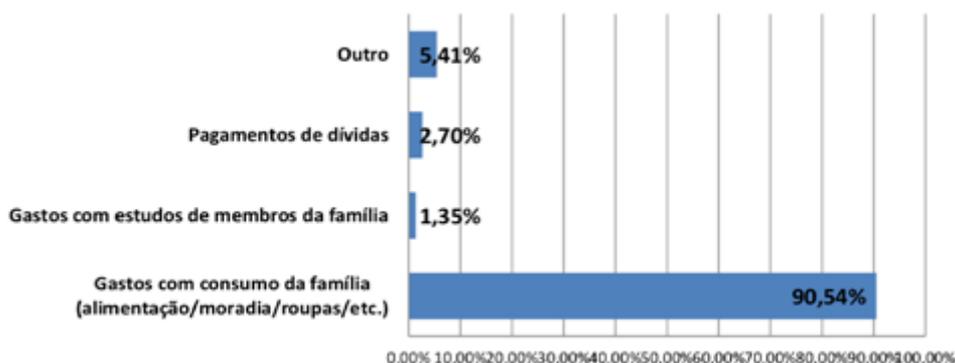


GRÁFICO 60 - USOS PRINCIPAIS DAS REMESSAS RECEBIDAS

Fonte: Pesquisa de Campo



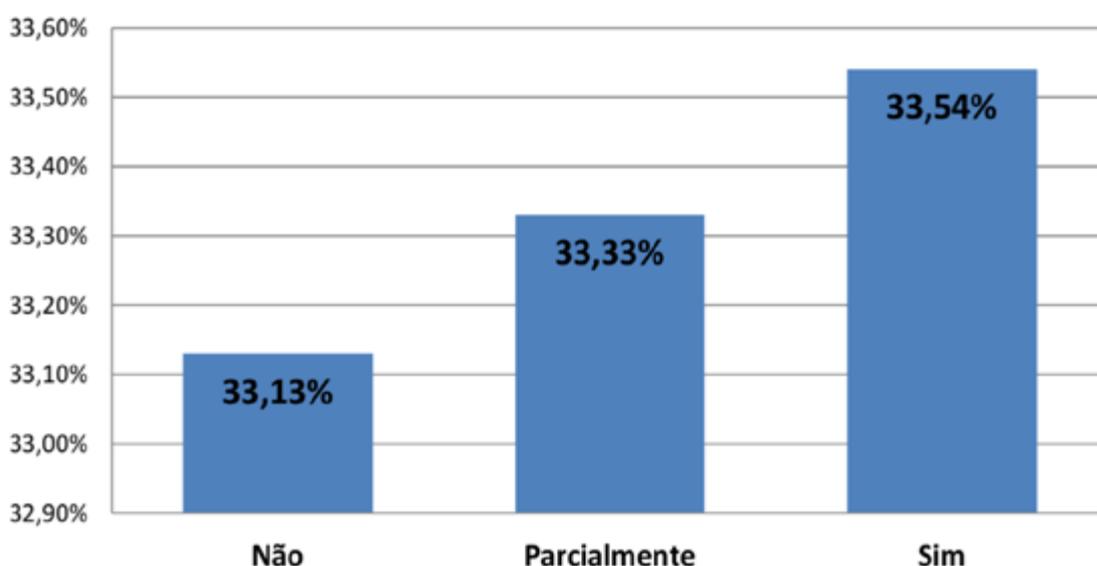
Sintetizando, são principalmente os parentes que enviam as remessas, o valor recebido é inferior a R\$ 1.000,00 mensais e os recursos são gastos totalmente no consumo do refugiado e dos membros familiares que com ele vivem. A responsabilidade que pesa sobre os refugiados fica demonstrada pela existência de fortes laços (pessoais, financeiros, etc.) que mantém com seus familiares ainda residentes nos países de origem. Ainda que os valores enviados sejam relativamente baixos, são essenciais porque são utilizados quase que totalmente com consumo básico. Em sentido inverso, a manutenção dos refugiados por familiares que ainda residem no país de origem é estatisticamente muito pequena ainda que os valores recebidos sejam mais significativos (até R\$ 1.000,00 mensais). Esses dados indicam que a situação de refúgio deve ser analisada em contexto familiar e transnacional corroborando pesquisas nesse sentido sobre famílias transnacionais e dependência econômica. Da mesma forma, os dados indicam que a qualidade de vida e os riscos decorrentes da situação de refúgio não dependem exclusivamente das sociedades (e das economias) dos países de destino, antes disso, ligam-se fortemente à própria história dos refugiados e seus familiares e aos espaços transnacionais em que vivem e constroem suas vidas.

7. Direitos, deveres e uso de serviços públicos

A utilização de serviços públicos é determinada por um conjunto de fatores, dos quais os mais importantes são o conhecimento do direito de usá-los, sua visibilidade (e, em parte de sua qualidade) e a necessidade/dependência dos refugiados em relação a eles. Contudo, a não uniformidade entre os serviços e sua qualidade variável, tanto dentro da mesma cidade quanto entre as diversas regiões país não permite generalizações. Examinemos inicialmente o grau de integração sociojurídica dos refugiados entrevistados analisando o grau de conhecimentos de seus direitos e deveres.

GRÁFICO 61 - GRAU DE CONHECIMENTO DOS REFGUGIADOS DE SEUS DIREITOS E DEVERES

Fonte: Pesquisa de Campo

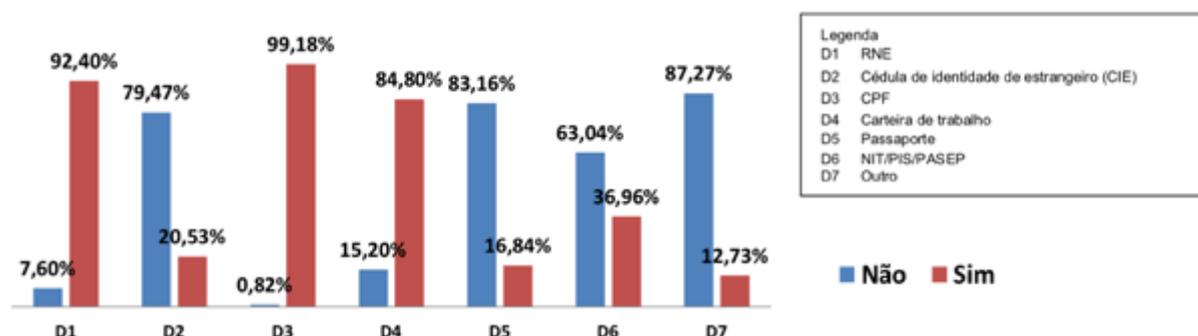


Parcela bem significativa de nossa amostra de informantes, 33%, desconhece qualquer dever ou direito ligado à sua condição. Aqueles que conhecem parcialmente compõem o segundo terço e apenas 1/3 declaram conhecer de fato seus direitos e deveres. Em relação à segurança jurídica, a quase totalidade dos refugiados tem os principais documentos: CPF, 483 (99%), Registro Nacional do Estrangeiro (RNE), 450 (92%) e Carteira de Trabalho, 413 (84%). São esses documentos que lhes garantem os mesmos direitos e deveres que os nacionais (trabalhar legalmente, alugar ou adquirir bens, habitar, abrir contas em bancos, crediários diversos etc.), com exceção dos direitos políticos. Contudo, chama a atenção o pequeno número daqueles que têm o Número de Identificação do Trabalhador (NIT) ou o PIS (Programa de Integração Social)³⁵, porque ambos dizem respeito ao trabalhador e, eventualmente, lhes permitem receber ao abono salarial quando seu salário mensal não ultrapassa dois salários-mínimos.

35. Efetivamente são o mesmo número, mas com significados distintos porque as bases e as formas de inserção laboral são diferentes. NIT é o Número de Identificação do Trabalhador. Equivale ao PIS/PASEP, mas define a inscrição do segurado como contribuinte individual (CI), facultativo, empregado doméstico, segurado especial ou trabalhador autônomo. Já o PASEP diz respeito à formação do patrimônio do segurado público.

GRÁFICO 62 - TIPOS DE DOCUMENTOS EM POSSE DO REFUGIADO

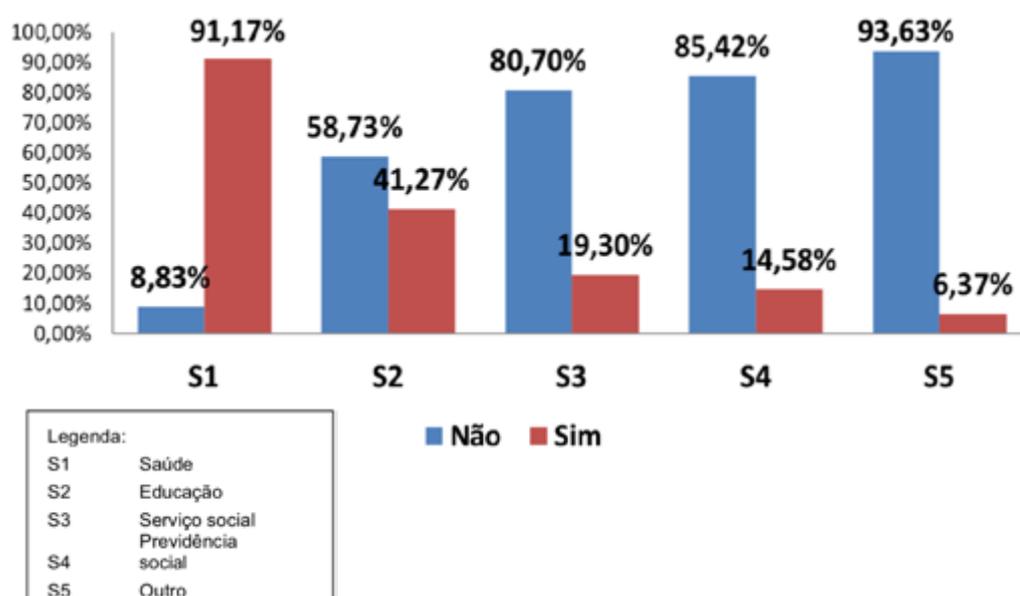
Fonte: Pesquisa de Campo



Analisemos agora o acesso aos serviços públicos, ou seja, em que medida o conhecimento dos direitos que o refugiado tem implica seu efetivo exercício e usufruto. Os serviços públicos de saúde são os mais utilizados pelos refugiados entrevistados: **91% do total da amostra**³⁶. Em seguida, temos os **serviços educacionais**³⁷, utilizados por 41% dos refugiados. A diferença aqui diz respeito à idade média do grupo entrevistado e à taxa de matrícula de apenas 17,9% dos refugiados que frequentam regularmente alguma escola no Brasil enquanto que a grande maioria (81,9% do total da amostra) está fora de qualquer estabelecimento de ensino. Os serviços de assistência social são igualmente pouco acessados: apenas 19% do total da amostra. Finalmente, 14,6% dos refugiados declararam acesso a algum tipo de serviço da previdência (seguro-saúde; seguro-maternidade, etc.), número inferior mesmo àqueles que contribuem para a previdência social (34% de nossa amostra total).

GRÁFICO 63 - SERVIÇOS PÚBLICOS ACESSADOS

Fonte: Pesquisa de Campo

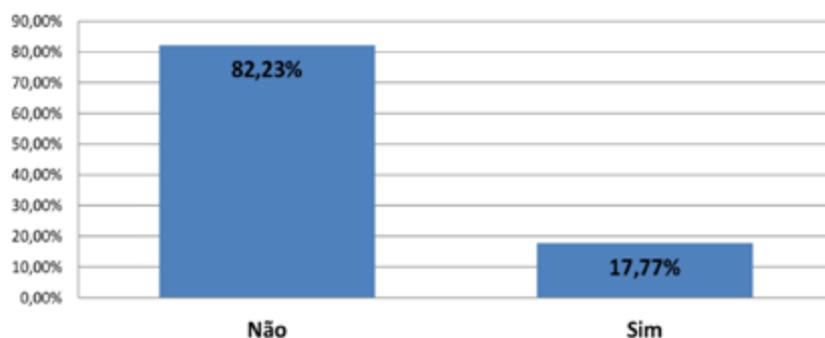


36. Não foi solicitado ao entrevistado que discriminasse o tipo de serviço de saúde acessado, se consulta agendada, exames laboratoriais, atendimento emergencial, vacinação, parto, etc.

37. Esses serviços dizem respeito a qualquer tipo de formação curta (cursos de português, informática, de padeiro, etc.), oferecida tanto por instituições públicas quanto privadas ou religiosas, a que o refugiado tem acesso

GRÁFICO 64 - ACESSO A PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL OU DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Fonte: Pesquisa de Campo

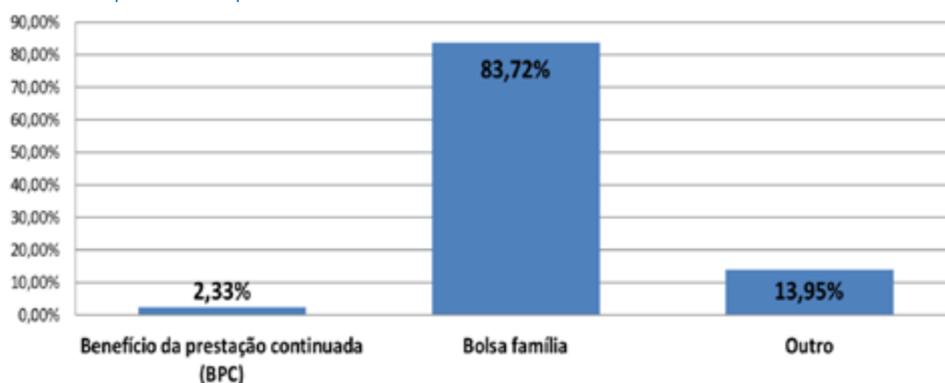


Os benefícios sociais - **Benefício de Prestação Continuada (BPC)**³⁸, a Previdência social e/ou os Programas de transferência de renda - estão atingindo apenas um número bastante reduzido de 86 refugiados, 17,8% dos entrevistados, como se pode ver no gráfico acima. Isso pode indicar aqui que o não acesso ocorre devido ao desconhecimento da existência desses programas, do direito que os refugiados têm a eles ou simplesmente porque não se encaixam no **perfil exigido**³⁹. Enfim, em relação aos programas assistenciais, destaca-se o Programa Bolsa Família que atende 83% desse pequeno grupo, demonstrando assim sua visibilidade e capilaridade. Por outro lado, os dois casos de refugiados que se beneficiam do BPC confirmam a idade de aposentadoria de alguns deles.

Não obstante isso, em relação aos programas assistenciais, destaca-se o Programa Bolsa Família que atende 83% desse pequeno grupo, demonstrando assim a visibilidade e capilaridade desse programa assistencial. Por outro lado, os dois casos de refugiados que se beneficiam do BPC confirmam a idade de aposentadoria de alguns deles.

GRÁFICO 65 - TIPO DE PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/ TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Fonte: Pesquisa de Campo



Os dados – que merecem análise mais aprofundada – parecem indicar desconhecimento da existência dos benefícios sociais a que os refugiados também fazem jus porque,

38. Trata-se da garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família.

39. A título de exemplo, foi apenas quando a Prefeitura de Curitiba traduziu em língua estrangeira auxílios à disposição da população migrante e refugiada que a mesma começou a beneficiar-se deles.

como visto, há refugiados em situação tão precária quanto os brasileiros beneficiários do Programa Bolsa Família. Revelam fundamentalmente a grande diferença entre os serviços públicos acessados e disponíveis. Como mostra a literatura específica, os serviços de saúde sempre são procurados quando há necessidade. Contudo, o acesso aos serviços de educação depende de uma série de fatores, como oferta específica, tipo de formação, horários, recursos, disponibilidade, etc. De maneira geral, contudo, os refugiados entrevistados demandam por serviços públicos. São indicadores que reforçam explicam a vulnerabilidade econômica da população estudada.

8. Integração sociocultural e perspectivas futuras

Os dados colhidos indicam baixo nível de integração e de associativismo. Indicam, porém, paradoxalmente, perspectivas positivas para o futuro. Em termos gerais, integração é o processo no qual o indivíduo constrói e mantém laços sociais de interdependência, e **participa ativamente do tecido social**⁴⁰. Isso permite dizer que não apenas os indivíduos estão integrados à sociedade, mas que a própria sociedade os integra, ou seja, está efetivamente integrada.

Os processos integrativos dependem muito dos capitais econômico e cultural de cada indivíduo migrante. São exatamente esses capitais que faltam aos imigrantes em geral e aos refugiados em particular devido ao tumultuado processo de emigração. Em consequência dessas situações, os processos de integração vêm sendo analisados como fenômeno da segunda geração, dos filhos dos imigrantes e não deles próprios.

No caso dos processos integrativos de refugiados nos países de acolhimento, as ações são geralmente concebidas e formuladas em termos nacionais. Governos estabelecem políticas de integração para indivíduos ou grupos migrantes com projetos de instalação definitiva. No caso em tela, tendo chegado ao Brasil em situações de perigo reconhecido, os refugiados tendem a manter graus variados de discrição em suas vidas cotidianas e a se afastar da vida social. Do mesmo modo, como vimos, mantém grau elevado de relações sociais e outras (financeiras, mormente) com seus conterrâneos e familiares ainda residentes nos países de destino ou emigrados como eles, práticas sociais que criam obstáculos aos processos integrativos.

O conjunto dos dados analisados indicam: os processos integrativos dos entrevistados limitam-se ao trabalho e sua rede mais próxima e confiável, fato especialmente observado em regiões de fronteira, como a cidade de Foz do Iguaçu, estado do Paraná. Indicam ainda, em alguns casos, situações de recolhimento voluntário. Isso se explica porque, em princípio, os refugiados são indivíduos desterrados. Não tem grande capital social nem grande capacidade ou interesse de integração, por vezes devido a temores diversos. Em resumo, não estamos diante de processos clássicos de integração social, nem de assimilação ou aculturação aos valores dominantes da sociedade de destino. Não obstante isso, o grau de conhecimento da realidade cultural e social do Brasil indica que um processo de integração está em curso.

No outro extremo, os processos de sociabilidade, de trabalho, as oportunidades educacionais ou afetivas e a dificuldade do retorno estão criando inesperadas situações de integração, algumas delas muito próximas daquelas vividas por médicos cubanos que trabalharam no Brasil. Assim, no intuito de verificar o surgimento de processos integrativos inesperados, optamos por incluir no questionário questões relativas às amizades com brasileiros e à participação política.

Em sentido inverso, analisamos também os obstáculos a esses processos integrativos

40.Convém ressaltar, contudo, que a literatura sobre o conceito de interação no campo das Ciências Sociais é vasta e não consensual.

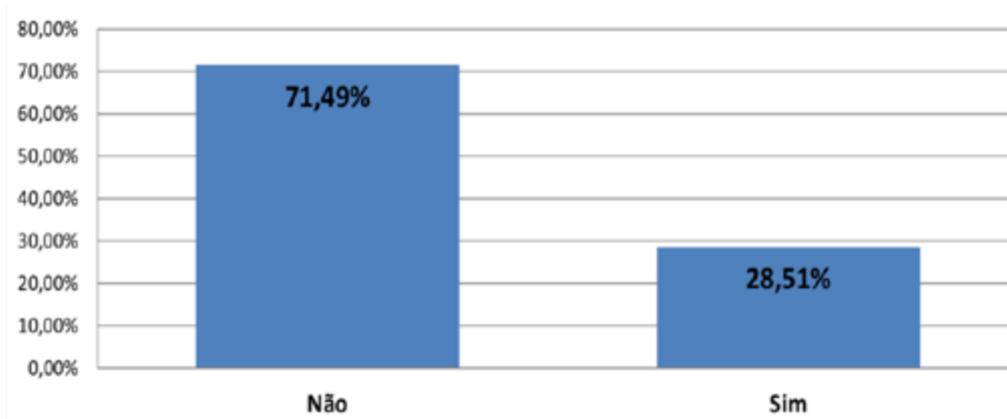
através das questões sobre a existência (e tipos) de discriminações, pedindo-lhes que identificassem os autores desses atos. Finalmente, investigamos as perspectivas futuras relacionando-as ao desejo de permanecer no Brasil mesmo no caso desaparecimento das ameaças que provocaram a solicitação de refúgio.

8.1 Associativismo

A grande maioria dos entrevistados (71,49% do total de informantes sobre 477 respondentes) não participa nem é membro de nenhuma associação, como mostra o gráfico 66.

GRÁFICO 66 - ASSOCIAÇÃO E/OU PARTICIPAÇÃO EM ENTIDADES CIVIS

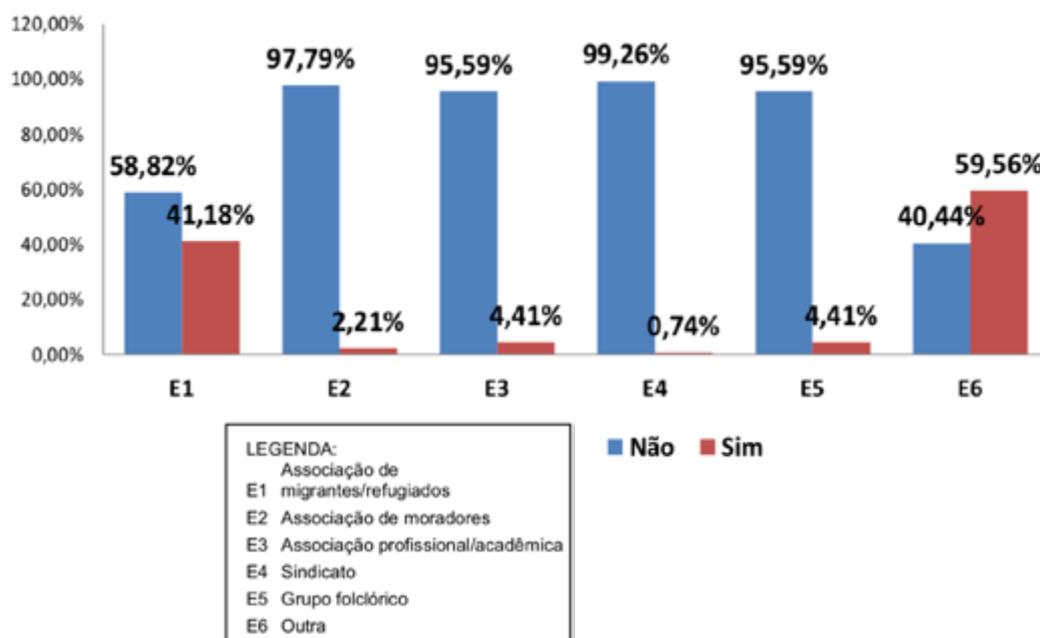
Fonte: Pesquisa de Campo



Dentre aqueles 28,51% dos refugiados que participam de uma ou mais entidades, temos as associações de migrantes e/ou refugiados em primeiro lugar, com 41,2% desse total. À exceção dessa, outros tipos de associações – acadêmicas, sindicais, de moradores, etc. - foram muito pouco mencionadas. Não obstante, outras formas de integração surgem em outras dimensões da vida social, como mostramos a seguir.

GRÁFICO 67 - TIPOS DE ENTIDADES

Fonte: Pesquisa de Campo

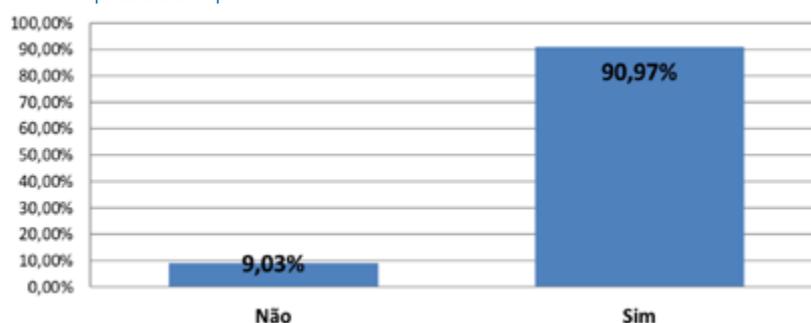


8.2 Integração com brasileiros/brasileiras

Dentre o conjunto de 487 refugiados que responderam a essa questão, a imensa maioria dos entrevistados revelou ter amigos brasileiros (91%), o que é um importante indicador de integração e do estabelecimento de espaços de sociabilidade.

GRÁFICO 68 - PERCENTUAL DE REFUGIADOS COM AMIGOS/AMIGAS BRASILEIROS/BRASILEIRAS

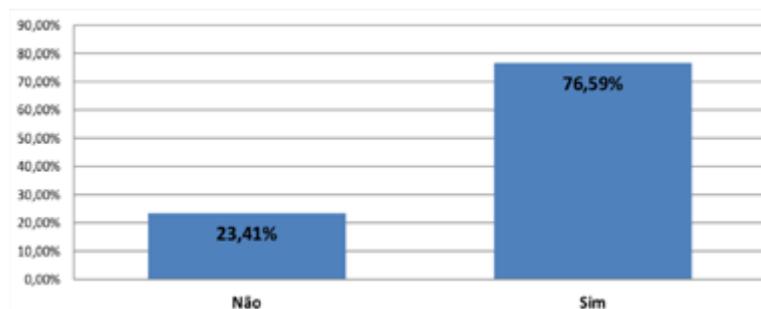
Fonte: Pesquisa de Campo



Os laços sociais de amizades permitem compreender, ao menos parcialmente, o grande número de 76,6% (sobre 487) que participa de atividades sociais com brasileiros, demonstrando inserção em espaços sociais para além de seus círculos familiar e nacional. Não obstante, 23,4% de nossa amostra permanecem circunscritos aos seus ambientes natais e/ou domésticos (ou sem participar de atividade alguma), demonstrando aqui que há ainda muito caminho a percorrer em termos de integração para parte significativa dos refugiados hoje instalados no Brasil.

GRÁFICO 69 - PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES SOCIAIS COM BRASILEIROS/BRASILEIRAS

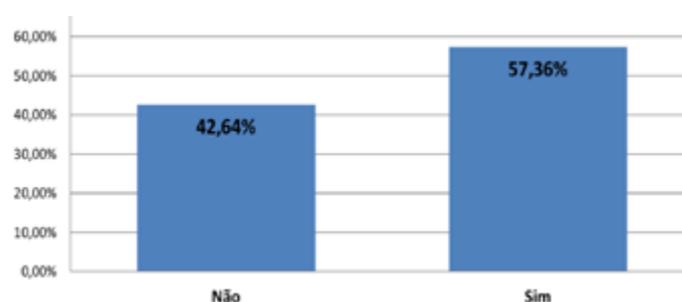
Fonte: Pesquisa de Campo



As atividades de lazer realizadas fora de casa são outro bom indicador do interesse, disponibilidade (financeira e físico-temporal) e capacidade de integração.

GRÁFICO 70 - ATIVIDADE DE LAZER FORA DE CASA

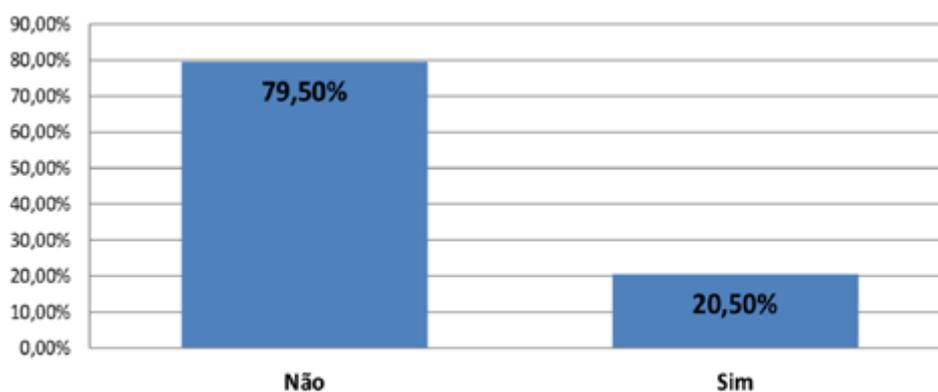
Fonte: Pesquisa de Campo



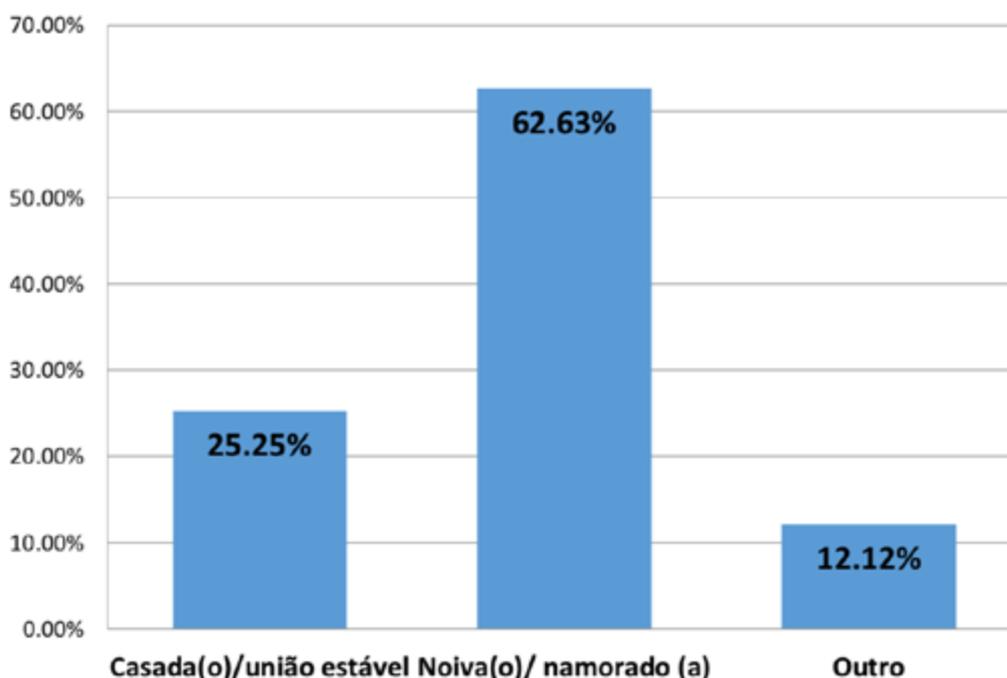
Dentre os 467 respondentes, mais da metade, 57,3% dos informantes, declarou realizar atividades de lazer em espaços públicos. Somados esses aos que participam de associações, temos um tempo relativamente longo utilizado para além das atividades laborais. Por outro lado, é importante lembrar aqui a frequência aos cultos religiosos porque trata-se de espaço privilegiado de sociabilidade e de constituição de laços sociais. Esses laços são facilitados pelo fato de reunir indivíduos já conectados pelas crenças similares que compartilham. Como mostrado, 92% têm religião e o número daqueles que frequenta suas igrejas mais do que uma vez por semana, 68,3% (em relação aos 92% que têm religião, 448 refugiados), é igualmente importante. A participação em atividades sociais e a frequência dos espaços religiosos podem explicar o surgimento de relacionamento afetivo com brasileiro ou brasileira para 99 refugiados (20,5%). Dentre esses, há 62 casos de namoros ou noivados, e há 25 refugiados (25% desse grupo) que estão casados com brasileiro ou brasileira.

GRÁFICO 71 - RELACIONAMENTO AFETIVO COM BRASILEIRO(A)

Fonte: Pesquisa de Campo

**GRÁFICO 72 - TIPO DE RELACIONAMENTO**

Fonte: Pesquisa de Campo



8.3 Integração política e cidadania

Investigamos o desejo de votar nos pleitos brasileiros, ou seja, o desejo de integrar-se à comunidade política nacional. Dentre os 474 respondentes aqui, 80,6% revelaram o desejo de votar nos pleitos políticos brasileiros e apenas uma minoria (19,4%) não manifestou esse interesse. Questionados sobre o desejo de ser votado para cargos políticos no Brasil, dentre os 464 refugiados que responderam a essa questão, a maioria de 60% foi favorável, como se pode ver no gráfico 73, o que é revelador do grau de interesse na política e no sistema político porque esse tema não está presente nos debates nacionais brasileiro e/ou das atribuições dos eleitos e da possibilidade de ocupar (fazer carreira em) cargos de representação política.

GRÁFICO 73 - OPINIÃO EM RELAÇÃO AO VOTO NAS ELEIÇÕES NO BRASIL

Fonte: Pesquisa de Campo

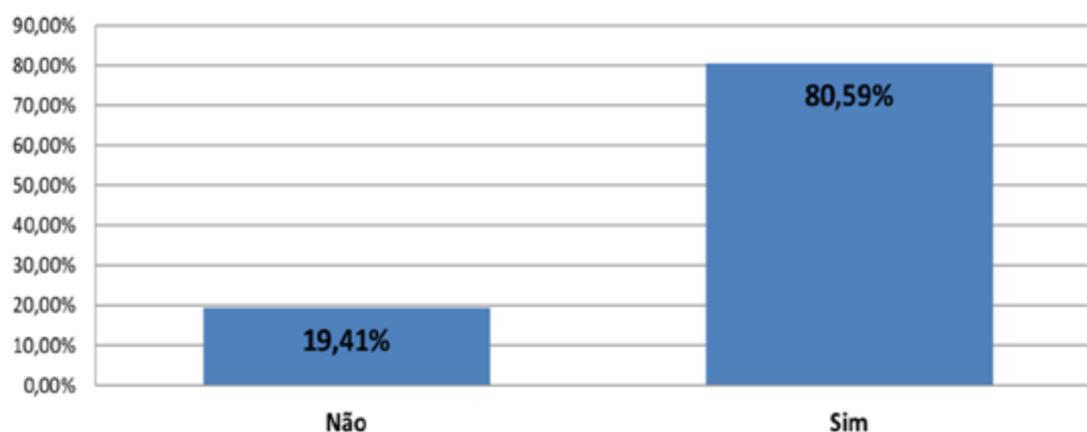
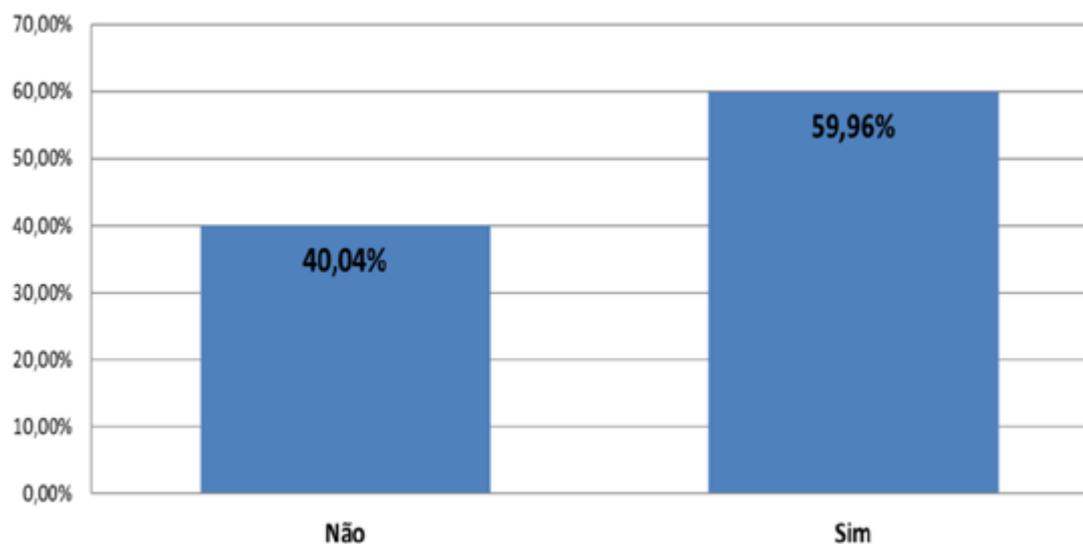


GRÁFICO 74 - OPINIÃO EM RELAÇÃO À DISPUTA DAS ELEIÇÕES NO BRASIL

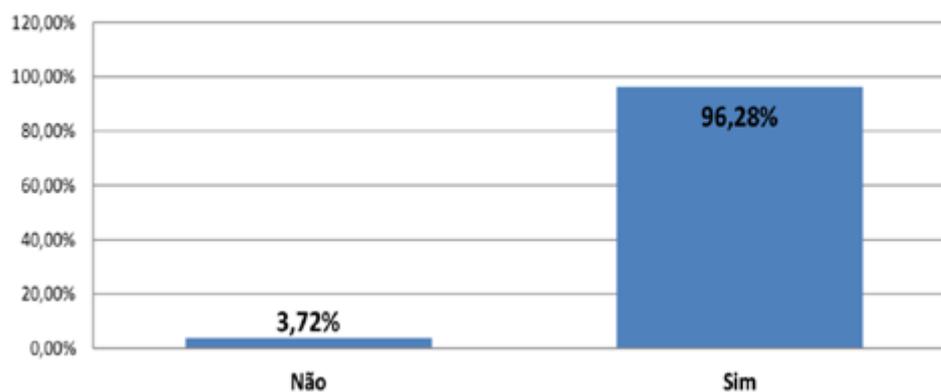
Fonte: Pesquisa de Campo



Os entrevistados responderam positivamente quando perguntados sobre o interesse em obter a nacionalidade brasileira. A imensa maioria (466 ou 96,3% do total de 487 respondentes) manifestou-se favoravelmente, como mostra o gráfico 75. Percebe-se aqui o imenso potencial integrativo que, combinado ao desejo de participação política, indica a confiança na integração definitiva à sociedade brasileira.

GRÁFICO 75 - OPINIÃO EM RELAÇÃO À OBTENÇÃO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA

Fonte: Pesquisa de Campo



O desejo de participação política e de ser brasileiro revelam uma vontade de não ser apenas um observador neutro ou distante da realidade do país e/ou de não ser apenas um objeto das políticas públicas e das decisões nacionais, mas de participar ativamente, ou seja, de ser um ator relevante com direito a voz e a voto, ultrapassando assim a **condição clássica de estrangeiro**⁴¹. Por conseguinte, é de se esperar que esse duplo desejo alcance esferas mais próximas, como a participação em conselhos de migrantes ou de refugiados, tanto em nível municipal quanto em nível estadual ou federal, em sindicatos e associações de diversos tipos. Em resumo, a vontade do refugiado de participar politicamente e de se naturalizar são elementos que seguramente podem facilitar o processo de integração.

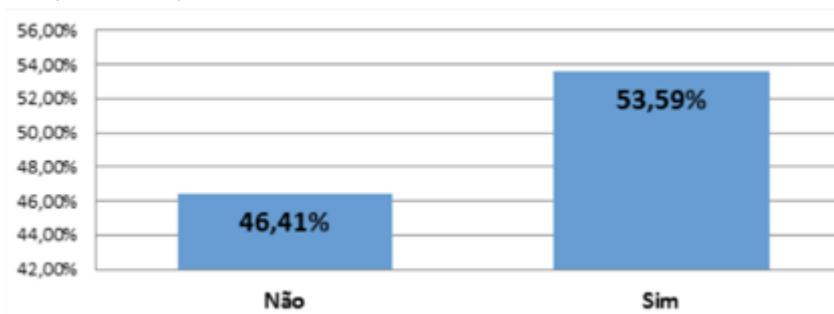
Em sentido inverso, os dados da pesquisa revelaram diversos obstáculos cotidianos (não necessariamente econômicos) ao processo de integração, mormente as discriminações, invariavelmente vividas como “portas fechadas” ao acesso aos espaços socioeconômicos e culturais da sociedade de destino. Investigamos aqui não apenas a existências dos atos discriminatórios, mas também suas formas e agentes responsáveis por elas, como mostram os gráficos que se seguem.

8.4 Conhecimento da cultura brasileira

Investigamos o potencial integrativo através das perspectivas futuras dos atuais refugiados no Brasil. Inicialmente, investigamos o conhecimento prévio que possuíam do Brasil, ou seja, antes de chegar ao país.

GRÁFICO 76 - CONHECIMENTO PRÉVIO SOBRE O BRASIL

Fonte: Pesquisa de Campo

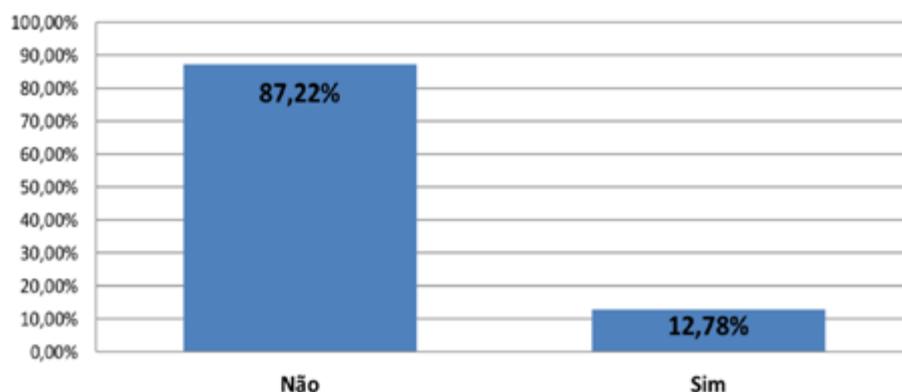


41. Lembremos contudo que a aquisição da nacionalidade brasileira não implica em abdicar da própria nacionalidade, condição prevista em lei, e assim de continuar a participar e intervir na sociedade de origem.

Como mostram os dados acima, dos 456 entrevistados que responderam a essa questão, mais da metade (53,6%) declarou não ter conhecimento algum. Contudo, a grande maioria (87,2%) solicitou refúgio apenas no Brasil tinha algum conhecimento prévio do Brasil antes de migrar contra 46,4% que declaram nenhum conhecimento embora a grande maioria (87,2%) solicitou refúgio apenas no Brasil.

GRÁFICO 77 - SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO A OUTROS PAÍSES ANTES DO BRASIL

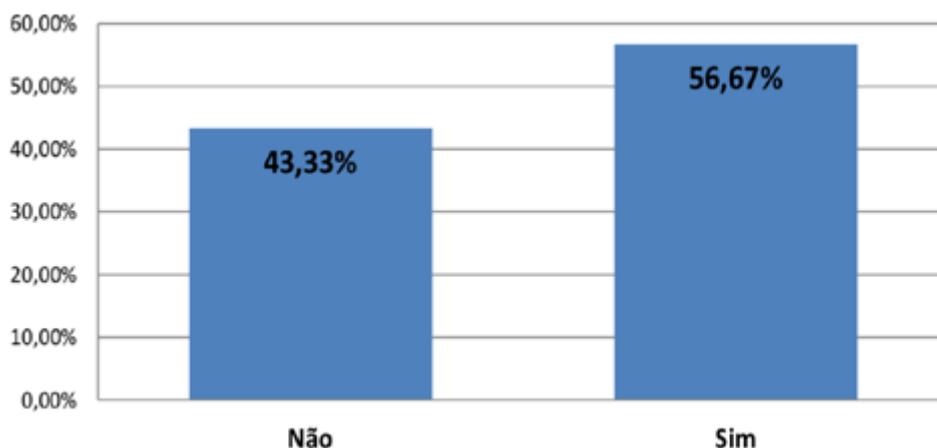
Fonte: Pesquisa de Campo



Analisamos em seguida o grau de conhecimento do Brasil após a instalação no país, adquirido através de viagens de turismo, do conhecimento da realidade social e da cultura brasileira. Como mostra o **gráfico 78**, dentre os 487 refugiados respondentes aqui, mais da metade (56,7%) já realizou alguma viagem desse tipo.

GRÁFICO 78 - VIAGEM NO BRASIL (TURISMO OU OUTRO MOTIVO)

Fonte: Pesquisa de Campo

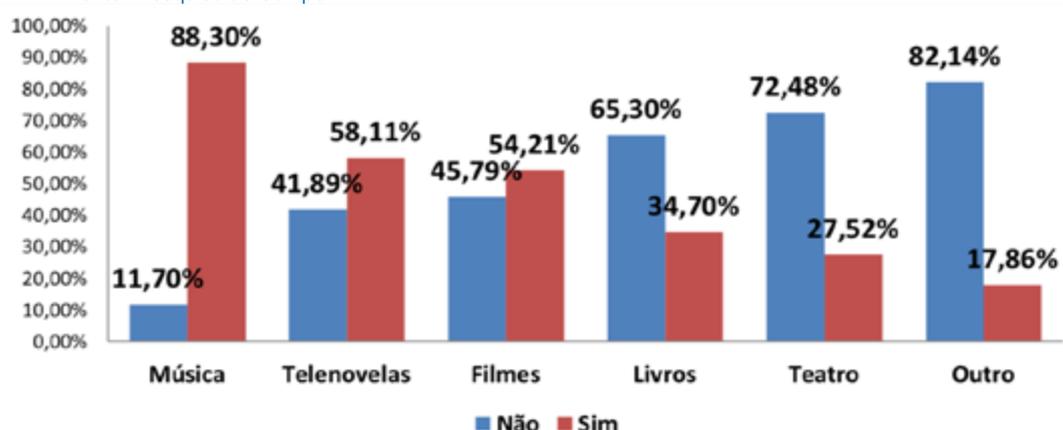


Todos os 487 refugiados entrevistados manifestaram bastante conhecimento da cultura brasileira. A música é conhecida por 88% de nossa amostra enquanto as telenovelas e filmes são conhecidos por 58% e 54% respectivamente dos refugiados entrevistados. Em seguida temos livros e teatro conhecidos por 35% e 27% de nossa amostra. Enquanto música, telenovelas e filmes são produtos culturais bastante acessíveis e baratos – através da televisão aberta e das rádios, por exemplo, chama a atenção a literatura e o teatro que são as manifestações culturais de mais difícil acesso devido ao preço das entradas. Como um todo, porém, chama a atenção o interesse pelas diversas manifestações da cultura brasileira sobretudo se levarmos em conta o tempo no Brasil, inferior a 8 anos para 405

refugiados entrevistados, 83% de nossa amostra. Esses elevados índices podem explicar, como veremos logo a seguir, o interesse em permanecer no Brasil e os processos de integração em curso.

GRÁFICO 79 - MANIFESTAÇÕES CONHECIDAS DA CULTURA BRASILEIRA

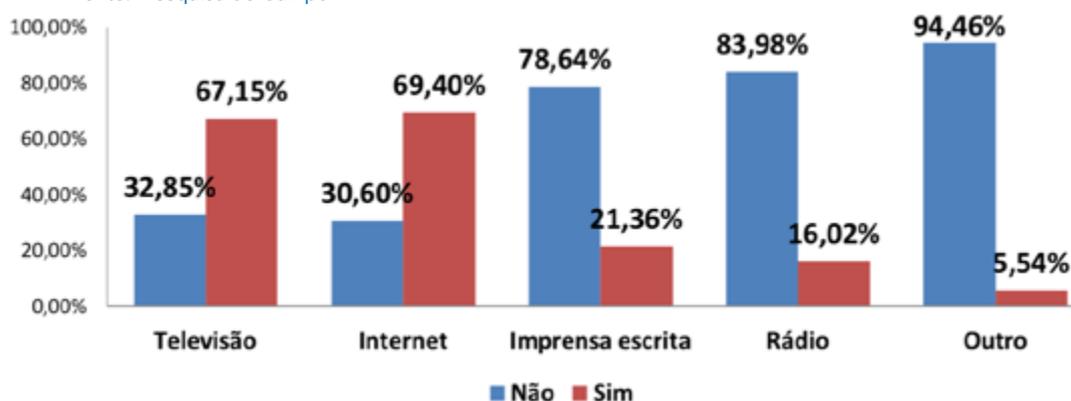
Fonte: Pesquisa de Campo



O noticiário brasileiro é muito bem acompanhado. Esse dado pode contribuir tanto para a integração quanto para o desejo de deixar o país.

GRÁFICO 80 - MEIOS DE OBTENÇÃO DE NOTÍCIAS NO BRASIL

Fonte: Pesquisa de Campo



8.4 Discriminações e obstáculos à integração

Dentre os 487 refugiados que responderam a essa questão, pouco menos da metade dos refugiados entrevistados admitiu ter sofrido algum tipo de discriminação (200 ou 41%). Dentre esses 200 que sofreram algum tipo de discriminação, o fato de ser estrangeiro foi o motivo mais citado para 147 deles (73,5% de 200). O fato de ser negro (atos racistas) aparece em segundo lugar (104 ou 52%). Como vimos que os congolese, segundo grupo de refugiados no Brasil, são majoritariamente negros, é possível afirmar que esse grupo nacional é o que mais sofre obstáculos aos processos integrativos. Por fim, 5 refugiados (12,5% desse grupo)⁴² daqueles que sofreram discriminação, vinculam o ato à sua orientação sexual, configurando assim o quadro de vulnerabilidade avançada dessa parcela da população de refugiados.

42. Esse número é superior àquele que revelou orientação sexual diferente do ser homem ou mulher, confirmando assim que o número de não informados em relação a essa questão pode estar revelando temor.

GRÁFICO 81 - DISCRIMINAÇÃO

Fonte: Pesquisa de Campo

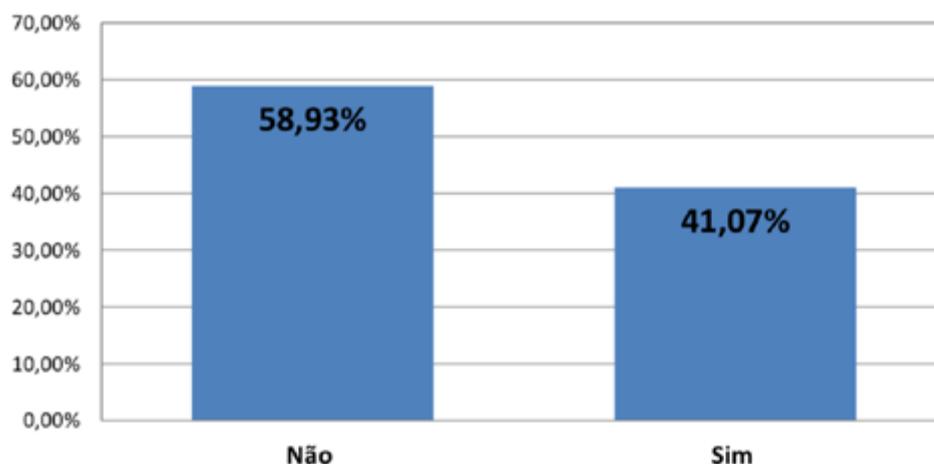
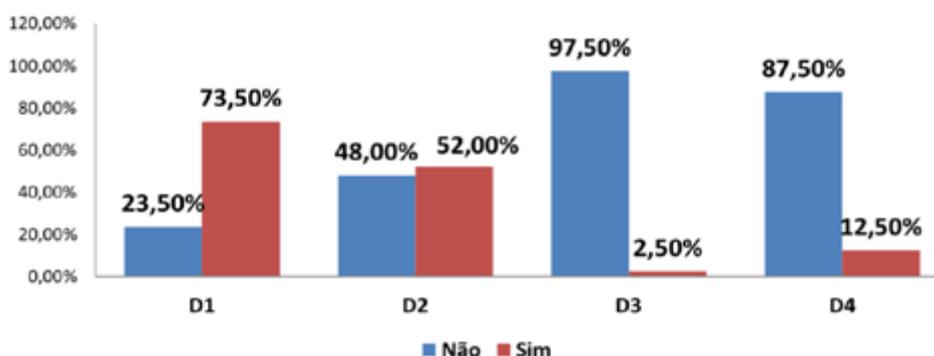


GRÁFICO 82 - TIPO DE DISCRIMINAÇÃO

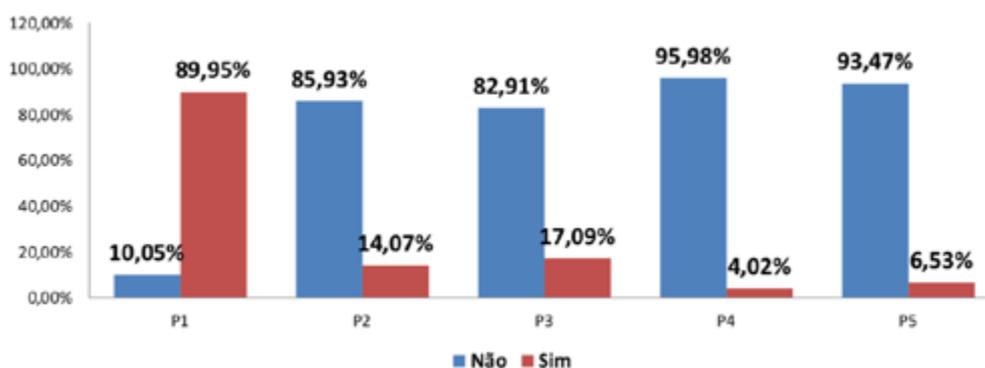
Fonte: Pesquisa de Campo



Os atos discriminatórios podem ser vistos como obstáculos aos processos integrativos, quando se conhece o autor da discriminação, como se pode ver **no gráfico 83**.

GRÁFICO 83 - AUTOR DA DISCRIMINAÇÃO

Fonte: Pesquisa de Campo



Dos 200 entrevistados que admitiram ter sofrido algum tipo de discriminação, apenas um deles não indicou o autor do ato. Isso dito, “cidadãos brasileiros” (ou seja, pessoas comuns) foram apontados como os principais agentes de atos de discriminação. É de se supor, assim, que esses atos ocorram em situações cotidianas, eventualmente no local de trabalho e/ou espaços públicos. Como um todo, freiam os processos integrativos. Em sentido inverso, o número de 28 autoridades policiais e de 34 servidores públicos apontados como autores de atos discriminatórios não pode ser considerado pequeno (14%

e 17%, respectivamente) uma vez que eles são, em tese, aqueles melhor capacitados a acolher e defender os refugiados.

8.5 Perspectivas futuras

As perspectivas futuras foram medidas através de algumas atitudes hipotéticas, tais como uma nova solicitação de refúgio, o desejo de permanecer no país e de trazer sua família. Vejamos.

GRÁFICO 84 - OPINIÃO SOBRE RESOLICITAÇÃO DE REFÚGIO E DESEJO DE VIR AO BRASIL APÓS CONHECIMENTO DA REALIDADE BRASILEIRO

Fonte: Pesquisa de Campo

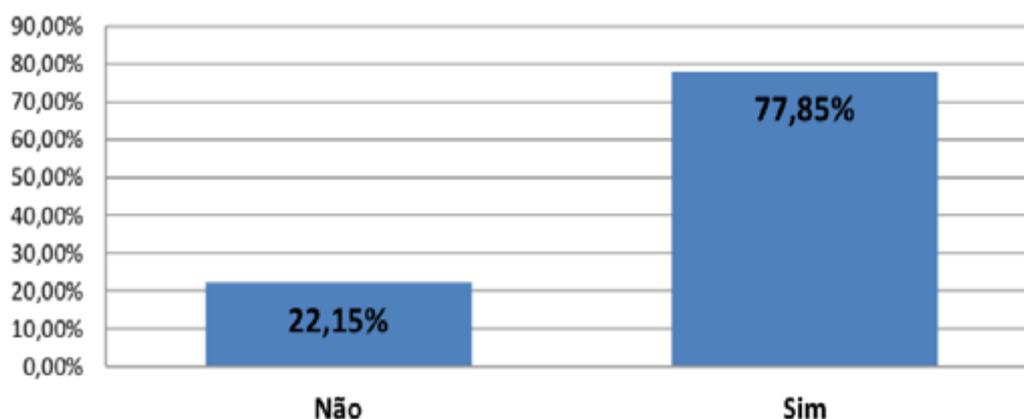
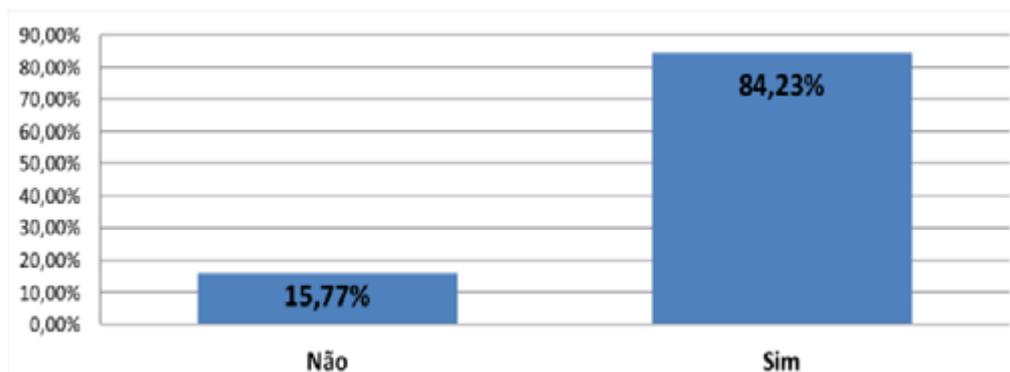


GRÁFICO 85 - OPINIÃO SOBRE A PERMANÊNCIA DEFINITIVA NO BRASIL

Fonte: Pesquisa de Campo

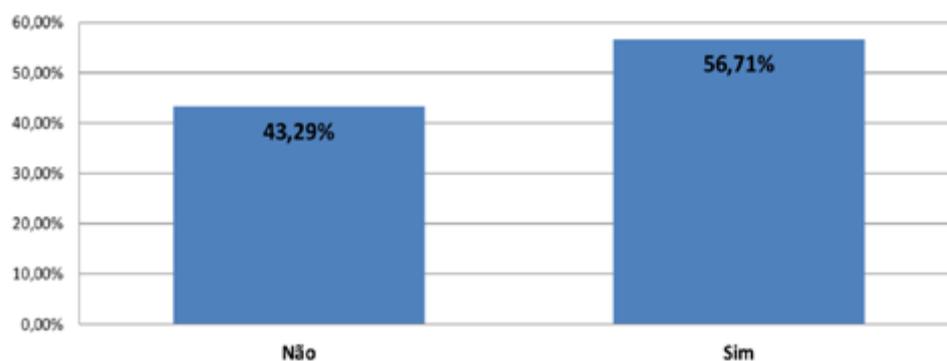


O pedido de refúgio e o desejo de permanecer no Brasil após o conhecimento da realidade brasileira indicam forte potencial integrativo e crença em seu futuro no país. Com efeito, 84% dos refugiados entrevistados (456 respondentes aqui) afirmaram que realizariam uma nova solicitação de refúgio mesmo após conhecer a realidade brasileira. Temos aqui um número expressivo que aposta na sua vida no país, embora esse dado nos impossibilite interrogar as razões da recusa em novamente solicitar refúgio no Brasil, declarado por (15,77%) outros refugiados. Indagados sobre o desejo de permanecer definitivamente no Brasil, obtivemos um percentual maior. Aqui, 84% (em 444 respondentes) afirmaram que sim, indicando possivelmente confiança em suas perspectivas futuras no país.

A aposta no êxito da permanência no país evidencia-se finalmente por outro indicador (gráfico 86), qual seja, o desejo de trazer seus familiares, através de processos de “reagrupamento familiar”, questão respondida afirmativamente por 56,7% dos 487 entrevistados.

GRÁFICO 86 - SOLICITAÇÃO OU PRETENSÃO DE SOLICITAR REUNIÃO FAMILIAR

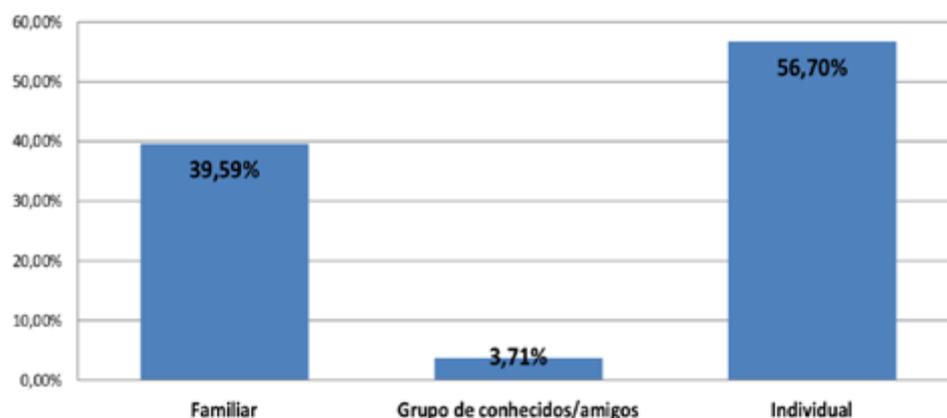
Fonte: Pesquisa de Campo



Quando se sabe que 192 refugiados (39,59%) fizeram o deslocamento para o Brasil junto com suas famílias, como mostra o gráfico 87, é possível dizer que quase todos os outros querem trazê-las.

GRÁFICO 87 - TIPO DE DESLOCAMENTO

Fonte: Pesquisa de Campo



Todos esses indicadores reforçam-se e demonstram que, apesar das dificuldades com emprego e com revalidação de diplomas, altas jornadas de trabalho e salários considerados insuficientes, os refugiados acreditam em sua capacidade de adaptação e ascensão social no país. São projetos de vida que, em princípio, desejam construir com seus familiares. Em resumo, o Brasil, nesse momento, apresenta-se como uma opção difícil e definitiva para a população refugiada analisada.

9. Sírios e congoleses: perfis básicos

Refugiados Sírios e Congoleses compõem pouco mais de 55% de nossa amostra. Entrevistamos 269 indivíduos desses grupos (153 sírios e 116 congoleses) dentre os 487 refugiados entrevistados. Em consequência, uma análise detalhada desses dois grupos, a partir de algumas variáveis-chave, pode indicar os principais obstáculos e elementos facilitadores dos processos integrativos do Refugiado no Brasil.

Nesse capítulo decidimos medir a variável cor/raça, separando os refugiados entrevistados em grupos de homens e de mulheres, excluindo, portanto, os não informantes em relação ao gênero. O objetivo é verificar se há grandes diferenças entre o grupo dos não informantes de gênero e os grupos daqueles que se declaram homens refugiados e mulheres refugiadas, por grupo nacional e cor/raça, uma vez que sírios declararam-se majoritariamente brancos e congoleses majoritariamente negros.

Na amostra nacional, houve um importante número (em torno de 1/3 dos respondentes) de não informantes em relação à auto-declaração de gênero, o que não ocorreu, por exemplo, em relação à questão sobre cor/raça na amostra nacional.

QUADRO 6 - GÊNERO DECLARADO (AMOSTRA NACIONAL)

Fonte: Pesquisa de Campo

Resposta	Números absolutos	Números percentuais
Homem	237	48,66
Homem Transgênero	2	0,42
Mulher	112	22,99
Outro	2	0,42
Não Informado	134	27,51
Total	487	100

No caso dos Sírios (**quadro 7**), temos 106 declarações de gênero contra 47 não informações. No caso dos Congoleses, 77 declarações contra 39 não informações. No total, 183 indivíduos desses grupos declararam seu gênero contra 86 que não o fizeram. Em suma, os não declarantes foram 31% no grupo dos sírios e 34% no grupo dos congoleses, ou seja, praticamente um terço dos entrevistados desses dois grupos recusou-se a responder à questão, percentual pouco superior àquele obtido na amostra nacional, 27,5%, como acima visto.

QUADRO 7 - GÊNERO DECLARADO E NÃO DECLARADO POR NACIONALIDADE

Fonte: Pesquisa de Campo

Gênero	Síria	República Democrática do Congo	Total
Homem	75	56	131
Homem Transgênero	1	1	2
Mulher	29	20	49
Outro	1	0	1
Gênero Não Declarado	47	39	86
Total Gênero Declarado	106	77	183
Total Gênero Declarado sem transgênero/outro	104	76	180
Total de Entrevistados	153	116	269

A tarefa de explicar as “não respostas” é complexa. Vários fatores podem ser aventados aqui, desde o incômodo com a pergunta (quando feita por entrevistador de sexo diferente do entrevistado)⁴³ passando pela presença de terceiros no momento da entrevista, até o sentimento de obriedade da pergunta. Em alguns casos, pode ter ocorrido o desejo de não expor a preferência sexual diante de um terceiro (ou terceiros, no caso da presença de mais de uma pessoa acompanhando o(a) entrevistado(a)) porque essa preferência pode ter sido o motivo principal da partida do país de origem ou ainda porque trata-se de um comportamento julgado de foro íntimo ou não assumido publicamente⁴⁴.

Diante desse fato, a questão que se colocou foi avaliar o impacto dos não respondentes em outras perguntas, ou seja, caso trabalhássemos apenas com os informantes em relação ao gênero, obteríamos resultados semelhantes à amostra nacional? No intuito de melhor compreender essa possibilidade, decidimos comparar as respostas desse grupo de não informantes com o grupo dos informantes, de modo verificar possíveis variações entre os dois grupos.

Inicialmente, separamos as respostas por nacionalidade e por gênero declarado⁴⁵ em dois grupos: 1) Grupo dos Declarantes em relação ao Gênero (Grupo GD: homens e mulheres); 2) Grupo dos Não Declarantes em relação Gênero (Grupo GND)⁴⁶.

A hipótese é: se as respostas dos não informantes em relação ao gênero (Grupo GND), dentro de cada grupo nacional, não variarem em relação às respostas daqueles que declinaram sua identidade (Grupo GD) e em relação à amostra total, torna-se possível ignorar o grupo dos não informantes tomando como base somente o conjunto de “homens e mulheres”⁴⁷. A partir daí, faz-se possível analisar as eventuais diferenças entre gêneros dentre os grupos nacionais e no interior de cada um deles. Da mesma forma, faz-se possível analisar as eventuais diferenças de gênero em relação à cor/raça, uma vez que, majoritariamente, sírios são brancos e congolese negros.

Analisamos, primeiro, os grupos de sírios e congolese, limitando-nos aos homens e mulheres, separadamente. Em seguida, comparamos esses dados com o grupo GND e com a amostra nacional. Em relação à idade, temos.

43. Isso ocorreu diversas vezes no grupo dos sírios.

44. Como temos acesso aos nomes e sexo dos entrevistados, estamos nesse momento realizando uma análise da relação entre o sexo que consta no banco de dados do Ministério da Justiça (Conare) e a não declaração.

45. No âmbito de nossas análises, devido ao baixíssimo percentual de transgêneos e outros (apenas 3 casos, 1,6%, sobre 183 declarantes), decidimos tomar apenas os homens e mulheres (180 casos) para, justamente, ver o impacto dos gêneros masculino e feminino em relação às variáveis escolhidas.

46. Os nomes dado os grupos, Gênero Declarado (GD) e Gênero Não Declarado (GND) não tem pretensões teóricas. São utilizados apenas para diferenciar os dois grupos.

47. Devido ao baixíssimo número de transgêneros e outros (apenas 3 casos, o que impede qualquer análise estatística), decidimos trabalhar apenas com o grupo de 180 homens e mulheres. A realidade do refugiado transgênero merecerá análise mais aprofundada em outro momento.

QUADRO 8 - FAIXAS ETÁRIAS GRUPO GD POR NACIONALIDADE

Fonte: Pesquisa de Campo

Idade	Homens sírios	Mulheres sírias	Homens congoleses	Mulheres congolesas	Total
Menos do 20 anos	0	1	0	0	1
Entre 20 e 29 anos	37	10	18	7	72
Entre 30 e 39 anos	24	10	24	5	63
Entre 40 e 49 anos	10	5	11	7	33
Entre 50 e 59 anos	3	2	2	1	8
Mais de 60 anos	1	1	1	0	3
Total	75	29	56	20	180

Sírios e Congoleses, sem diferenciação de gênero, situam-se na faixa etária compreendida entre 20 e 49 anos (168 ou 93,4% do total). Na faixa entre 20 e 29, os Sírios são mais numerosos do que os Congoleses, 42,3% contra 33%. Já na faixa entre 30 e 39 anos, a situação se inverte: 38% dos congoleses contra 22,6%.

Em relação ao grupo GND (quadro 9), temos 93,6% de sírios e 94,9% de congoleses

QUADRO 9 - FAIXA ETÁRIA NO GRUPO GND POR NACIONALIDADE

Fonte: Pesquisa de Campo

Idade	Síria	República Democrática do Congo	Total
Menos do 20 anos	1	2	3
Entre 20 e 29 anos	15	6	21
Entre 30 e 39 anos	16	24	40
Entre 40 e 49 anos	11	5	16
Entre 50 e 59 anos	2	2	4
Mais do que 60 anos	2	0	2
Total	47	39	86

na faixa etária entre 20 e 59 anos contra 93,4% no grupo GD. As faixas etárias do grupo GND não variam em relação àquelas dos homens e mulheres sírios e congoleses. Contudo, nota-se que os sírios GND são um pouco mais jovens (34% entre 18 e 29 anos) do que os congoleses GD (20,5%) nessa mesma faixa.

Comparando agora esses dados com a amostra nacional, temos. O percentual de sírios e congoleses (GDs e GNDs), analisando agora a faixa entre 18 e 49 anos⁴⁸, é exatamente igual, 97,7%. Na amostra nacional, são 419 refugiados (88,26%) entre 18 e 49 anos. Os dados são muito próximos. Em conclusão, homens, mulheres e GNDs sírios e congoleses, estão praticamente na mesma faixa etária da média da amostra nacional.

Analisemos agora a variável raça/cor. Em relação ao grupo dos informados, temos.

QUADRO 10 - RAÇA/COR NO GRUPO GD POR NACIONALIDADE

Fonte: Pesquisa de Campo

	Homens sírios	Mulheres sírias	Homens Congoleses	Mulheres Congolesas	Total
Branca	72	19	2	0	93
Preta	1	0	47	19	80
Parda	2	2	7	1	7
Total	75	29	56	20	180

⁴⁸.Soma-se agora o pequeno percentual de jovens entre 18 e 19 anos.

Dentre 80 indivíduos negros (quadro acima), apenas 1 é sírio, no caso um homem. Em sentido inverso, dentre os 93 refugiados que se declararam brancos, apenas 2 são congolese, ambos homens.

Comparando agora esses dados com aqueles do grupo GND, estratificados por nacionalidade, temos.

QUADRO 11 - RAÇA/COR NO GRUPO GND POR NACIONALIDADE

Fonte: Pesquisa de Campo

	Sírios	Congolese	Total
Branca	38	1	39
Preta	0	38	38
Parda	9	0	9
Total	47	39	86

Todos os 38 indivíduos negros são congolese. Dentre os 39 indivíduos brancos, apenas 1 é congolês. Somando agora os dois grupos sem diferenciação de gênero, os brancos são 132 (93 GD e 39 GND), dos quais apenas 3 são congolese. Em sentido inverso, dos 118 negros (80 GD e 38 GND), apenas 1 é sírio.

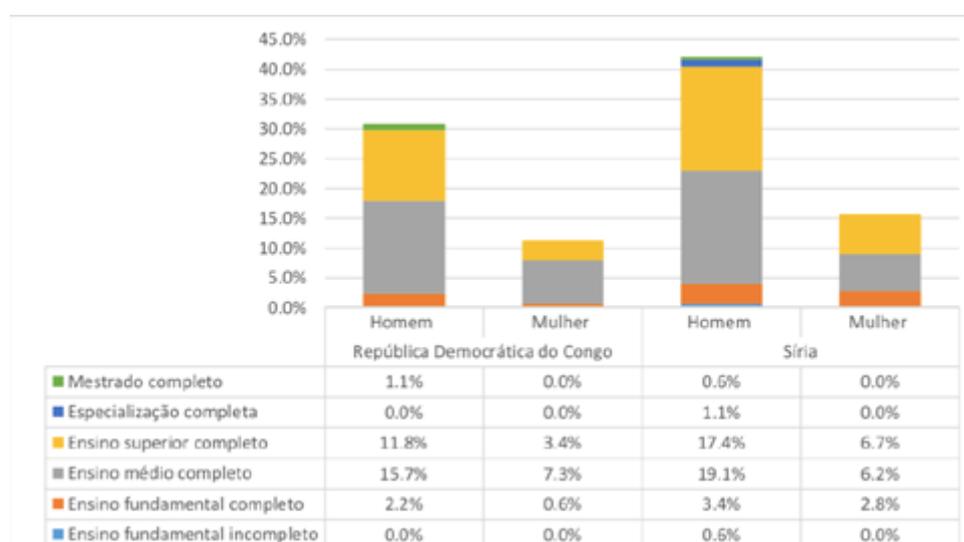
Examinemos, agora, as características gerais desses grupos nacionais (efetivamente brancos e negros) em relação a duas outras variáveis, a saber, nível educacional e renda.

9.1 Nível educacional

Na amostra nacional, apenas 13 refugiados (2,7% dos refugiados informantes) não haviam completado o Ensino Fundamental; 3 outros declararam-se analfabetos num total de 16 que estavam nessa faixa (entre o Ensino Fundamental Incompleto e Analfabetos). Por outro lado, 242 refugiados (49,7%) concluíram o Ensino Médio e 166 (34,4%) dos refugiados informantes concluíram o Ensino Superior, 15 deles já tendo cursado alguma pós-graduação. No total, 84,5% da amostra nacional concluiu ao menos o Ensino Médio e apenas 5 entrevistados não responderam a essa questão.

GRÁFICO 88 - NÍVEL EDUCACIONAL, GRUPO GD POR NACIONALIDADE

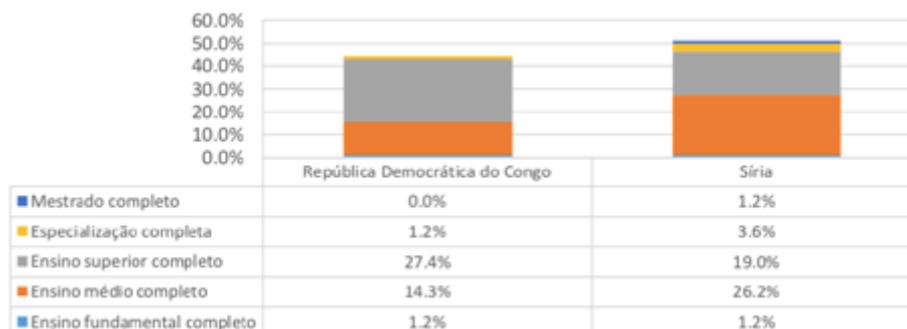
Fonte: Pesquisa de Campo



Vejam agora como essa realidade apresenta-se entre brancos (sírios) e negros (congoleses), em relação aos grupos GD e GND. Dentre os 180 sírios e congoleses (homens e mulheres), 163 indivíduos (90,4%) concluíram ao menos o Ensino Médio. No conjunto, esse percentual é similar aos 84,5% da amostra nacional. Em ambos os grupos, a formação dos homens é mais elevada do que a das mulheres.

GRÁFICO 89 - GRAU DE ESCOLARIDADE GRUPO GND, SEGUNDO NACIONALIDADE

Fonte: Pesquisa de Campo

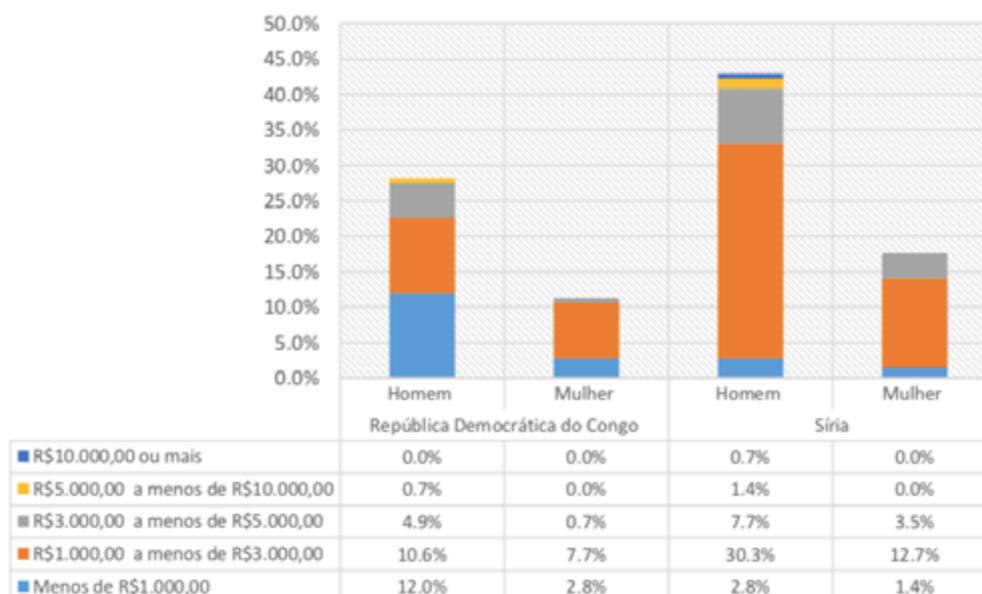


Dentre os sírios e congoleses GND (gráfico 89), 97,6% concluíram ao menos o Ensino Médio, a metade deles (48,8%) em cada grupo. No conjunto, portanto, esse percentual é pouco superior aos 84,5% da amostra nacional, mas próximo do grupo GD, que apresentou um índice de 90,4%. Em conclusão, a variável raça/cor não tem nenhum impacto no número de anos de estudo. Auto-declarantes brancos e negros apresentam indicadores semelhantes. A diferença fundamental é observada em relação aos gênero-declarantes, uma vez que os homens são efetivamente mais escolarizados do que as mulheres em ambos os grupos.

Vejam agora a renda nos dois grupos.

GRÁFICO 90 - RENDA DOMICILIAR GRUPO GD POR NACIONALIDADE

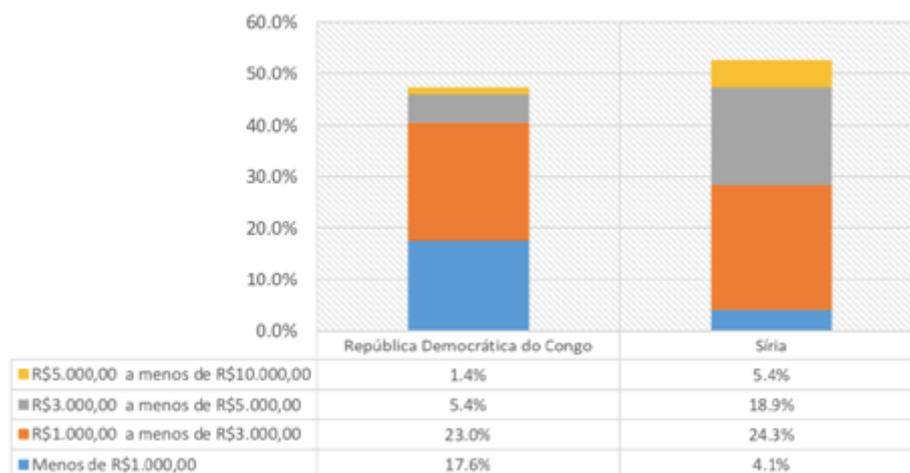
Fonte: Pesquisa de Campo



Independente da nacionalidade (e, portanto, da cor/raça), a concentração da renda está nessa faixa de R\$ 1.000,00-2.999,99 (61,3% do total).

GRÁFICO 91 - RENDA DOMICILIAR GRUPO GND POR NACIONALIDADE

Fonte: Pesquisa de Campo



Quase a metade de sírios e congoleses GND estão na faixa dos R\$ 1.000,00-2.999,99, mas com percentual inferior aos GD. São 47,3% para os GND contra 61,3% para os GD. Essa diferença é compensada, contudo, pelo percentual dos sírios GND na faixa R\$ 3.000-4.999,00 (18,9%) em relação aos sírios GD (11,2%)⁴⁹. Os congoleses apresentam percentuais próximos nos dois grupos.

Em conclusão, não há diferenças significativas entre o grupo GD e o grupo GND em relação às variáveis estudadas. Sírios e congoleses (em ambos os grupos, GD e GND) situam-se na mesma faixa etária e repartem-se efetivamente em brancos e negros. Assim, pode-se comparar as diferenças e semelhanças entre os gêneros, por grupo nacional/ racial, seja, como grupo de brancos (sírios) e grupo de negros (congoleses), tomando como universo de análise somente o grupo GD de 180 homens e mulheres sírios e congoleses. É o que se segue.

9.2 Condição e posição na ocupação

QUADRO 12 - CONDIÇÃO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL⁵⁰

Fonte: Pesquisa de Campo

	Homens sírios	Mulheres sírias	Homens Congoleses	Mulheres Congolesas	Total
Ocupado	55	11	24	7	97
Procurando trabalho	11	3	18	6	38
Desocupado	1	1	2	2	6
Outros	8	14	12	5	39
Total	75	29	56	20	180

Os ocupados são maioria nos dois grupos e em ambos os sexos. São 97 casos ou 53,9% do total de 180. Esse dado é compatível com a amostra nacional onde 57,5% estão ocupados. Dentre os 56 indivíduos homens congoleses, há 24 indivíduos ocupados, ou

⁴⁹.É possível pensar que a diferença entre rendas de R\$ 2.900,00 e R\$ 3.500,00, que causam mudança nas faixas definidas, não alteram tanto assim a renda mensal.

⁵⁰.Para efeitos dessa análise, trabalhamos com valores absolutos para cada grupo.

seja, 43%. Dentre as 20 mulheres congolesas, 7 estão ocupadas ou 35%. Não se nota aqui, portanto, diferenças de monta entre os gêneros.

No caso dos sírios, dentre os 75 homens, 55 estão ocupados (73%). Dentre as 29 mulheres sírias, apenas 11 estão ocupadas (38%). Efetivamente, os homens sírios apresentam taxa de ocupação bem superior às mulheres sírias.

9.3 Posição na ocupação

Trabalhando agora somente com o grupo de 97 ocupados (quadro 13), temos a situação seguinte.

QUADRO 13 - CONDIÇÃO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL

Fonte: Pesquisa de Campo

	Homens sírios	Mulheres sírias	Homens Congoleses	Mulheres Congolesas	Total
Empregado	30	3	17	6	56
Empregador	8	2	0	0	10
Conta Própria	16	6	6	1	29
Outros	1	0	1	0	2
Total	55	11	24	7	97

No conjunto percebe-se que há mais homens empregados no caso dos sírios. São 30 homens (54,6%) contra 3 (27,3%) de mulheres. Em sentido inverso, são 6 mulheres congolesas (87%) contra 17 homens congoleses (71%) empregados. Contudo, quando se trata do trabalho por conta própria, os sírios destacam-se em ambos os sexos, especialmente dentre as mulheres. São 6 mulheres sírias (55%) que realizam trabalho por conta própria contra apenas uma mulher congolesa (14%).

Na amostra nacional, verificamos apenas 4,1% de empregadores contra 10% dentre no grupo em tela. Com efeito, praticamente a metade de todos os sírios (32 dentre os 66) empregam ou trabalham por conta própria, demonstrando forte potencial empresarial nesse grupo, mormente o comércio estabelecido com sede física, seja na própria residência como é o caso daqueles que produzem alimentos para venda, seja em estabelecimentos comerciais. Por outro lado, na amostra nacional, temos 17,9% trabalhando “por conta própria”. No grupo de sírios e congoleses, são 40,2% trabalhando por conta própria, um número bem mais expressivo devido às atividades dos sírios. Esse dado pode estar indicando maior capital empresarial ou maior tradição comercial desse grupo de refugiados.

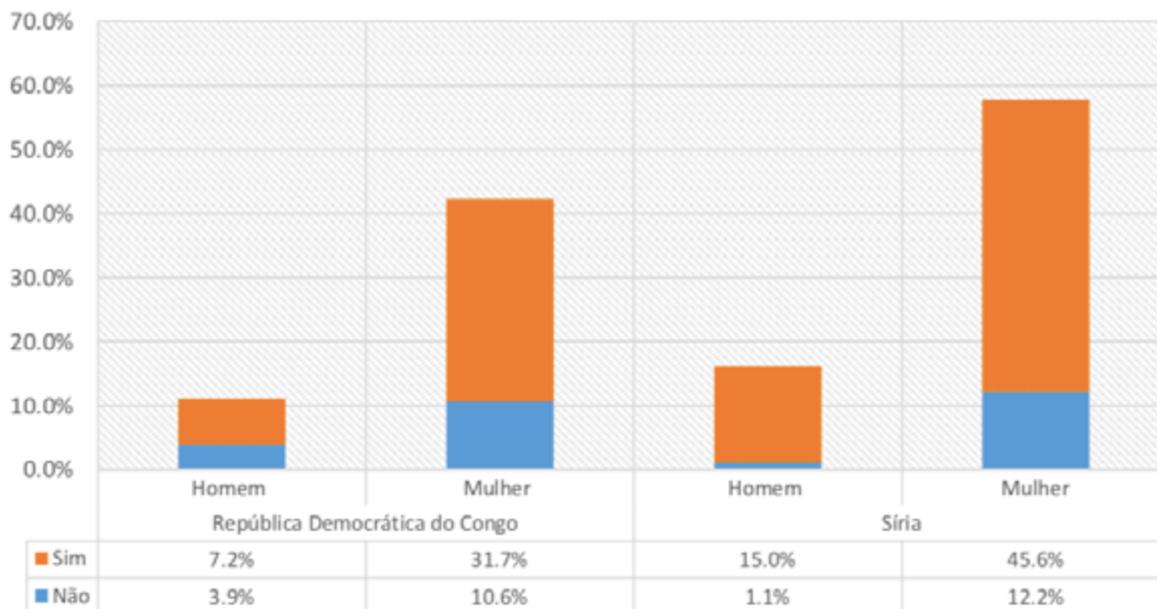
Investigamos agora o desejo de empreender.

Somando todas as respostas afirmativas, temos um percentual de 77,2% que desejam empreender, dado próximo aos **79,21% da amostra nacional**⁵¹. Em relação ao gênero, as mulheres sírias (27 em 29 mulheres) demonstram mais interesse que suas congêneres congolesas (apenas 13 em 20 mulheres). No caso dos homens, temos 55 sírios (75% deles) que desejam empreender contra 20 que não manifestaram esse interesse, percentual um pouco inferior ao dos homens congoleses, onde 44 entrevistados (78% deles) manifestaram positivamente contra 12 que não o fizeram.

51. Isso demonstra que a amostra de homens e mulheres sírios e congoleses efetivamente espelha a amostra nacional

GRÁFICO 92 - DISPOSIÇÃO EM EMPREENDER GRUPO GD

Fonte: Pesquisa de Campo



Consoante com o perfil educacional do grupo em tela, o idioma não é citado como empecilho ao desejo de empreender.

QUADRO 14 - IDIOMA COMO EMPECILHO AO EMPREENDIMENTO

Fonte: Pesquisa de Campo

	Homens sírios	Mulheres sírias	Homens Congolezes	Mulheres Congolezas	Total
Sim	35	10	11	5	61
Não	40	19	45	15	119
Total	75	29	56	20	180

Como se vê no quadro acima, apenas 34% (61 casos) citam o idioma como empecilho contra 66% (119) que não o fazem. Nota-se aqui que o idioma é menos citado dentre as mulheres, sejam sírias ou congolezas (apenas 30% ou 15 casos dentre 49 possíveis) do que dentre os homens (36%, 46 casos dentre 131 possíveis), o que pode estar demonstrando que as mulheres desejam empreender, mas a partir de suas famílias e/ou residências, o que diminui o contato com o público e assim, a necessidade de domínio do idioma ou que efetivamente dominam a língua portuguesa.

Analisando agora o grau de conhecimento dos direitos e deveres, temos a situação ilustrada a seguir.

9.4 Grau de conhecimento dos direitos e deveres

O grau de conhecimento dos direitos e deveres do refugiado segue parcialmente os indicadores do nível educacional.

Segundo dados do grupo em tela, 52 entrevistados (29%) não conhecem nada dos direitos e deveres do refugiado contra 33% na amostra nacional, percentuais bem próximos. Em relação aos grupos nacionais e ao gênero, os homens sírios conhecem mais seus direitos e deveres (85%) dos que os homens congolezes, 78%. As mulheres congolezas

conhecem mais (25%) do que as sírias (21%). Por fim, 77% dos congoleses e 66% dos sírios declararam conhecer ou conhecer parcialmente seus direitos e deveres, demonstrando que variável raça/cor negra não tem impacto negativo ou que, ao contrário da literatura corrente, tem impacto positivo. Isso pode ser explicado pelo nível educacional mais elevado dos congoleses, em especial no grupo GND.

QUADRO 15 - GRAU DE CONHECIMENTO DOS DIREITOS E DEVERES DO REFUGIADO⁵²

Fonte: Pesquisa de Campo

	Homens sírios	Mulheres sírias	Homens Congolese	Mulheres Congolese	Total
Sim	28	8	24	3	63
Parcialmente	20	13	20	12	65
Não	27	8	12	5	52
Total	75	29	56	20	180

Para concluir essa breve análise, vejamos como se apresentam os indicadores que retratam o cotidiano e o desejo de permanecer no país

9.5 Discriminação

Na amostra nacional, 41% dos entrevistados declaram ter sofrido algum tipo de discriminação. Ser estrangeiro e ser negro são, nessa ordem, os dois principais motivos. Vejamos agora como essa realidade se apresenta nos grupos em questão.

QUADRO 16 - DISCRIMINAÇÃO

Fonte: Pesquisa de Campo

	Homens sírios	Mulheres sírias	Homens Congolese	Mulheres Congolese	Total
Sim	10	9	41	11	71
Não	65	20	15	9	109
Total	75	29	56	20	180

71 (40%) dentre sírios e congoleses declaram ter sofrido algum tipo de discriminação, independente do gênero uma vez que nos homens foram 51 casos, 40%, sobre 126 possíveis e nas mulheres, apenas 20 casos, 41%, sobre 49 possíveis, percentuais praticamente idênticos àqueles da amostra nacional (41%). Contudo, examinando a variável cor/raça, percebe-se que os congoleses respondem por 52 (68%) dentre os 76 casos de seu grupo. Evidencia-se assim uma clara discriminação racial. Consoante com isso, as mulheres congolesas declaram mais atos discriminatórios do que as mulheres sírias (11 casos, 55%, para 9 casos de mulheres sírias, 31%). Os homens sírios que sofreram atos discriminatórios são apenas 13% contra 73% dentre os homens congoleses. Confirma-se assim que a discriminação tem claro fundamento racial e de gênero pois as mulheres congolesas sofreram mais atos discriminatórios do que suas congêneres sírias e os homens congoleses mais do que seus congêneres sírios.

⁵². Para efeitos dessa análise, trabalhamos com valores absolutos para cada grupo.

9.6 Perspectivas futuras

Analizamos nesse ítem apenas três indicadores, o desejo de participar politicamente através do voto, o desejo de obter a nacionalidade e o desejo de permanecer definitivamente no país.

QUADRO 17 - DESEJO DE VOTAR

Fonte: Pesquisa de Campo

	Homens sírios	Mulheres sírias	Homens Congolese	Mulheres Congolese	Total
Sim	58	16	51	18	143
Não	17	13	5	2	37
Total	75	29	56	20	180

Na amostra nacional, 80,6% manifestaram o desejo de votar nos pleitos políticos brasileiros. No grupo em tela, foram 75% (143 em 180 possíveis). Contudo, chama a atenção aqui o fato de apenas 55% das mulheres sírias terem manifestado esse interesse à diferença das mulheres congolesas que foram afirmativas em 90% dos casos.

QUADRO 18: DESEJO DE OBTER A NACIONALIDADE BRASILEIRA

Fonte: Pesquisa de Campo

	Homens sírios	Mulheres sírias	Homens Congolese	Mulheres Congolese	Total
Sim	73	29	54	20	176
Não	2	0	2	0	4
Total	75	29	56	20	180

Na amostra nacional, o desejo em obter a nacionalidade brasileira foi manifestado por uma imensa maioria, 96,3%. Obtivemos praticamente o mesmo resultado no grupo estudado, 97,8% (176 em 180 casos possíveis).

Na amostra nacional, 84% da amostra nacional afirmaram que desejam permanecer definitivamente no país, indicando confiança em suas perspectivas futuras no país. No grupo em questão, obtivemos um resultado semelhante, 7%. Não houve aqui variação nenhuma seja por nacionalidade, seja por gênero.

QUADRO 19: DESEJO DE PERMANECER DEFINITIVAMENTE NO BRASIL

Fonte: Pesquisa de Campo

	Homens sírios	Mulheres sírias	Homens Congolese	Mulheres Congolese	Total
	58	25	43	15	141
Não	10	3	7	3	23
Não informado	7	1	6	2	16
Total	75	29	56	20	180

Homens e mulheres dos dois grupos nacionais analisados desejam votar (80%), permanecer (78%) no Brasil e obter a nacionalidade (98%). Permanecer, portanto, não como estrangeiros, mas como nacionais. Ambos grupos, independente de gênero ou raça/cor, têm a mesma (alta) formação escolar, idade e situam-se na mesma faixa de renda,

revelando assim altíssimo potencial integrativo. As barreiras à integração aqui encontradas confirmam a análise nacional. Estão fundamentalmente relacionadas aos atos discriminatórios (mormente entre negros) e ao mercado de trabalho, mas não à deficiência na formação escolar. Essas barreiras são contrabalançadas pelo desejo de empreender, de naturalização, de integração política e de reagrupamento familiar, exatamente como observado na amostra nacional.

10. Considerações finais

A grande maioria dos refugiados entrevistados reside nas duas principais cidades brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro. Dois grupos nacionais respondem por mais de 50% dessa população. A comparação da realidade dos Sírios e dos Congolezes com o conjunto dos entrevistados revela que a realidade que eles vivem e enfrentam espelha situação idêntica àquela do refugiado que vive hoje no Brasil. Boa parte deles vive com suas famílias e em círculos próximos de seus países de origem. Toda ação ou política pública deve considerar essa realidade.

A análise do grupo daqueles não informantes (que não se posicionaram em relação à maneira como vivenciam sua identidade sexual) releva que a realidade enfrentada por esse grupo é, senão idêntica, muito próxima da realidade dos auto-declarados homens e mulheres.

O conjunto de entrevistados, independente de haver declarado o gênero, dominam razoavelmente a língua portuguesa, tem alto nível de escolaridade e baixa renda. Vivem em residências alugadas, em bairros com adequada infra-estrutura urbana. A maior parte deles trabalha, sendo que uma pequena parcela por conta própria. Em sentido inverso, apresentam alto índice de desemprego e, em consequência, indicaram alto potencial de empreendedorismo. Mantém estreitos laços com familiares, amigos e entidades localizadas nos países de origem e, ao mesmo tempo, demonstraram grande conhecimento da cultura brasileira. Querem naturalizar-se brasileiros, votar e ser votado e trazer suas famílias. Não obstante, apontaram obstáculos à integração, dentre os quais os atos discriminatórios. Com efeito, os dados indicam que refugiados negros, homens e mulheres, sofrem mais discriminação racial dos que os refugiados brancos.

Ao final da análise dos dados colhidos, temos uma certeza que vale para o conjunto dos 487 entrevistados, em espelho aos mais de 5 mil refugiados que residem no Brasil. Em uma população com capital escolar relativamente alto, com habilidades profissionais diversas e grande desejo de integrar-se à sociedade brasileira, sua condição atual é, de maneira geral, instável e vulnerável. Isso ficou claro durante nosso trabalho de campo. Quando o refugiado estava no endereço conhecido, em geral em bairros modestos e/ou nos centros urbanos, a moradia era insuficiente para o grupo que abrigava assim como a renda para mantê-la. Por outro lado, em diversas situações, não localizamos quem deveríamos entrevistar. Ora, o endereço simplesmente não existia, ora tratava-se de um endereço comercial ou institucional (alguma entidade religiosa ou ONG), ora tratava-se de um endereço de um parente ou amigo que não nos forneceu informação sobre o paradeiro do refugiado buscado.

Diversos fatores explicam a vulnerabilidade da população refugiada no Brasil. O mercado de trabalho, o baixo valor dos salários ou a renda insuficiente, a dificuldade em reconhecer diplomas e acessar serviços públicos ou bancários, todos esses fatores, comuns a grande parte da população brasileira, impactam de maneira mais contundente a qualidade de vida da população refugiada.

Sintetizamos a seguir alguns fatos indicados na pesquisa.



Moradia. A maioria (78,44%) dos entrevistados vive em unidades residenciais particulares, ou seja, que não dividem com mais ninguém além de familiares ou amigos próximos. Não obstante, 21,6% deles residem em domicílios coletivos ou outro tipo de unidade compartilhada. Na prática, estão alugando quartos individuais em hotéis, pensões ou residências coletivas, como vimos na pesquisa de campo, alguns deles em regiões precarizadas dos centros urbanos onde residem. A condição de residência confirma a precariedade da vida cotidiana e a vulnerabilidade, principais características em relação à moradia. Por fim, 95,5% dos entrevistados residem em ruas equipadas com serviços públicos urbanos básicos, como iluminação, coleta de lixo, rede de abastecimento de água e de coleta de esgoto, luz elétrica domiciliar, pavimentação e transporte público.



Escolarização e reconhecimento de diploma. Os entrevistados demonstram elevado capital linguístico e capital escolar acima da média brasileira, ou muito acima se considerarmos apenas a população brasileira negra e parda. Com efeito, apenas 2,7% dos refugiados informantes não haviam completado o Ensino Fundamental e 0,6% declararam-se iletrados, num total de 3,3% que estão nessa faixa contra 41% da população brasileira. Por outro lado, 34,4% dos refugiados concluíram o Ensino Superior, alguns tendo cursado alguma pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) contra 15,7% da população brasileira que concluiu o mesmo nível de ensino. Não obstante isso, a maior parte dos diplomados de nível superior não consegue revalidar seus diplomas.



Renda domiciliar. Dos 395 entrevistados, 79,5% têm renda inferior a R\$ 3.000,00, 24% desses últimos com renda inferior a R\$ 1.000,00. No outro extremo, os restantes 20,5% têm renda domiciliar acima de R\$ 3.000,00 mensais.



Gastos com saúde e educação e lazer. Os gastos com educação, saúde e lazer, invariavelmente inferiores a R\$ 100,00/mês, são similares e coerentes com baixa renda e indicam vida vulnerável em termos de cuidados de saúde e ausência de projetos educativos para todos os residentes do domicílio, e não apenas para os refugiados informantes. Dentre os que informaram gastos com educação, (304 casos), 221 entrevistados (72,7%) alocam menos de R\$ 100,00 mensais em gastos com educação. Novamente dentre os que informaram gastos com saúde, (320 casos), 239 entrevistados (74,7%) dedicam menos do que R\$ 100,00 mensais⁵³. Enfim, ainda dentre os que informaram gastos com lazer (311 casos), 215 entrevistados (69,1%) dedicam menos de R\$ 100,00 mensais às atividades de lazer.

53. Note-se aqui que menos do R\$ 100,00/mês pode significar, eventualmente, nenhum gasto em educação, lazer ou ainda saúde.



Integração. O conjunto dos dados analisados indicam que os processos integrativos estão circunscritos ao trabalho e sua rede mais próxima e confiável, fato especialmente observado em regiões de fronteira, como a cidade de Foz do Iguaçu, estado do Paraná. Indicam ainda baixo grau de associativismo e, em alguns casos, de reclusão forçada. Por definição, os refugiados são indivíduos desterrados. Não tem grande capital social nem grande capacidade ou interesse de integração, por vezes devido a temores diversos.

Um dado que merece destaque é o grau de conhecimento da realidade cultural e social do Brasil. Dito de outro modo, não obstante a precária condição de vida, dificuldade de reconhecimento, baixos salários, baixo grau de associativismo, poucos gastos com saúde, educação e lazer, e subaproveitamento das competências profissionais, o grau de conhecimento da cultura brasileira, o desejo de trazer a família para viver no país e o desejo de integrar-se à sociedade brasileira em termos sociais e políticos indicam uma situação positiva e, ao mesmo tempo, paradoxal.

Diante da realidade observada, apresenta-se a discussão sobre os elementos de política pública que devem ser postos em ação. De início, a construção de um cadastro nacional atualizado e a criação de meios de comunicação (e-mail, whatsapp, etc.) que permitam aos órgãos públicos acompanhar o mais próximo possível a vida do refugiado e ouvir suas demandas, uma das mais importantes sendo o reagrupamento familiar. Ao lado disso, estabelecer um cadastro geral com todas as entidades que realizam ações para migrantes e refugiados, de modo a potencializar seus efeitos.

Finalmente, queremos crer, o refugiado, como de resto qualquer cidadão, quer ser reconhecido em sua situação, mas não necessariamente exposto. Sua privacidade é elemento de sua segurança. Lidar com o refugiado é, portanto, contribuir e não tutelar; é potencializar e não conduzir. É, numa palavra, permitir que ele resgate e reconstrua sua vida da maneira como melhor lhe convier.

11. Anexos



Volume 2: Perfil dos refugiados por Estado

<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/06/VOL.-II-PERFIL-SOCIOECONOMICO-DOS-REFUGIADOS-final.pdf>



Volume 3: Questionário de Base e Termo de Aprovação – Plataforma Brasil

<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/06/VOLUME-3.-PERFIL-DOS-REFUGIADOS.pdf>



**UNHCR
ACNUR**

Agência da ONU para Refugiados

🐦 @ACNURBrasil
📘 /ACNURPortugues
📷 @acnurbrasil
🏢 company/ACNURPortugues
acnur.org.br

#ComOsRefugiados

